CAMINHOS DA HISTÓRIA

INQUISIÇÃO

EDIÇÃO
0004
PREÇO
R$ 14,90
€ 5,00

7 897780 170176

A instituição da Inquisição • O Índice dos Livros Proibidos • A Reforma Protestante
A Inquisição no Brasil • Grandes inquisidores
Vítimas ilustres da Inquisição

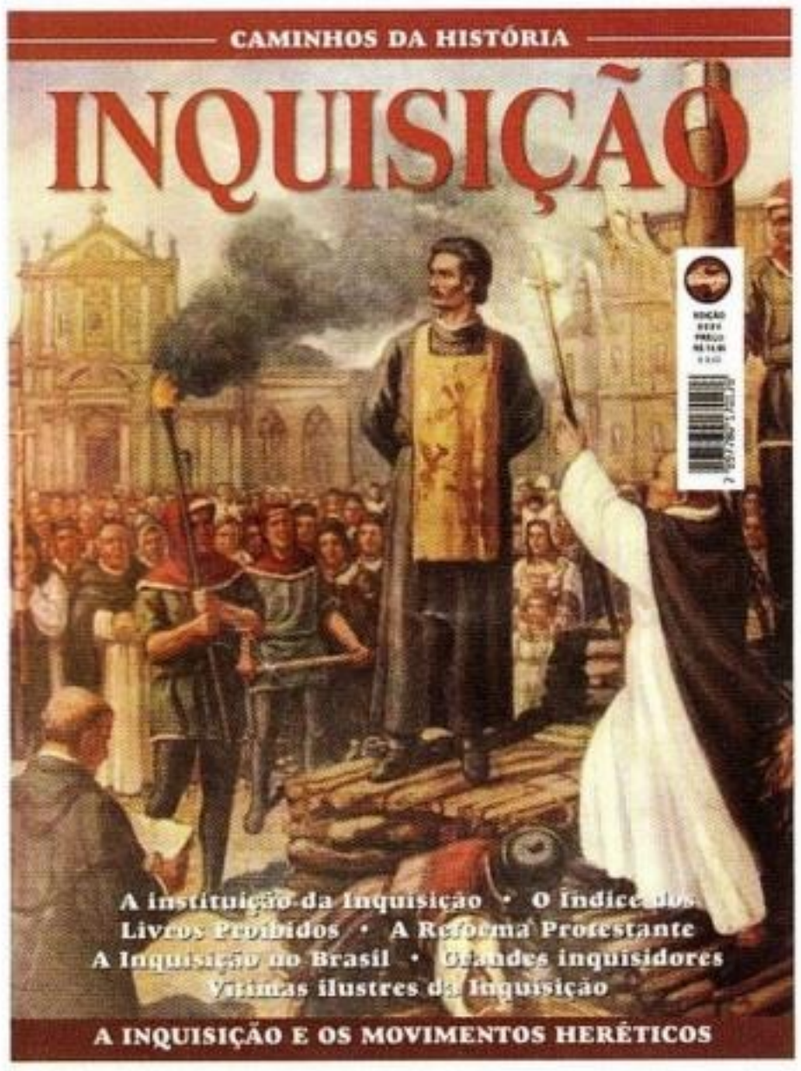
A INQUISIÇÃO E OS MOVIMENTOS HERÉTICOS

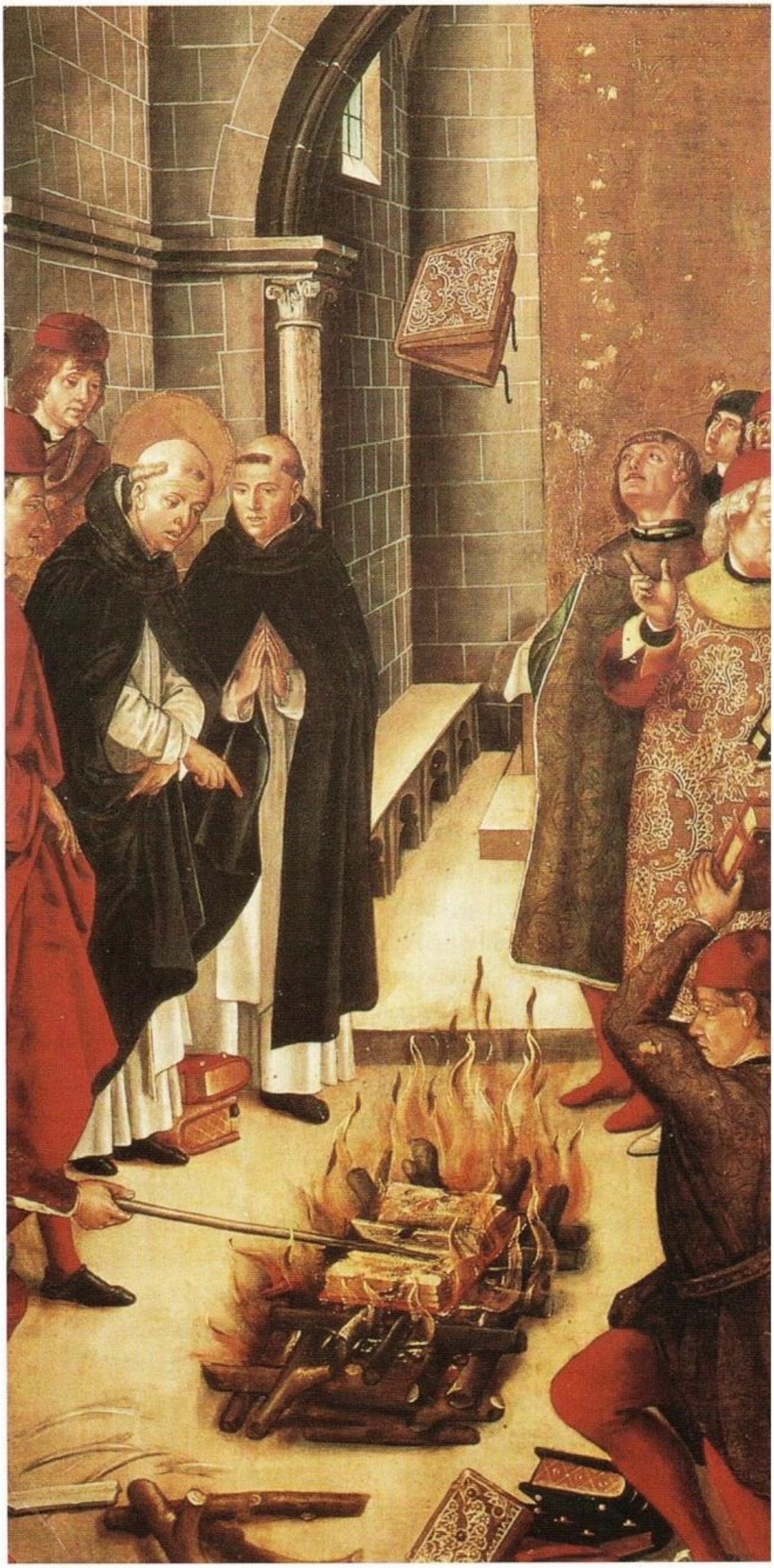
A revista
Caminhos da História
INQUISIÇÃO
é uma publicação realizada pela
Nova Sampa Diretriz Editora Ltda.
Rua das Camélias, 198
Mirandópolis - São Paulo - SP
CEP 04048-060
Impressão: Gráfica Plural
Distribuição nacional

VP PRODUÇÕES
EDITOR: Márcio Luiz da Costa
ASSISTENTE DE EDIÇÃO: Felipe de Azevedo Costa
DIRETOR DE REDAÇÃO: Eduardo Cajias
AUTORA DO TEXTO: Isabel Damico
DIAGRAMAÇÃO E ARTE: Leila Cerqueira
CAPA: Leila Cerqueira
REVISÃO DE TEXTO: Georges Minassian
IMAGENS: Istockphoto, depositphotos e divulgação
Avenida Cásper Líbero, 363 - Sta. Efigênia
São Paulo - SP
01033-001 - Tel.: (0XX11) 3315 0869
vp.producoes@uol.com.br

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE
A VP Produções criou, produziu e realizou este projeto e tem inteira responsabilidade sobre a originalidade e autenticidade de seu conteúdo.

Assinaturas: A Nova Sampa Diretriz Editora Ltda. não trabalha com assinaturas. Portanto, nenhuma pessoa está autorizada a revender nossos produtos. Qualquer dúvida ou ocorrência nesse sentido, favor entrar em contato conosco para que possamos tomar as devidas providências.





Rogério Castelo – 20/04/2017

Combate às heresias para manter o poder

Depois de mil anos de domínio do cristianismo na Europa, a Santa Sé tinha um poder secular insuperável na Europa e não queria correr o risco de perdê-lo de maneira nenhuma. Para isso, a Igreja Católica Apostólica Romana criou, por um lado, as Cruzadas, que empreenderam, durante séculos, sangrentas guerras contra os povos muçulmanos e pagãos principalmente fora do "mundo cristão", e por outro lado, instituiu o Tribunal da Santa Inquisição, durante o século XII, para reprimir toda e qualquer manifestação de fé, crença ou ideologia que fosse contrária aos postulados da Igreja nos territórios europeus que já professavam a religião católica. Isso incluía os muçulmanos, os protestantes, os judeus, os cristãos-novos, os homossexuais, as mulheres suspeitas de prática de bruxaria, seguidores de versões do cristianismo diferentes do catolicismo e uma infinidade de outras modalidades de atitudes perante a vida que eram consideradas perigosas para a manutenção do poder exercido pela Igreja Católica.

A Inquisição era constituída de tribunais locais que acolhiam denúncias de heresias e julgavam os acusados, condenando-os e submetendo-os muitas vezes às mais horríveis crueldades e às mais monstruosas torturas, com o máximo de sadismo possível. Ao longo de séculos, a Inquisição matou milhares de pessoas torturadas ou queimadas em fogueiras nas praças públicas, entre eles muitos cientistas e filósofos, o que provocou um grande atraso no desenvolvimento científico e social da humanidade, impedindo que pessoas inteligentes e capacitadas lançassem luz à escuridão cultural que a Igreja Católica queria manter para não perder seu poder sobre as mentes das pessoas.

Nesta edição, você conhecerá a fundo a temida instituição da Inquisição, os maiores inquisidores, as vítimas mais ilustres, como Joana D'Arc, Galileu e Giordano Bruno, as mais lúgubres formas de tortura usadas nos interrogatórios, além de muitos outros detalhes deste terrível período da história da humanidade.

Boa leitura e até a próxima.

Equipe da redação

Conteúdo

A instituição da Inquisição 4

A Inquisição no Brasil 14

A Inquisição e os movimentos heréticos 16

Formas de tortura 36

A Reforma Protestante 40

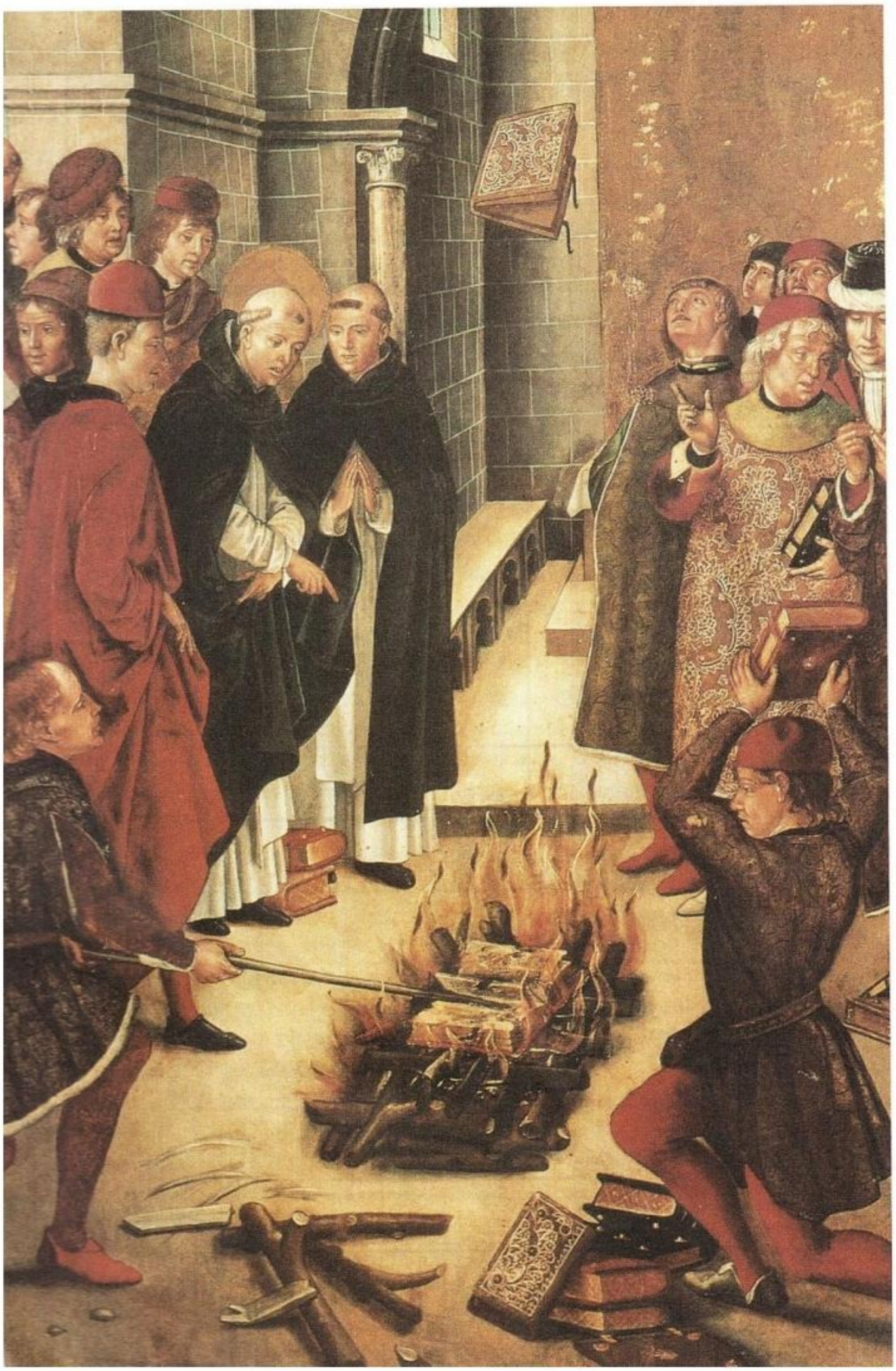
Grandes inquisidores 42

Vítimas ilustres da Inquisição 46

O índice dos livros proibidos 63

A instituição da Inquisição

Pintura de Pedro Berruguete retratando uma lenda em que livros de São Domingos e dos cátaros foram jogados no fogo, mas os de São Domingos foram milagrosamente preservados das chamas.



O termo Inquisição é um derivado da palavra inquirir, ou seja, de perguntar, averiguar, pesquisar ou interrogar alguém. Logo, a Inquisição, ou Tribunal da Inquisição, ou Santa Inquisição, foi um tribunal cristão instituído pela igreja Católica em 1183 para "inquirir" ou averiguar pessoas acusadas de heresia, feitiçaria, bigamia, sodomia e apostasia (renúncia da fé). Uma vez julgado, o culpado era acusado pelos membros do Tribunal da Inquisição de provocar uma "crise da fé", traduzida em fenômenos meteorológicos destrutivos como terremotos e tempestades terríveis, além de doenças, epidemias e até problemas sociais, entre eles a miséria. Em seguida, o culpado era entregue às autoridades do Estado, que ficavam encarregadas de puni-lo. Entre as penas previstas estavam o confisco de bens, a prisão e a morte. Foi nessa época que a pena de morte na fogueira se tornou famosa, mas, existiam muitas outras formas de aplicá-la, todas com elaborados métodos de tortura.

Sob o nome "Inquisitio Haereticæ Pravitatis Sanctum Officium", a Inquisição foi criada como forma de combater o sincretismo religioso, especialmente de grupos adoradores da natureza e/ou que adotavam prá-

ticas de adivinhações. Quem delatava uma heresia garantia sua fé, além de prestígio e status junto à sua comunidade. Mediante uma denúncia, os tribunais da Inquisição eram instalados, mas, logo após o julgamento, eram desfeitos.

Invariavelmente, a Inquisição é confundida com o Santo Ofício que, na verdade, tinha como função fazer as inquisições. O chamado Tribunal do Santo Ofício não tinha o poder de executar as penas, função que era atribuída ao poder régio. Os poderes régios europeus sempre lançavam mão do Tribunal do Santo Ofício para evitar as condenações populares.

A Inquisição Medieval

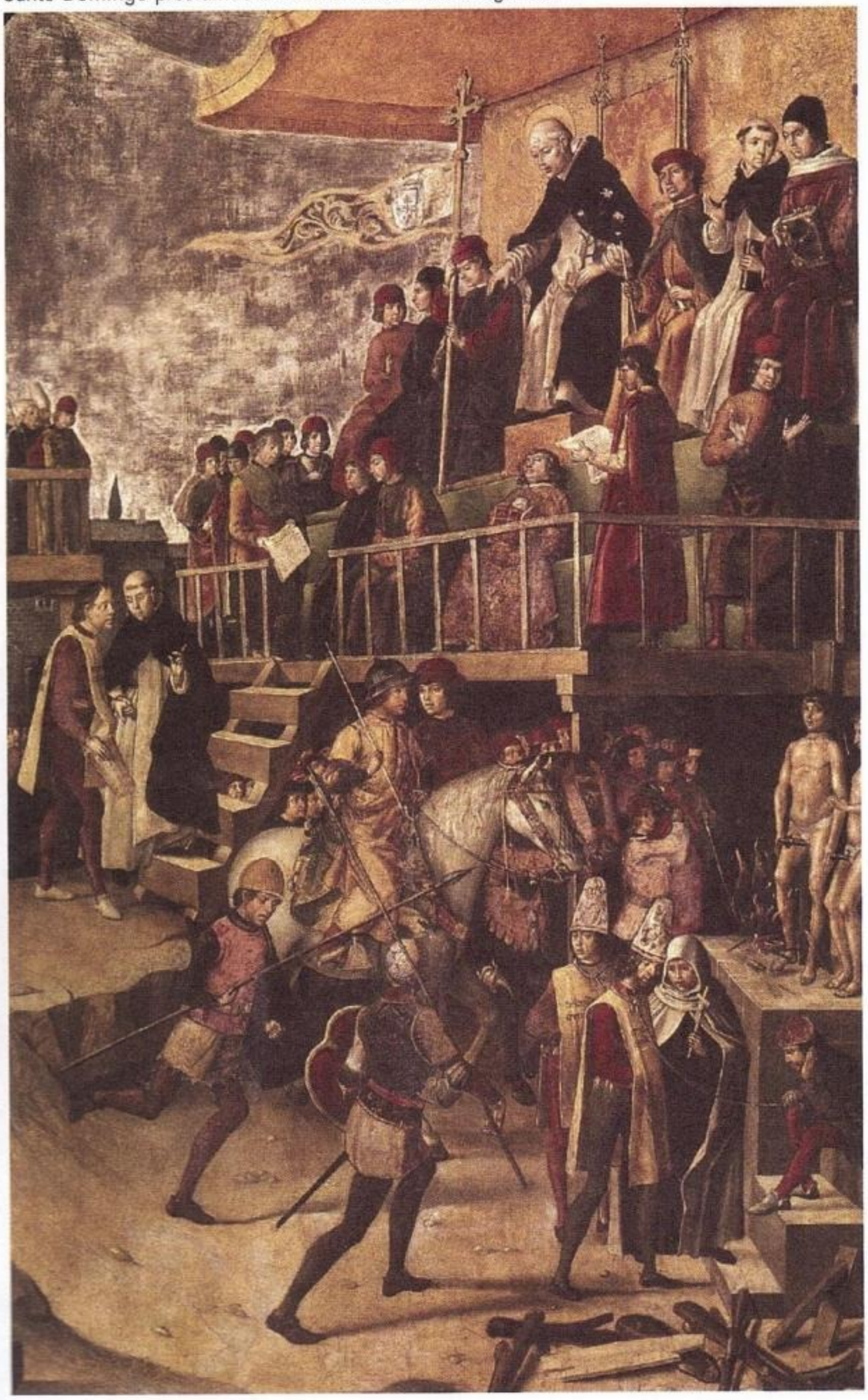
Como forma de conter o crescimento de movimentos religiosos considerados heréticos para o cristianismo, a Igreja Católica instituiu, aproximadamente em 1184, a Inquisição Medieval, que incluía uma série de inquisições, entre elas a Inquisição Episcopal (1184-1230) e a Inquisição Papal (1230).

Na Idade Média, a instituição mais poderosa era a Igreja, que assim como elegia reis e rainhas, excomungava e condenava quem e quando achava oportuno. Munidos de um poder absoluto, os papas criavam normas e leis conforme os interesses da Igreja e foi assim que o papa Alexandre III (1159-1181) concedeu total liberdade para os bispos perseguirem e investigarem todo aquele que eles considerassem herege. Em 1179, no Terceiro Concílio de Latrão, o papa classificou os valdenses e os cátaros como hereges. Eram chamados de valdenses os discípulos de Pedro Valdo, um comerciante de Lyon que iniciou um movimento em 1173, pregando o direito de cada fiel ter uma Bíblia em sua própria língua. Os valdenses pregavam a supremacia romana, rejeitavam o culto às imagens e se consideravam guardiões da doutrina cristã apostólica. Já a origem dos cátaros é um mistério; o que se sabe é que eles desafiaram os principais dogmas do cristianismo ortodoxo. Eles acreditavam que o homem,

Em 1209, a Igreja organizou a Cruzada Albigense, que, em 20 anos, matou 20 mil cátaros por ordem de Inocêncio III.

Pintura retratando os massacres da Cruzada Albigense contra os cátaros.

Santo Domingo presidindo um auto de fé contra albigenses.



em sua origem, era um ser espiritual e que, para adquirir consciência e liberdade, necessitava de um corpo material. Para chegar à liberdade plena, era preciso reencarnar várias vezes. Os cátaros, ou albigenses, como também eram chamados, acreditavam na existência de dois deuses – um do bem e outro do mal, embora no final o bem sempre triunfasse.

Alguns anos depois, durante o papado de Inocêncio III (1198-1216), a Igreja organizou a Cruzada Albigense que, em 20 anos, matou 20 mil cátaros. Nesse mesmo período, e também por ordem de Inocêncio III, os judeus foram obrigados a viver em áreas segregadas e a vestirem roupas que os diferenciassem dos cristãos.

Foi em 1183 que surgiu a ideia de se criar a Inquisição. O objetivo era investigar a crença dos cátaros que viviam em Albi, no sul da França. Foi durante o Concílio de Verona que o tema foi discutido entre os bispos e assim criado o Tribunal da Inquisição. No entanto, seu reinício se deu em 20 de abril de 1233, quando o Papa Gregório IX editou duas novas bulas. Uma delas, a bula "Licet ad capiendos", dirigida aos dominicanos inquisidores, determinava que: "(...) onde quer que os ocorra pregar, estais facultados, se os pecadores persistem em defender a heresia apesar das advertências, a privá-los para sempre de seus benefícios espirituais e proceder contra eles e todos os outros, sem apelação, solicitando em caso necessário a ajuda das autoridades seculares e vencendo sua oposição, se isto for necessário, por meio de censuras eclesiásticas inapeláveis". O objetivo era dizimar os cátaros, que acreditavam que Cristo era o deus do bem, enviado à Terra para salvar o homem e que o demônio era o deus do mal, criador do mundo material. Eles acreditavam que as almas boas, após a morte, iriam para o céu e

"Em 20 de abril de 1233, o Papa Gregório IX editou duas novas bulas. O objetivo era dizimar os cátaros, que acreditavam que Cristo era o deus do bem, enviado à Terra para salvar o homem e que o demônio era o deus do mal, criador do mundo material."

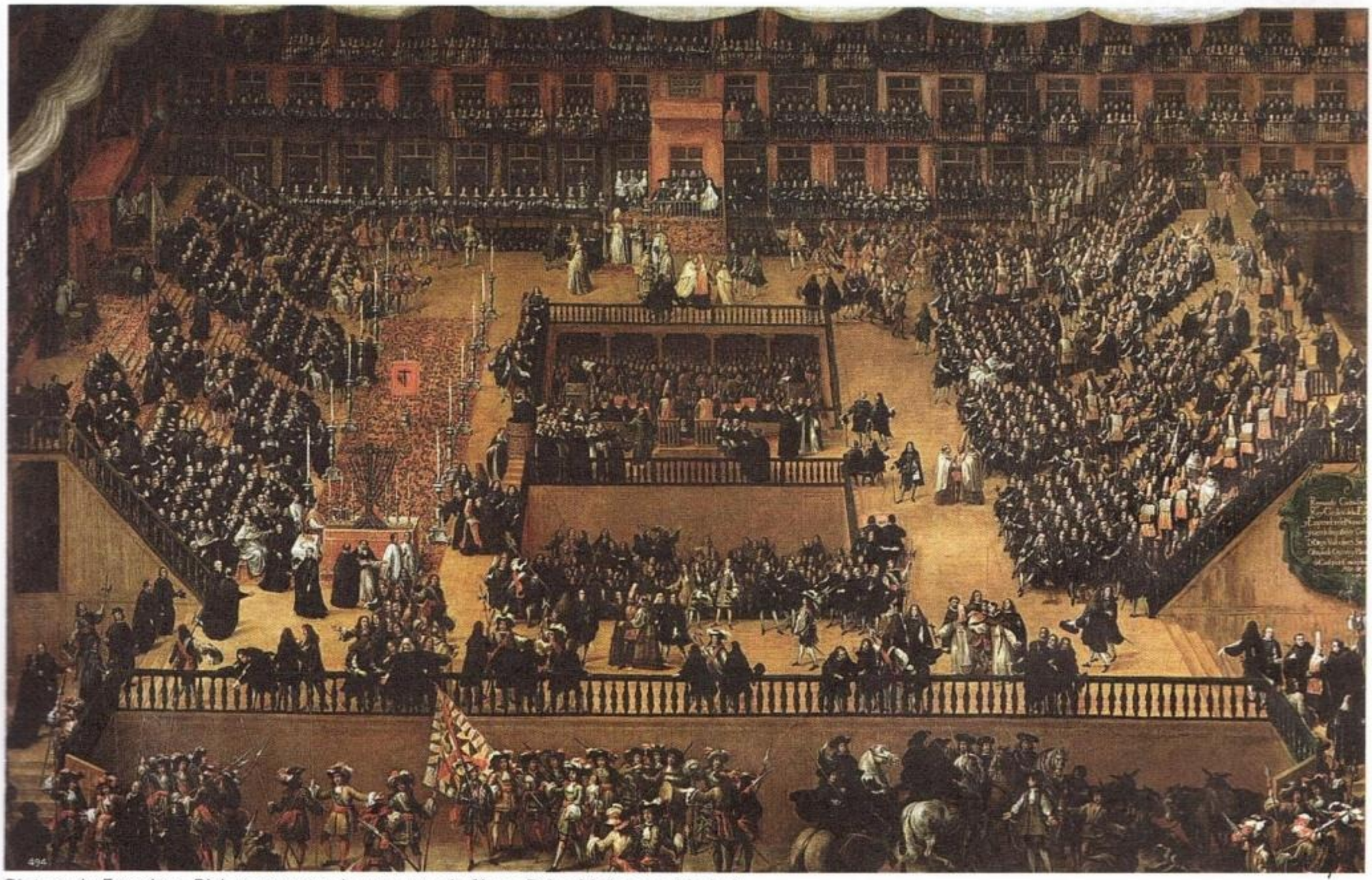
as almas más voltariam em uma nova encarnação como um animal. Para a Igreja, esses dogmas não passavam de heresias, especialmente porque eles acreditavam que a alma era a parte boa do homem enquanto o corpo era sua parte má. Uma vez que o próprio governo era cristão, os cátaros passaram a ser vistos como revolucionários, portanto, passíveis de sanções.

A Inquisição Espanhola

A Inquisição Espanhola foi fundada em 1478 por Fernando II de Aragão e Isabel de Castela e perdurou até 1834. Também chamada de Tribunal do Santo Ofício, teve como objetivo manter a ortodoxia católica nos reinos de Aragão e Castela. Seu foco eram, basicamente, os descendentes de judeus e muçulmanos convertidos, sendo um instrumento político que visava a "limpeza de sangue", a partir da reconquista da Espanha, que estava sob o domínio de árabes muçulmanos.

Ocorre que no século XV, a Espanha era uma confederação de monarquias com administradores próprios, como era o caso do Reino de Aragão, governado por Fernando e do Reino de Castela, governado por Isabel. O Reino de Aragão era uma confederação formada por Aragão, Ilhas Baleares, Catalunha e Valência e já contava com uma inquisição própria, em vigor desde a Idade Média. Outros países europeus também tinham suas próprias inquisições, exceto os reinos de Castela e Leão.

Praticamente toda a Península Ibérica estava sob o controle dos mouros. Até 1492, as regiões ao sul da península, em especial Granada, eram ocupadas por muçulmanos, embora em Sevilha, Valladolid e Barcelona, na época capital do Reino de Aragão, havia muitos judeus, que viviam em guetos.



Pintura de Francisco Rizi representando um auto de fé, na Palza Major, em Madrid.

Durante todo o período da Inquisição Espanhola, muitas pessoas acusavam outras por mera vingança ou como forma de obter algum tipo de recompensa ou reconhecimento da coroa.

No Reino de Aragão já existia uma antiga ligação de trabalhos com os judeus que, muitas vezes, eram indicados para altos cargos políticos e religiosos. João II, pai de Fernando de Aragão, chegou até a indicar o judeu Abiathar Crescas como astrólogo da corte. Por sua vez, Fernando queria judeus e muçulmanos fora de seu reino, embora não pretendesse usar a religião como instrumento para controlar seu povo. Acredita-se que Fernando usou a Inquisição para enfraquecer seus opositores, embora alguns historiadores defendam que a Inquisição Espanhola teve um forte motivo econômico. Para se casar com Isabel de Castela, Fernando usou dinheiro de financistas judeus; entretanto, se o financiador fosse condenado pela Inquisição, automaticamente seus débitos estariam extintos. O que não se previa era o assassinato pelos cristãos-novos do inquisidor instalado na Catedral de Zaragoza por Fernando.

O papa Sisto IV era contra a instalação da Inquisição na Espanha, mas Fernando convenceu o bispo de Valência, Rodrigo Bórgia, a persuadi-lo do contrário, ameaçando negar apoio militar à Santa Sé. Assim, foi instalada no Reino de Castela e Fernando conseguiu o que tanto queria: controlar sozinho a Inquisição Espanhola. Mais tarde, como forma de recompensar Bórgia pelos serviços prestados, conseguiu nomeá-lo como Papa Alexandre VI, sucedendo Sisto IV.

Tomás de Torquemada foi um dos mais temidos inquisidores da Inquisição Espanhola. Nomeado em 1481 por Fernando e Isa-

bel, era responsável por investigar e punir judeus e mouros que se diziam convertidos ao catolicismo, mas que praticavam suas antigas religiões em segredo. Alguns judeus chegaram até a se tornar padres e bispos, embora ainda professassem sua antiga fé. Os judeus convertidos eram chamados de marranos e, entre 1480 e 1492, 13 mil conversos foram julgados.

Embora a Inquisição fosse operada pelas autoridades da Igreja Católica, não era atribuído a ela o poder de punir os hereges. Os acusados eram entregues ao Estado uma vez que a Igreja afirmava que "não derramaria sangue". Entretanto, a tortura era o método mais usual para se obter uma confissão. As punições aos culpados eram as mais variadas e iam desde a chamada "vergonha pública", obrigando o acusado a usar uma roupa de penitente, máscaras de metal em forma de burro ou mordaças, até a pena de morte na fogueira, em geral num evento realizado em praça pública, chamado de auto de fé, que ocorria uma vez por ano. Até mesmo os arrependidos eram punidos e mortos por estrangulamento. Durante todo o período da Inquisição Espanhola, muitas pessoas acusavam outras por mera vingança ou como forma de obter algum tipo de recompensa ou reconhecimento da coroa. Esta, por sua vez, sempre se beneficiava com a desapropriação dos bens dos acusados de heresia.

A Inquisição Espanhola também foi usada para coibir os primeiros movimentos do protestantismo, contra as ideias de Erasmo de Roterdã, contra o Iluminismo e, mais tarde, contra o Enciclopedismo. Erasmo de Roterdã (1466-1536) nasceu em Roterdã, na Holanda, filho ilegítimo de um padre e que acabou ordenando-se monge. Apesar de cristão, Erasmo ficou conhecido por sua oposição ao domínio que a Igreja exercia sobre as pessoas. O Iluminismo foi um movimento cultural da elite intelectual europeia que era contra a intolerância e os abusos da Igreja e do Estado. Já o Enciclopedismo foi um movimento oriundo do Iluminismo, liderado pelos filósofos D'Alembert e Diderot, que criaram uma enciclopédia reunindo pensamentos, descobertas científicas, criação de máquinas, enfim, ideias que não podiam ser expostas frente à tirania da Igreja e do Estado. Assim, a "caça às bruxas" não era o principal alvo da Inquisição Espanhola e sim pessoas, ideias e movimentos que pudessem desestabilizar tanto a Igreja quanto o Estado.

Excepcionalmente, durante o governo de Napoleão Bonaparte, a Inquisição Espanhola foi suspensa, mas, imediatamente reinstalada assim que Fernando VII foi coroado. Dessa forma, a última vítima da Inquisição Espanhola foi o professor Cayetano Ripoli, morto por garrote em Valência no dia 26 de julho de 1826. Entretanto, somente em 15 de julho de 1834 a Inquisição Espanhola foi

Erasmo de Roterdã, por Hans Holbein, o Jovem.

A Inquisição Espanhola também foi usada para coibir os primeiros movimentos do protestantismo, contra as ideias de Erasmo de Roterdã e contra o Iluminismo.

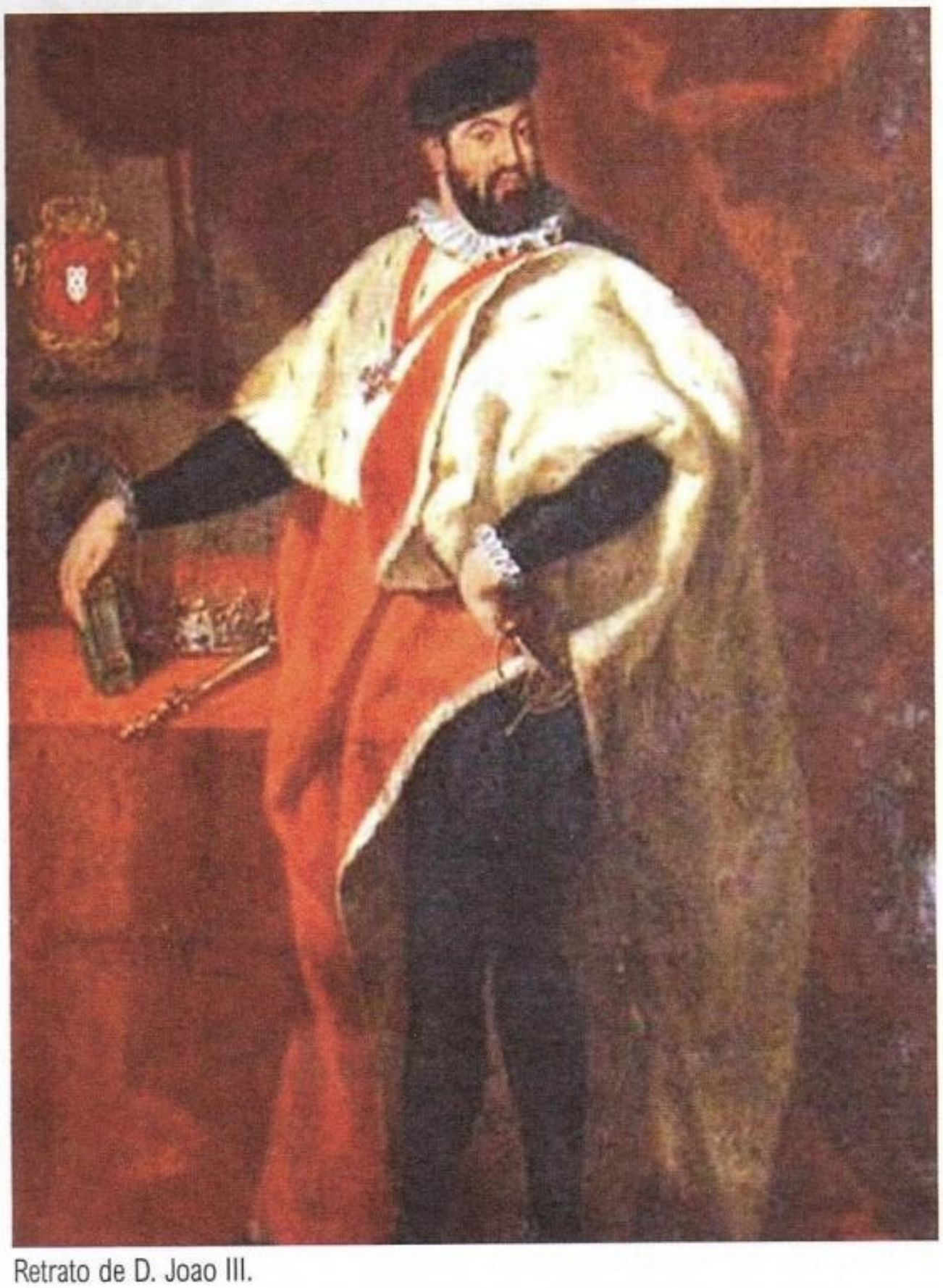
definitivamente extinta. Acredita-se que ao longo de sua existência, a Inquisição Espanhola tenha condenado aproximadamente 300 mil pessoas, sendo que destas 30 mil foram executadas.

A Inquisição Portuguesa

No meio do século XV, antes mesmo de ser instituída a Inquisição em Portugal, o país viveu um período de severa censura, a partir de uma determinação de Afonso V, datada de 18 de agosto de 1451, que determinava "queimar livros falsos e heréticos". O objetivo era impedir que novas ideias abalassem o poder do Estado e, para tal, a ordem era queimar os livros de Johannes Wickef, Johannes Hus e Frei Gáudio, entre outros, para que "nunca mais fossem achados".

Em 1531, para cumprir o acordo de casamento com Maria de Aragão, o rei D. Manuel I pediu a instituição da Inquisição em Portugal.

Em 1531, para cumprir o acordo de casamento com Maria de Aragão, o rei D. Manuel I pediu a instituição da Inquisição em Portugal.



Retrato de D. Joao III.

Em 1531, para cumprir o acordo de casamento com Maria de Aragão, o rei D. Manuel I pediu a instituição da Inquisição em Portugal. Assim, no dia 17 de dezembro do mesmo ano, o Papa Clemente VII a instituiu naquele país, pela bula "Cum ad nihil magis". Entretanto, um ano depois, revogou a decisão e, em 1533, perdoou os cristãos-novos portugueses. Mas a determinação não durou muito. D. João III, filho de Maria de Aragão, auxiliado por Carlos V de Habsburgo, conseguiu que o Papa Paulo III revogasse o pedido.

Dessa forma, em 23 de maio de 1536, foi instituída a Inquisição Portuguesa, cuja primeira sede foi em Évora, onde ficava a corte. Assim como na Espanha, a Inquisição era operada pelas autoridades da Igreja Católica, mas a punição dos acusados ficava à disposição da Coroa. A nova bula papal, publicada dia 22 de outubro de 1536, em Évora, convocava a população a denunciar os casos de heresia, que eram relatados em um livro de denúncias. Em 1537, D. João II mudou-se para Lisboa, para onde também foram o Tribunal da Inquisição e o livro de denúncias. Em 1539, o cardeal D. Henrique, irmão de D. João III, foi nomeado inquisidor, assim como o próprio rei.

Diferentemente do que acontecia em outros países, em Portugal, o Tribunal da Inquisição funcionava apenas na Corte até que, em 1541, foram instituídos tribunais em Coimbra, Porto, Lamego e Évora até que, em

Um auto de fé no Terreiro do Paço, em Lisboa.

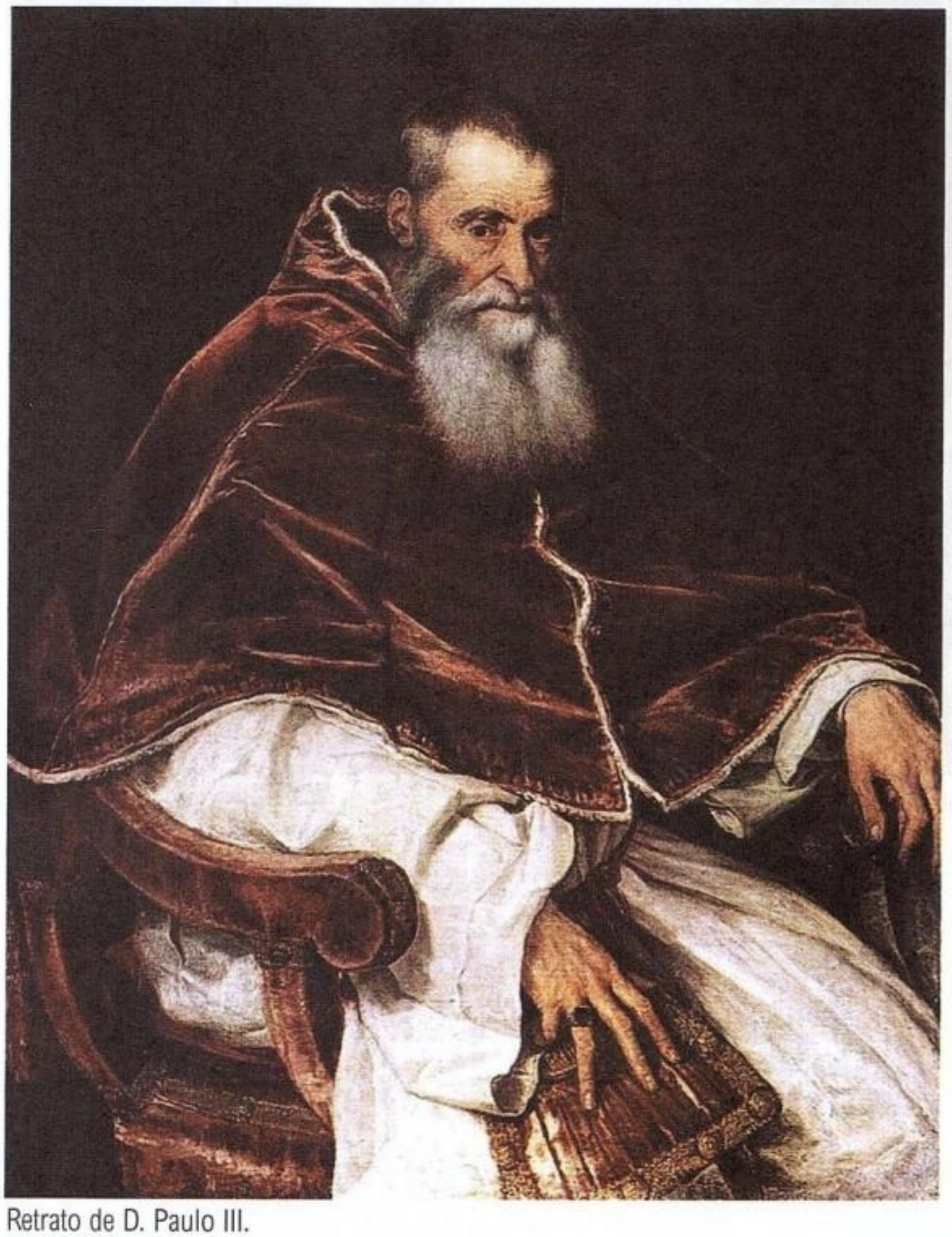
1544, o Papa suspendeu as execuções de sentenças e os autos de fé foram interrompidos.

Em 1522, o cardeal D. Henrique redigiu as novas instruções para o funcionamento do Tribunal da Inquisição. Segundo o novo regimento, deveriam ser registradas em livro todas as nomeações, denúncias, confissões, reconciliações, receitas e despesas, visitas e provisões enviadas imediatamente após o feito.

Acredita-se que de 1540 a 1794, a Inquisição Portuguesa levou à morte por fogueira aproximadamente 1.200 pessoas, além de condenar mais 29.590 pessoas a outras penas. Como até hoje os relatos sobre as inquisições são controversos, há quem afirme que nos anos de 1546 e 1547 inúmeros perdões foram concedidos aos cristãos-novos.

Em 1574, D. Paulo III determinou que o Tribunal da Inquisição funcionasse da mesma forma que o tribunal espanhol, ou seja, com os processos tramitando em sigilo e com inquisidores designados pela Coroa. Também em 1574 foi publicada a primeira lista de livros proibidos e os tribunais de Coimbra, Porto, Lamego e Tomar deixaram de funcionar.

Durante o período de sua existência, a Inquisição Portuguesa incidiu, especialmente, sobre os judeus forçados à conversão, que viviam sob intensa vigilância e desconfiança. Entretanto, as perseguições e os confiscos de bens dos judeus convertidos acabaram por prejudicar o desenvolvimen-



Retrato de D. Paulo III.

Retrato de Gian Pietro Carafa.

Quando Gian Pietro Carafa foi nomeado papa, como Paulo IV, o tribunal passou a perseguir os suspeitos de heterodoxia, entre eles o cardeal inglês Reginald Pole.

to econômico de Portugal ao enfraquecer aquele que era um dos mais importantes grupos mercantis. Assim, gradativamente, a Inquisição foi sendo extinta durante o século XVII, sendo definitivamente encerrada em 1821. Os inquisidores portugueses fizeram 40 mil vítimas, das quais 2 mil foram mortas na fogueira

A Inquisição Romana

Também chamada de Congregação do Santo Ofício, a Inquisição Romana foi instaurada na segunda metade do século XVII para julgar acusados dos mais diversos "crimes", entre eles heresia, feitiçaria, imoralidade, blasfêmia e bruxaria, embora tenha sido criada inicialmente para combater o protestantismo. Foi iniciada em 1542 pelo papa Paulo III e, diferentemente da Inquisição Medieval, era constituída por uma assembleia permanente de cardeais, que tinha por objetivo investigar as doutrinas contrárias à Igreja Católica. Havia um organismo central, com sede em Roma, e era composta por sete cardeais, embora o controle fosse do papa, que participava de todas as sessões. Este tribunal central tinha o poder de investigar as acusações de crimes de outros prelados, em todo o território cristão, apesar de dar ênfase às questões italianas. Além deste organismo central, havia os tribunais territoriais, que tinham como função julgar somente os casos de heresia.

Inicialmente, a Inquisição Romana tinha por objetivo julgar apenas os casos ocorridos na Itália, mas em 1555, quando Gian Pietro Carafa foi nomeado papa, como Paulo IV, o tribunal passou a perseguir os suspeitos de heterodoxia, entre eles o cardeal inglês Reginald Pole. Este mesmo tribunal, em 1600, julgou, condenou e executou o filósofo Giordano Bruno. Trinta e três anos

Galileu Galilei perante o Santo Ofício, por Joseph-Nicolas Robert-Fleury (século XIX).

depois, Galileu Galilei também foi condenado pela Inquisição Romana e morreu em prisão domiciliar.

Foi considerada como a última maior ação da Inquisição Romana o sequestro de Edgardo Mortara, um garoto judeu de 6 anos. O fato aconteceu em 1858, em Bolonha, quando o inquisidor local descobriu que o garoto havia sido batizado por sua babá secretamente. O Papa Pio IX levou o garoto para Roma como um católico. O pai do menino, Momolo Mortara, passou anos à procura de ajuda em todos os quadrantes, inclusive internacionalmente, para tentar recuperar seu filho. O caso recebeu atenção internacional e alimentou os sentimentos antipapais que ajudaram o movimento de nacionalismo italiano.

Em 1965, o Papa Paulo VI reorganizou o Santo Ofício, chamando-o de Congregação para a Doutrina da Fé, que é a mais antiga das nove congregações da Cúria Romana, um dos órgãos da Santa Sé.

Estátua de bronze de Giordano Bruno, por Ettore Ferrari, Campo de Fiori, Roma.

A Inquisição no Brasil

Igreja do Carmo, Olinda, Pernambuco, um dos palcos da Inquisição no Brasil.

Logo após seu descobrimento, o Brasil viveu um período à mercê de invasores, especialmente franceses e holandeses. Por outro lado, Portugal só tinha interesse em explorar as riquezas do país recém-descoberto. Com medo de perder o domínio sobre a nova colônia, Portugal começou a incentivar a imigração para o Brasil, especialmente de cristãos-novos, que eram os judeus ibéricos convertidos à força para a doutrina cristã. Foi assim que o Brasil começou a receber centenas de cristãos-novos, fugidos da Europa, temendo a violência da Inquisição, ao mesmo tempo em que buscavam uma nova oportunidade de vida.

Estes novos imigrantes povoaram as principais vilas e cidades brasileiras, entre elas Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, onde também cresceram as atividades consideradas hereges, levando Portugal a crer que o

Brasil, ao longo das décadas, acabaria por se tornar um país não cristão. Por outro lado, esses mesmos cristãos-novos eram os responsáveis pelo fomento à indústria, o comércio e os serviços dessas cidades, fazendo com que Portugal ficasse em um impasse. Foi assim que Portugal acabou por ceder em alguns aspectos aos cristãos-novos, exatamente em um período em que precisava manter-se como potência imperial, enquanto, na Europa, a Inquisição era uma realidade.

Ainda assim, a ordem político-social que se delineava no Brasil não agradava à Igreja, que começou a mandar seus representantes, juntamente com os da coroa portuguesa, para as novas terras, a fim de propagar o cristianismo. Além desta tarefa, os representantes do clero tinham o objetivo claro de punir os infiéis, ou seja, todo aquele que não praticava a religião católica. Dessa forma, as primeiras intervenções da Inquisição no Brasil ocorreram na Bahia, em 1591, em Pernambuco, em 1593, e novamente na Bahia, em 1618. O interessante é que esses três momentos também foram os de maior fluxo migratório para o Brasil. Dessa forma, a disputa pelo poder político e financeiro fez com que os mais abastados trocassem suas penas por multas e favores. As visitas dos inquisidores fizeram surgir um sentimento de vingança entre o povo, que delatava qualquer ato ou comportamento considerado contrário aos princípios cristãos. Todas as denúncias eram analisadas pela Inquisição e os casos considerados mais graves eram mandados para Lisboa onde, em geral, o acusado era punido com tortura ou morte na fogueira, que era a pena máxima, prescrita para todos aqueles que se recusavam a aceitar a fé cristã. Ainda assim, no Brasil, a Inquisição não teve a mesma força que na Europa e, até que fosse encerrada, aproximadamente 500 pessoas foram denunciadas, sendo a maioria acusada de práticas judaicas.

Todavia, é importante observar que especificamente no Brasil, o Tribunal da Inquisição visava a punir as práticas de bigamia e de sexo exacerbado entre portugueses e indígenas. Já os crimes relacionados à fé eram atribuídos aos cristãos-novos que, por outro lado, contribuíam para o enriquecimento da coroa portuguesa.

Em Salvador, os cristãos-novos eram considerados uma "raça infecta" e discriminados por questões de fé. A grande maioria da população não os considerava católicos e havia uma vigilância acirrada para identificar as práticas de judaísmo.

Até 1887, Ouro Preto foi a capital de Minas Gerais, onde ocorreram diversas ações da Inquisição no Brasil, embora a cidade não tenha sido alvo das visitas eclesiásticas portuguesas. Entretanto, as autoridades católicas brasileiras faziam visitas não só a Ouro Preto, que era considerada um centro do poder colonial, como também às cidades circunvizinhas, onde eram organizados pequenos tribunais inquisidores, a fim de punir hereges e criminosos. Entre as denúncias mais comuns, estavam aquelas relacionadas aos jogos, incesto, agiotagem, "bruxarias" e divisão de leito sem casamento, atos considerados dignos de punição.

Em Recife, capital de Pernambuco, o Tribunal da Inquisição ateve-se em investigar, prender e confiscar os bens de pessoas que agiam contra os preceitos católicos. As principais vítimas foram os cristãos-novos, embora muitos autores atribuam essa perseguição mais a interesses políticos e econômicos do que divergências religiosas.

A Inquisição e os movimentos heréticos

Santo Tomás de Aquino esmaga os heréticos, em tela de Benozzo Gozzoli.

A palavra "herege" tem origem no grego *hairetikós*, que significa escolher e quer dizer "aquele que professa uma heresia", ou seja, aquele que segue uma linha doutrinária contrária ao que foi estabelecido pela fé da Igreja. A palavra herege foi citada no Novo Testamento como elemento de escolha, quando o homem decide seguir suas próprias opiniões, criando novas doutrinas religiosas e seguindo novas seitas, como a dos saduceus e dos fariseus. Segundo o teólogo francês M.D. Chenu (1895-1990), herege é aquele que escolheu se isolar de uma verdade. As referências bíblicas sobre heresias aparecem em Coríntios 11, 19: "Convém que haja heresias para que se veja o que se deve aprovar." e Tito 3,10: "Depois de uma primeira e uma segunda advertências, é preciso temer e não frequentar o homem herético."

A partir do século II, como forma de buscar a consolidação da ortodoxia cristã, as heresias começaram a ser catalogadas, principalmente

aquelas que apresentavam tendências a dar uma interpretação diferente do que a Igreja professava e buscava para formar seu cânone bíblico.

Desde então, a lista de heresias só cresceu, aumentando ainda mais na Idade Média, especialmente quando Santo Agostinho e Isidoro de Sevilha ampliaram o sentido da palavra herético para "todo aquele que não somente está errando, mas se obstina em seu próprio erro".

Segundo a historiadora francesa Monique Zerner, especializada em História Medieval, "desde Constantino, a heresia sempre esteve ligada ao Estado, e todos aqueles que renegassem os pais da Igreja deveriam ser perseguidos." Assim, o controle da Igreja sobre a sociedade, fazendo-a crer que o próprio Deus assim havia estabelecido, era uma das mais poderosas armas ideológicas para sua institucionalização como reguladora política, o que acabou por acentuar as manifestações de oposição daqueles que eram considerados heréticos, como os cátaros, valdenses, gnósticos e outros.

Embora os movimentos heréticos tenham se intensificado nos séculos XII e XIII, Monique Zerner afirma que nas narrativas monásticas já eram relatados casos considerados heréticos no século XI e início do século XII. Mas, segundo Zerner, esses casos serviram para indicar o progressivo aumento de oposição ao papado que ficaria evidente nos séculos posteriores. Um dos casos citados pela historiadora é o de Orleans, que foi narrado pelo abade de Ripoll, na Catalunha, em 1022, quando 14 clérigos foram queimados, supostamente por terem negado os sacramentos. Outro caso, narrado por Raul de Glaber, fala de uma fraternidade de homens e mulheres que colocavam seus bens em comum, exaltavam a castidade e rezavam sob liderança de um homem chamado Geraldo. Os membros desta comunidade também acabaram queimados.

A partir do século II, as heresias começaram a ser catalogadas, principalmente aquelas que apresentavam tendências a dar uma interpretação diferente do que a Igreja professava e buscava para formar seu cânone bíblico.

O objetivo da Reforma Gregoriana era lutar contra a heresia simoníaca, ou seja, aquela que permitia a compra de cargos na Igreja, e o Nicolaísmo, ou o concubinato de clérigos. Entretanto, o aumento de debates aos dogmas da Igreja levou ao Concílio de Verona, em 1184, que passou a nomear bispos para visitarem as paróquias onde havia suspeitas de práticas heréticas. Aquela foi a primeira tentativa de instituição da Inquisição, até que o papa Inocêncio II vai pessoalmente para o sul da França, para combater as heresias.

Cátaros

A heresia cátara foi mencionada pela primeira vez em 1163, nos Sermões contra os Cátaros, do monge Eckbert Von Schönau. Eles eram chamados de cátaros, termo derivado da palavra grega *katharós*, que significa "puro" ou "perfeito", pois pregavam um retorno ao cristianismo puro, havendo uma grande preocupação dos praticantes com a pureza. Tornou-se forte no Midi, onde ficaram conhecidos como albigenses, devido à cidade de Albi e constituía a principal ameaça ao catolicismo, ao ser uma vertente anticlerical.

Os cátaros surgiram na Europa no século XI, embora suas origens ainda sejam um

Cruz Cátara.

Os cátaros não acreditavam que Jesus era filho de Deus, embora o considerassem um importante profeta, cujos ensinamentos deveriam ser respeitados e seguidos.

mistério. Acredita-se que tenham surgido na Pérsia e chegado à Europa pelos Balcãs e norte da Itália. Registros da Igreja mencionam os cátaros em vários lugares e com diferentes nomes. Durante séculos e até hoje, teólogos católicos debatem se os cátaros eram hereges cristãos ou, simplesmente, não eram cristãos.

Os cátaros acreditavam em dois princípios: um Deus bom e criador (a alma) e seu adversário, o mal (o corpo), princípios muito parecidos com Deus e Satanás dos fundamentos do cristianismo. A Igreja dos cátaros era hierárquica e mantinha uma série de cerimônias, embora rejeitasse qualquer ideia de sacerdócio. Rejeitavam todas as coisas materiais (carne, sexo, riqueza). Eles negavam o purgatório, as missas aos mortos e o batismo de crianças. Sua cerimônia era o "Consolamentum", que era a imposição de mãos, sendo este o ato de libertar o adepto da carne e torná-lo unido ao espírito, fazendo do iniciado um ser puro. Acreditavam na reencarnação e eram rigorosos sobre ordens bíblicas - notadamente aqueles sobre viver na pobreza, não mentir, não matar e não jurar em vão.

Os cátaros não acreditavam que Jesus era filho de Deus, embora o considerassem um importante profeta, cujos ensinamentos deveriam ser respeitados e seguidos. Quanto a São João Batista, eles acreditavam que ele era um instrumento a serviço de Satanás ao batizar Jesus e assim cumprir a profecia de que ele seria o messias, o que eles não acreditavam ser verdade.

Entre eles, não existia o ritual da hóstia sagrada, somente o ato de repartir o pão. Eles também não aceitavam o papel subalterno que Roma impunha às mulheres. Para os cátaros, além de não haver distinção entre os sexos, as mulheres podiam também celebrar os ritos da doutrina. Além disso, os cátaros não reconheciam o papa e os bispos como autoridades e não havia entre eles uma liderança espiritual única. Todos os seguidores eram divididos em três níveis: Perfeitos, Crentes e Ouvintes. Os primeiros também eram chamados de "bons homens" e para chegar a esse nível era preciso passar por provas bastante duras, além de receber o "Consolamentum". Os Perfeitos eram celibatários, praticavam o jejum e passavam parte do dia orando. O segundo nível era o dos Crentes, que reunia a maioria dos cá-

taros. Estes podiam se casar e seguiam as ordens bíblicas quanto à humildade e virtude. Para os Crentes, o Consolamentum só era ministrado na hora da morte, como a extrema-unção do catolicismo. Já aos Ouvintes era reservado apenas o direito de acompanhar as palestras dos Perfeitos e deles receber a benção, para a qual deveriam se curvar.

Outra característica dos cátaros era a extrema simplicidade; eles chegavam até a andar maltrapilhos, vestindo batinas longas e pretas, cabeças raspadas e votos muito parecidos com os dos frades franciscanos. Graças a essa conduta, por onde passavam eram respeitados e começaram rapidamente a se tornar líderes religiosos, e, ao mesmo tempo uma grande preocupação para a Igreja.

Foi então que o abade Arnold Amaury, líder da Ordem dos Monges Cistercienses, plenipotenciário papal no Languedoc, proferiu uma única e letal frase: "Matem todos eles, Deus saberá quem são os seus". A instrução então foi seguida à risca pelos guerreiros cruzados e assim, em 23 de julho de 1209, na cidade de Béziers, mais de 20 mil civis foram massacrados sem piedade, com 7 mil assassinados no recinto da catedral, para onde haviam fugido em busca de abrigo. A justificativa para o massacre é que aquele era um castigo pelos pecados dos hereges da cidade e pela blasfêmia cátara contra Maria Madalena, justamente no dia de sua festa oficial, porque eles diziam que a Santa era concubina de Jesus: "Foi, pois com justa causa que esses cães nojentos foram tomados e massacrados durante a festa de alguém a quem haviam insultado."– relatou um cronista da época.

Entretanto, antes do massacre, há relatos de que, entre os anos de 1165 e 1198, os cátaros foram perseguidos publicamente em muitos locais, entre eles Lombers, na França, Colônia, na Alemanha e Oxford, na Inglaterra. Nesse mesmo período, a Igreja começou a instaurar os tribunais eclesiásticos, sem, entretanto, contar com o poder da oratória próprio dos cátaros. O resultado foi o fortalecimento dos Perfeitos nas mesmas cidades onde os tribunais eram instalados.

Como forma de tentar enfraquecer a doutrina, em 1205, Domingos de Gusmão fundou a Ordem dos Dominicanos, que parecia competir com os dogmas dos cátaros. Entretanto, eles não conseguiam ter a mesma receptividade com a comunidade como os Perfeitos. Enquanto os cátaros, ao chegarem num novo vilarejo, logo arrumavam trabalho e à noite se dedicavam

Pintura representando Domingos de Gusmão.

Papa Inocêncio III excomunga os albigenses (esquerda). Massacre contra os albigenses pelos cruzados (direita).

Cada vez mais perdendo seus fiéis, o Papa Inocêncio III determinou que os bens de todos aqueles que a Igreja considerava hereges fossem confiscados, o que foi cumprido em toda a Europa.

a falar sobre a doutrina com os moradores, os monges mantinham-se reclusos em seus mosteiros.

Cada vez mais perdendo seus fiéis, o Papa Inocêncio III determinou que os bens de todos aqueles que a Igreja considerava hereges fossem confiscados, o que foi cumprido em toda a Europa, exceto em Languedoc, onde tanto os governantes quanto a comunidade não aceitavam agir contra os cátaros. Como solução, Inocêncio determinou que clérigos e dominicanos se misturassem aos Perfeitos na região de Languedoc, o que também não surtiu efeito. Até que, em 1208, o legado papal Pedro de Castelnau foi morto por moradores de Toulouse. Aproveitando-se da situação, Inocêncio fez crer que os assassinos eram cátaros e organizou uma cruzada, liderada por Arnold de Amaury e pelo bispo Folquet de Marselha. No campo de batalha, o comando coube a Simão de Montfort, à frente de um exército com 10 mil homens. Mas a Igreja não tinha como alvo da cruzada apenas os cátaros; ela também queria punir os nobres que davam proteção a eles, especialmente o conde Raimundo VI, de Toulouse e o visconde Raimundo Rogério, de Trencavel. E foi por esse motivo que atacaram Béziers, massacrando cátaros e católicos, Perfeitos e padres, homens, mulheres e crianças. Em seguida partiram para Carcassonne, Bram, Minerve, Termes e Lavaur, sem oferecer aos seus moradores a menor chance de rendição. Em troca por tal selvageria, aos cruzados ganharam, além do perdão por seus pecados, o direito de repartir entre si toda a riqueza e as terras de Languedoc. A matança só terminou em 1229, quando Raimundo VII de Toulouse e o rei Luiz IX da França firmaram o tratado de paz de Meaux-Paris.

Apesar de toda a selvageria que foi o massacre de Béziers, Inocêncio III não conseguiu extinguir o catarismo, o que só foi possível em 1227, com Gregório IX, ao instituir a Santa Inquisição por meio da bula *Excom-*

municamus.

A última grande ação militar contra os cátaros foi em 1243, em Montségur e, em 1321 foi executado o último sacerdote cátaro de que se tem conhecimento. Tratava-se de Guillaume Bélibaste, que havia se refugiado no oeste da Espanha, encerrando assim a trajetória daqueles que, com simplicidade e humildade, haviam conquistado o respeito do povo.

Bogomilismo

Embora os cátaros tivessem sido o grande alvo da Igreja Católica, outras seitas gnósticas também sofreram severa perseguição. Entre elas estavam os seguidores do bogomilismo, seita cristã fundada durante o I Império Búlgaro, pelo Padre Bogomilo, durante o reinado de Pedro I da Bulgária, no século X.

É provável que os bogomilos tenham surgido na região da Macedônia, entre o rio Babuna, a Montanha Babuna, a Cachoeira de Bogomil e a Aldeia Bogomila, onde o movimento foi muito ativo.

Para os bogomilos, havia uma distinção clara entre o Deus criador do espírito e o Deus criador da matéria, que era considerado por eles uma figura do mal. Assim como os paulicianos, outra doutrina gnóstica, os bogomilos defendiam a igualdade social e o afastamento dos pobres do domínio da nobreza e do clero. Como os cátaros, também rejeitavam vários sacramentos, entre eles a Eucaristia, e o uso de objetos materiais de adoração. Eram céticos quanto ao matrimônio e não consumiam nenhum produto de origem animal. Quanto às escrituras, os bogomilos aceitavam apenas o Novo Testamento e o Livro dos Salmos.

Da região dos Balcãs, os bogomilos foram difundindo suas crenças até a região do Bizâncio, onde foram perseguidos por búlgaros e imperadores, dirigindo-se então para a Europa Central e Ocidental, onde encontraram grande resistência por parte das autoridades católicas.

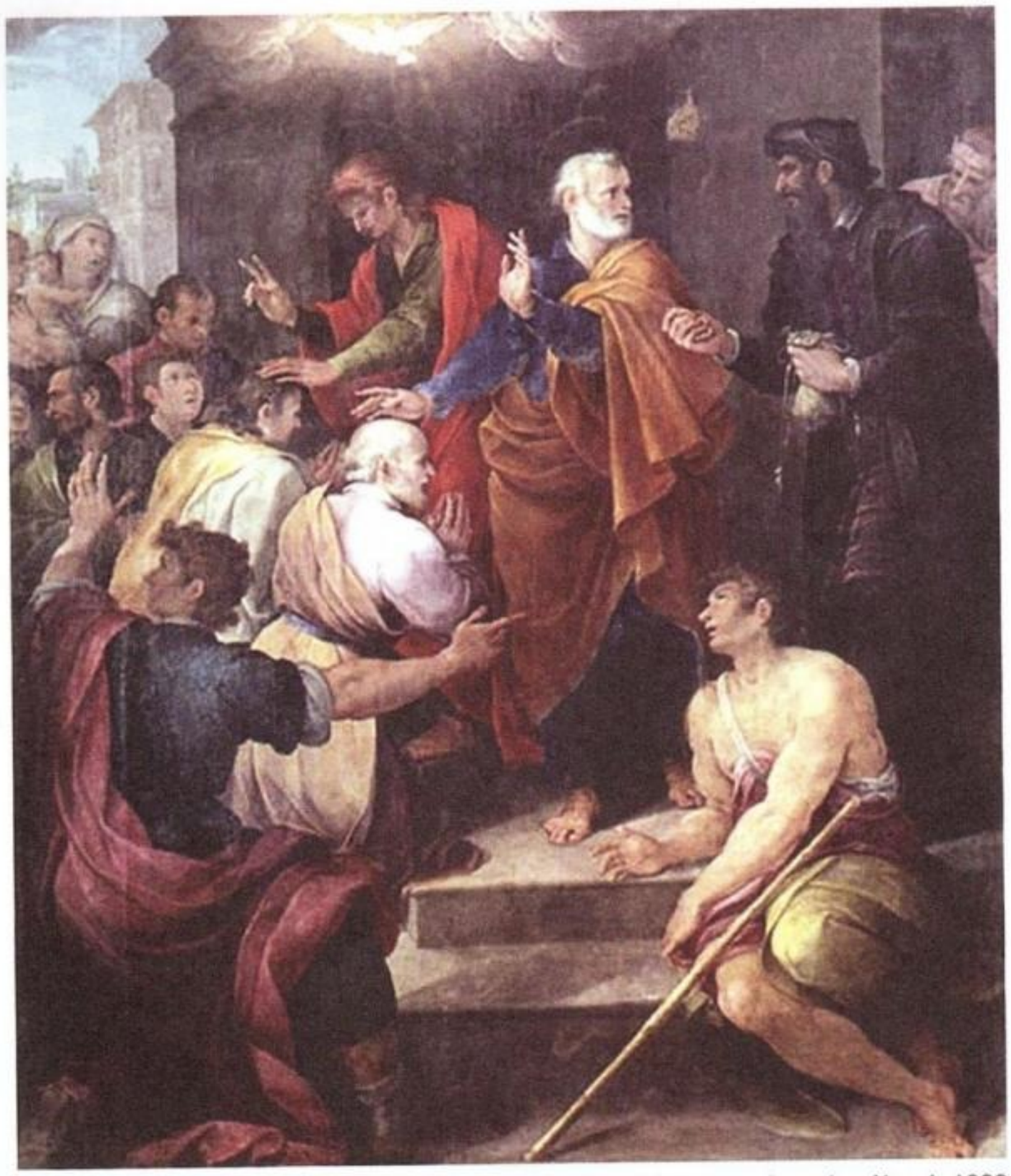
Na época, a Bósnia tinha como seu homem forte Ban Kulin, conhecido por praticar uma política de liberdade religiosa. Ele mesmo, sua esposa e sua irmã já haviam se convertido ao bogomilismo, quando, em

O desenvolvimento das seitas cristãs.

1203, o Papa Inocêncio III, com a ajuda do rei da Hungria, tentou forçar os moradores daquela região a reconhecer a autoridade do Papa e a religião católica, o que foi em vão. Com a morte de Kulin, em 1216, novamente foi feita uma tentativa de converter os bogomilos, o que não foi possível. Até que, em 1234, o Papa Gregório IX excomungou o bispo da Bósnia, sob a alegação de heresia e convocou a cruzada húngara para perseguir os bogomilos. Embora os nobres bósnios tenham enfrentado os húngaros, com a conquista do país pelos turcos no final do século XV, os bogomilos foram sendo extintos e hoje não existe nenhum traço da seita na Bósnia. Sabe-se, no entanto, que o ritual escrito em língua eslava "Radoslav", e publicado no volume XV do "Starine of the South Slavonic Academy at Agram", mostra grande semelhança com o ritual dos cátaros.

Além da Bósnia, alguns relatos apontam a presença de bogomilos na Itália e na França, onde, em 1203, o rei Roberto II, atendendo um pedido da Igreja, mandou queimar na fogueira, em Orleans, uma dezena de hereges, provavelmente bogomilos.

O gnosticismo cristão, acredita-se que tenha origem em Simão Mago, com quem o apóstolo Pedro travou uma polêmica em Samaria.



Conflito de Pedro com Simão, o Mago, por Avanzino Nucci, 1620. Simão está à direita, vestido de preto.

Gnosticismo

A palavra "gnose" é originária do grego "gnosis", que significa "conhecimento", no sentido de "conhecimento profundo, de forma intuitiva e transcendental". O gnosticismo é, talvez, um dos mais antigos sistemas religiosos, iniciado antes da Era Cristã e congregando princípios do judaísmo, do cristianismo e da filosofia oriental. Apesar disso, mantém suas próprias escrituras sagradas, sendo a principal o Evangelho de Tomás.

Acredita-se que seja originário da Ásia Menor, tendo como base as filosofias pagãs aceitas na Babilônia, Egito, Síria e Grécia. Com nítidas influências do neoplatonismo e dos pitagóricos, o gnosticismo reúne mistérios das religiões gregas, elementos da astrologia, teosofia e conhecimentos secretos que, segundo seus seguidores, os tornava superiores aos cristãos comuns.

A premissa básica do gnosticismo é a cosmovisão dualista: existe o Deus criador imperfeito, para eles associado ao Velho Testamento e o Deus bom, associado ao Novo Testamento. Na visão gnóstica, o mundo imperfeito criado pelo Deus do Velho Testamento deu origem ao sofrimento humano,

mas o Deus perfeito do Novo Testamento nos concedeu a "centelha divina" para que pudéssemos despertar do mundo de ilusões e imperfeições.

Não há, entretanto, somente um tipo de gnosticismo, existindo, entre outros, a gnose helenística, a gnose judaica e a gnose cristã.

Na gnose helenística, a crença é em um dualismo metafísico, representado pelo bem e o mal, o corpo e a alma. A gnose judaica acredita num Deus único que, embora permitindo a existência do mal, um dia o eliminará da terra.

Já o gnosticismo cristão, acredita-se que tenha origem em Simão Mago, com quem o apóstolo Pedro travou uma polêmica em Samaria. Entretanto, pouco se sabe sobre o princípio da doutrina e a maior polêmica contra os gnósticos apareceu no período patrístico, com os escritos apologéticos de Irineu (130-200), Tertuliano (160-225) e Hipólito (170-236). Até que os gnósticos fossem considerados heréticos, os maiores adeptos da nova doutrina eram justamente os ortodoxos da Igreja Católica, que consideravam a gnose um aprofundamento do ensino apostólico.

O gnosticismo teve grandes personagens ao longo de sua história, responsáveis por expandir suas crenças por toda a Europa. Entre os personagens de destaque estão:

Valentin: era egípcio e, provavelmente, foi o mais importante representante do gnosticismo. Para ele, Jesus era apenas um mediador entre Deus e o homem que, por sua vez, tinha a missão de libertar-se da matéria, e assim, do mal. Para Valentin, o mal era uma direção falsa do bem e o sofrimento humano só terminaria quando houvesse uma redenção total na terra. Quando assim ocorresse, o homem voltaria à sua condição primitiva, teria a matéria eliminada e, com isso, o mal.

"A morte de Simão Mago" na Crônica de Nuremberg ("Liber Chronicarum", 1493).

Taciturno: viveu na Antioquia, na época do imperador Adriano. Pregou o gnosticismo na Síria e rechaçava o matrimônio, considerando-o um ato do mal. Acreditava que o homem possuía uma centelha divina que lhe permitia elevar-se ao mundo espiritual e considerava que Cristo havia sido enviado por Deus para redimi-lo do jugo de Yavé, ou Demiurgo, o Deus criador da matéria.

Basílides: também era egípcio e pregou

Códices da "Biblioteca de Nag Hammadi".

Sabe-se pouco sobre o gnosticismo, e mesmo assim, muito do que se sabe a respeito se deve à descoberta da "Biblioteca de Nag Hammadi", uma coleção de treze códices antigos encadernados.

sua doutrina na região da Alexandria. Acreditava que Cristo tinha sido enviado por Deus para libertar o homem da escravidão de Yavé, mas defendia que, por ser um espírito, não havia sofrido a paixão, lugar que foi ocupado por Simão de Cirene.

Bardésanes: era sírio e também pregou na Alexandria. Deu continuidade ao pensamento de Valentin, embora tenha instituído em sua pregação hinos litúrgicos por acreditar que as emanações espirituais pudessem elevar-se até o Absoluto.

Ofitas: era um grupo gnóstico que acreditava que os descendentes de Adão, Eva e a serpente tinham como missão tentar o homem.

Simão, o Mago: judeu, acreditava na existência de uma Primeira Potência Divina Infinita e o Princípio de Tudo. Esse primeiro Deus, identificado com ele mesmo, denominando-o Simão, tinha criado a Sophia e através dela criou o Cosmos, o universo todo. Mas Sophia caiu nas redes das forças inferiores, ou seja, a matéria. Simão (a Potência divina) veio ao mundo para resgatá-la e iniciar a redenção universal.

Cerinto: acreditava que o mundo era obra de Demiurgo e ensinava a seus discípulos que Cristo não tinha nascido da Virgem Maria e que nem padeceu na cruz, mas sim Jesus, filho natural da Maria, em quem Cristo tinha assumido no batismo, para logo abandoná-lo nas horas prévias à paixão. Dizia ainda que chegariam tempos em que se instalaria um reino terrestre de mil anos, e que Jerusalém seria seu centro, durante o qual os homens poderiam satisfazer todos os seus apetites carnais.

Entretanto, sabe-se pouco sobre o gnosticismo, e mesmo assim, muito do que se sabe a respeito se deve à descoberta da "Biblioteca de Nag Hammadi", uma coleção de treze códices antigos encadernados contendo mais de cinquenta textos, encontrada no Alto Egito, em 1945. Esta imensamente importante documentação inclui um grande número de "evangelhos gnósticos" – textos que se pensava terem sido totalmente destruídos durante a luta dos primeiros cristãos. Esses códices incluem escrituras, como o Evangelho de Tomé, o Evangelho de Filipe, e o Evangelho da Verdade.

A descoberta e tradução da "Biblioteca de Nag Hammadi", concluída em 1970, forneceu impulso para uma grande reavaliação da história cristã primitiva e da natureza do gnosticismo.

Donatismo

O donatismo foi o movimento doutrinário criado por Donato, o Grande, que era

presbítero-supervisor de Cartago por volta de 332. O donatismo é um sistema dogmático eclesiológico, o que causou a chamada controvérsia donatista do quarto século. O donatismo é considerado um dos primeiros grandes movimentos cismáticos da Igreja, iniciado no período de perseguição do imperador romano Diocleciano.

As primeiras discussões surgiram quando um supervisor de congregação foi ordenado por um presbítero-supervisor que anteriormente havia entregado cópias das Escrituras às autoridades do governo para serem destruídas em um tempo de perseguição. Os donatistas achavam isso uma traição, mas representantes da Igreja, de uma forma geral, não achavam. Essa polêmica provocou um cisma, pois em Cartago os presbíteros se reuniram e elegeram um presbítero-supervisor, dividindo assim a Igreja do Norte da África que, a certa altura, já era mais da metade donatista.

Os donatistas eram radicais em sua posição, achando-se a única igreja verdadeira. Tanto é que eles não aceitavam o batismo realizado pelas demais igrejas. Os donatistas diziam que os verdadeiros obreiros eram inatacáveis em sua maneira de viver e que se eles não fossem íntegros em tudo, o que eles fizessem não teria validade alguma, seja batismo, celebração da ceia e até mesmo o ato de ordenar oficiais eclesiásticos. Portanto, se um oficial da igreja fosse considerado indigno da posição, os donatistas não o consideravam obreiro de verdade, e se ele ordenasse alguém para o presbitério ou diaconato, tais ordenações não teriam valor algum.

A posição dos donatistas quanto às cerimônias cristãs convencionou-se a ser chamado "theologia regenitorum" porque, para eles, a condição espiritual do oficiante influenciava nos efeitos da cerimônia. Por tomarem essa atitude exclusivista, os donatistas se achavam superiores ao demais cristãos e assim batizando todos os cristãos que se filiassem a sua organização eles viam a necessidade de se desligarem da igreja popular, porque ela era mundana.

Os donatistas queriam mais rigor nas disciplinas e criticavam a Igreja por acharem-na hipócrita. Para eles, a Igreja devia conter somente os puros. Agostinho combateu com eloquência os donatistas e, por volta do ano 400, ele escreveu "Rebatismo", um tratado em que ele combateu a doutrina donatista de batizar os cristãos já batizados. No tratado "Epistela 93", Agostinho falou o seguinte sobre a questão do rebatismo:

Agostinho de Hipona discutindo com os donatistas, pintura de Charles-Andre von Loo.

O massacre dos paulicianos - 843/844, de Escilitzes de Madrid.

Em 668, iniciou-se uma grande perseguição aos paulicianos, que provocou, em 690, a morte de um de seus grandes líderes, chamado Constantino, que foi morto apedrejado e seu sucessor queimado vivo.

"Há grande diferença entre um apóstolo e um beberrão; mas não há diferença nenhuma entre um batismo realizado por um apóstolo ou por um beberrão."

A briga de Agostinho com os donatistas levou-o a fazer pesados comentários, inclusive incentivando o governo a tomar a atitude de forçá-los a se integrarem na Igreja popular. Mas não foi preciso usar de violência, pois os vários debates acabaram enfraquecendo o movimento donatista, que, a partir de 411, começou a diminuir em número, até que se extinguiu.

Paulicianismo

O paulicianismo foi uma seita adocionista (cristã primitiva), também acusada por fontes medievais como gnóstica e quase maniqueísta. Os paulicianos floresceram entre 650 e 872 na Armênia e partes orientais do Império Bizantino, como Anatólia e os Balcãs. De acordo com fontes medievais bizantinas, o nome do grupo foi obtido a partir do terceiro século do bispo de Antioquia, Paulo de Samósata, na época do cristianismo primitivo.

Sua doutrina diferenciava claramente um Deus criador do espírito e um Deus senhor e criador da matéria. Os paulicianos negavam a Encarnação e consideravam Cristo um anjo de Deus. Aceitavam como textos sagrados apenas os Evangelhos e as Cartas de Paulo e recusavam os sacramentos, as imagens sagradas, a hierarquia eclesiástica e a vida monástica. Em vez da missa, celebravam o ágape, ou festa do amor.

Os paulicianos também formavam um movimento de protesto político, social e de revolta contra o despotismo bizantino e búlgaro. Eles sofreram várias perseguições

por parte do Império Bizantino, que os condenou oficialmente em 687. Foi então que se organizaram como Estado independente e empunharam armas em sua defesa, até a derrota militar definitiva, em 752. Mas a derrocada não significou o fim do movimento. Há provas de que foram perseguidos pelo Império de Constantinopla ainda em 840. Alguns deles acabaram se mudando para as terras do emir de Melitene e lutando entre os árabes.

Outro ramo do movimento, sediado na Trácia, teria sobrevivido até o século XIII e inspirado o movimento herético búlgaro dos bogomilos. Eram considerados hereges pelos católicos que predominavam na Armênia, antiga Babilônia, Síria, Palestina, monte Ararat, cordilheira do Touro e Antioquia, no século VI, no Império Bizantino.

Os paulicianos diziam serem provindos dos apóstolos e terem seu início a partir das pregações dos mesmos no primeiro século depois de Cristo. Porém faltam registros comprobatórios para tal afirmação.

Durante os séculos V e VI, os hunos formaram parte de uma confederação que avançava para o território armênio, muitos dos militares que protegiam as fronteiras armênias eram paulicianos.

Em 668, iniciou-se uma grande perseguição aos paulicianos que provocou, em 690, a morte de um de seus grandes líderes, chamado Constantino, que foi morto apedrejado e seu sucessor queimado vivo. Durante o reinado do imperador Leão III, o Isáurio (que durou entre 717 e 741), os paulicianos foram favorecidos nos Balcãs ocidentais pelo édito do imperador contra as imagens, tendo inclusive a proteção do próprio filho de Leão III.

A imperatriz Teodósia (842–867) iniciou uma perseguição que matou 100 mil deles, pois eram acusados de gnósticos, maniqueístas e dualistas.

Após as perseguições, os então denominados hereges paulicianos expandiram-se para os Balcãs ocidentais, dando a possível origem aos bogomilos. Segundo creem alguns historiadores, posteriormente originaram os albigenses nos Alpes do sul da França ao se unirem com os "hereges" que lá residiam.

Novacionismo

O novacionismo, também chamado de novacianismo, foi um movimento que surgiu no período do cristianismo primitivo pelos seguidores do padre romano Novaciano. Considerado o "antipapa na Igreja Romana", Novaciano nasceu provavelmente em Roma e ficou conhecido por sua atuação como intermediador entre o governo de Roma e a Igreja durante a perseguição promovida pelo Imperador Décio.

Dotado de uma inteligência aguda, recebeu uma formação literária e filosófica de primeira ordem. Seu nome apareceu em Roma pela primeira vez como eminente membro do clero romano, autor de um notável tratado sobre a Trindade, que lhe valeu o título de fundador da teologia romana. Foi julgado apto à ordenação e o colégio dos sacerdotes de Roma tinha-o aceito como porta-voz durante os 14 meses de vacância do pontificado, durante a perseguição do Imperador

Considerado o "antipapa na Igreja Romana", Novaciano nasceu provavelmente em Roma e ficou conhecido por sua atuação como intermediador entre o governo de Roma e a Igreja durante a perseguição promovida pelo Imperador Décio.

Décio, depois da morte de Fabiano. Preterido na eleição do pontificado pelo nome de Cornélio e revoltado com o tratamento do novo papa na questão dos lapsos, cristãos que haviam abjurado o cristianismo durante a perseguição do imperador Décio, e que pediam para ser readmitidos à comunhão da Igreja, promoveu um cisma que se estendeu até da Espanha até a Armênia e a Mesopotâmia, e que continuou, em comunidades isoladas, além do século V, embora seus seguidores tenham sido excomungados no sínodo promovido pelo pontífice (251).

Manes, ou Maniqueu, foi um profeta persa, fundador do maniqueísmo, uma das muitas religiões gnósticas da antiguidade.

Maniqueu.

Foi escritor prolífico e, segundo o historiador Sócrates, foi martirizado durante a perseguição do Imperador Valeriano, que governou entre os anos de 253 e 260.

Após a morte de Novaciano, seus seguidores se espalharam rapidamente por toda a Europa, onde eram chamados de novacionistas, embora eles próprios se chamassem de puritanos, ou, do grego "katharoi". Eles assim se denominavam porque não queriam se misturar com aqueles que consideravam seguidores de uma "igreja corrupta". Por isso, quem decidisse segui-los em sua doutrina deveria ser rebatizado, o que era considerado uma heresia pela Igreja Católica. Os novacionistas também não se submetiam à autoridade papal, embora sua doutrina fosse igual à das igrejas católicas. Era apenas a questão de disciplina que questionavam, no que se referia às condições para ser membro da igreja e da obtenção de perdão de certos pecados específicos. Enquanto Cipriano admitia a reconciliação dos caídos após uma penitência severa e prolongada, Novaciano considerava que "reconciliação alguma lhe pode ser concedida". Para Novaciano, a Igreja se identificava com um pequeno grupo de espirituais que estava em conflito obrigatório com a cidade terrena. Crendo que as igrejas católicas eram apóstatas, os novacianos rejeitaram as ordenanças delas. A crença na regeneração batismal era quase universal nesta época. Os novacianos deram tanta importância à necessidade de o batismo ser ministrado por pessoa devidamente qualificada que rebatizavam os que vinham das igrejas católicas.

Maniqueísmo

Manes, ou Maniqueu, foi um profeta persa, fundador do maniqueísmo, uma das muitas religiões gnósticas da antiguidade. Acredita-se que Maniqueu tenha nascido em Ctesifonte, no Império Pata e seis de suas princi-

pais obras foram escritas no aramaico siríaco, e a sétima, dedicada ao monarca do império, Sapor I, foi escrita em persa médio.

Pouco se sabe sobre sua vida, mas, afirma-se que quando era jovem viu seu anjo protetor ordenando que ele se isolasse do mundo para receber a revelação de uma nova religião, que seria a interpretação correta de diversas crenças religiosas da época. Depois de receber essa revelação, passou a pregar, na Pérsia, um novo entendimento do zoroastrismo, o qual tentou conciliar com os fundamentos do cristianismo. Dotado de grande aptidão para aprender línguas, viajou pela Índia, China e Tibete, de onde recolheu ensinamentos religiosos e filosóficos que acrescentou à sua religião. Após gozar da proteção do rei Sapor I (reinou em 242 - 273 a.C), sofreu perseguição dos sacerdotes do zoroastrismo – os Magos – durante o reinado de Vararanes I (274 - 277 AD). Preso e condenado como herege, foi, segundo a tradição, esfolado vivo e sua carne atirada ao fogo, enquanto que sua pele, crucificada em praça pública na cidade de Gundesapor.

Seus seguidores, chamados de maniqueístas, acreditavam que o mundo era simplesmente dividido entre o bem, que era Deus, e o mal, que era o Diabo. Para os maniqueístas, a matéria é intrinsecamente má, e o espírito, intrinsecamente bom. Com a popularização do termo "maniqueísta" passou a ser um adjetivo para toda doutrina fundada nos dois princípios opostos, do Bem e do Mal. As ideias maniqueístas espalharam-se desde as fronteiras com a China até ao Norte da África. Após a morte de Maniqueu, seus adeptos sofreram perseguições na Babilônia e no Império Romano, neste último nomeadamente sob o governo do Imperador Diocleciano e, posteriormente, dos imperadores cristãos. Apesar de a Igreja ter condenado esta doutrina como herética em diversos sínodos desde o século IV, ela permaneceu viva até a Idade Média.

Entre outros princípios que deveriam ser seguidos pelos maniqueístas, estavam os seus 10 mandamentos, que consistiam em:

1-Não adorar nenhum ídolo;

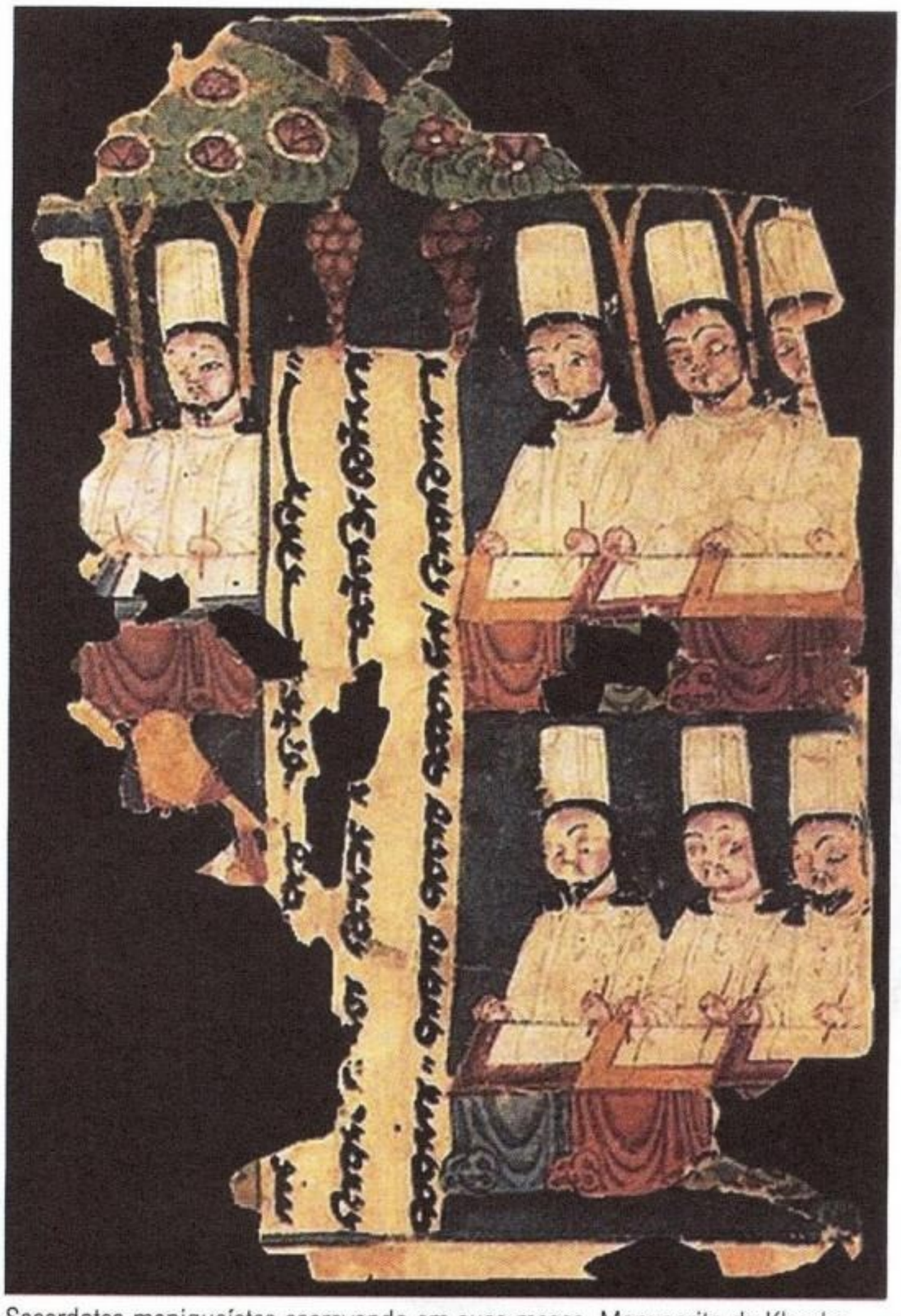
2-Purificar o que sai da boca: não praguejar, não mentir, não levantar falso testemunho ou caluniar;

3-Purificar o que entra pela boca: não comer carne, nem ingerir álcool;

4-Venerar as mensagens divinas;

5-Ser fiel ao seu cônjuge e manter a continência sexual, especialmente durante os jejuns;

6-Auxiliar e consolar aqueles que sofrem;



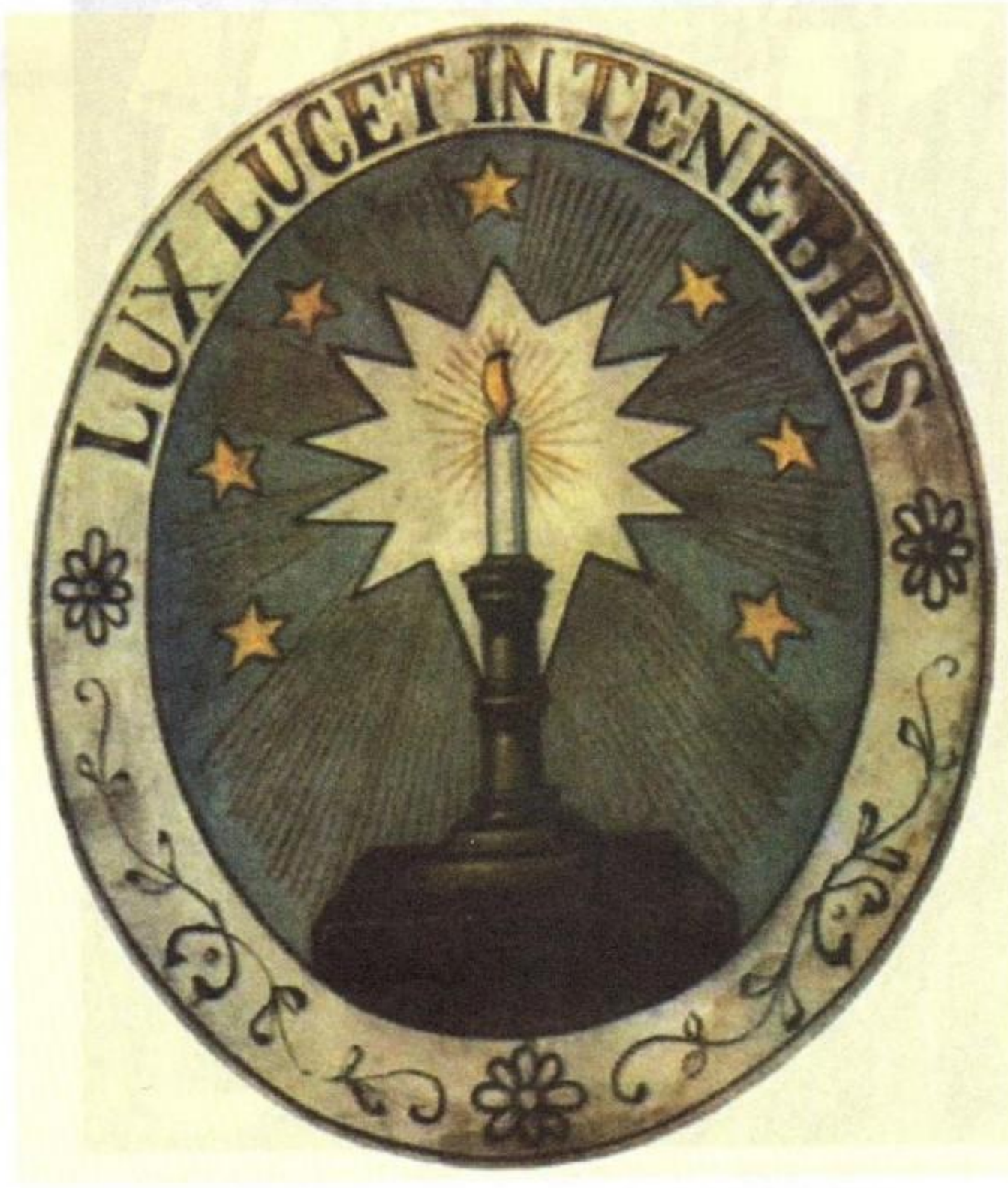
Sacerdotes maniqueístas escrevendo em suas mesas. Manuscrito de Khocho, Bacia de Tarim.

7-Evitar os falsos profetas;
8-Não assustar, ferir, atormentar ou matar animais;
9-Não roubar nem cometer fraude;
10-Não praticar nenhuma magia ou feitiçaria.

Valdismo

Os valdenses são uma denominação cristã dos seguidores do valdismo, que teve sua origem entre os seguidores de Pedro Valdo, na Idade Média, e subsiste hoje como um grupo etnorreligioso na Itália e no Uruguai, nas igrejas Valdense e Evangélica Valdense do Rio da Prata. O valdismo também é mantido por descendentes dos valdenses antigos na Alemanha, nos Estados Unidos e na França.

Pedro Valdo foi um rico comerciante de Lyon que, em 1176, teve contato com uma tradução do Novo Testamento e decidiu abandonar todos os seus bens, com exceção daquilo que fosse necessário para o sustento de sua família.



A vela circundada pela expressão "Lux Lucet in Tenebris", símbolo do Valdismo.

Um grupo de discípulos logo se formou, tornando-se conhecido como os "Pobres de Espírito". Valdo e seus seguidores passaram, então, a pregar suas ideias pela região. Em virtude de sua recusa em interromper suas pregações, eles foram excomungados em 1184. Valdo também foi um tradutor, que traduziu a Bíblia para o provençal. Desde o início, os valdenses afirmavam o direito de cada fiel de ter a Bíblia em sua própria língua, sendo esta a fonte de toda autoridade eclesiástica.

Os valdenses reuniam-se em casas de família ou mesmo em grutas, clandestinamente, devido à perseguição da Igreja Católica. Celebravam a Santa Ceia uma vez por ano. Negavam a supremacia de Roma, rejeitavam o culto às imagens vistas por eles como idolatria e se diziam guardadores da doutrina cristã apostólica.

Mesmo após a morte de Pedro Valdo, em 1217, seus discípulos continuaram o movimento, sendo nomeados valdenses. Condenados pelo papado, os valdenses foram perseguidos durante a Idade Média e a Reforma Protestante, quando juntaram-se ao nascente protestantismo no Sínodo de Chanforan em 1532. Desde então, os valdenses subscrevem ao Calvinismo.

Os valdenses reuniam-se em casas de família ou mesmo em grutas, clandestinamente, devido à perseguição da Igreja Católica.

Monofisismo

Monofisismo (do grego: monos - "único, singular" e physis - "natureza") é o ponto de vista cristológico que defende que, depois da união do divino e do humano na encarnação histórica, Jesus Cristo, como encarnação do Filho ou Verbo (Logos) de Deus, teria apenas uma única "natureza" que não era mais nem divina, nem humana e nem uma síntese de ambas. O monofisismo é contraposto pelo diofisismo (ou "diafisismo"), que defende que Jesus preservou em si as duas naturezas.

Historicamente, o monofisismo se refere com maior ênfase à posição dos que (especialmente no Egito e, em menor grau, na Síria) rejeitaram as decisões do Concílio de Calcedônia, de 451 (o quarto concílio ecumênico). Os membros mais moderados entre eles, porém, defendiam a teologia "miafisita", que se tornou a oficial para as Igrejas Ortodoxas Orientais. Muitos ortodoxos orientais, porém, rejeitam essa classificação, mesmo como um termo genérico, mas ele é amplamente utilizado na literatura histórica.

Após o Concílio de Calcedônia, a controvérsia monofisita (juntamente com outros fatores institucionais e políticos, além de um crescente nacionalismo) levaram a um duradouro cisma entre as Igrejas Ortodoxas Orientais de um lado e entre as Igrejas Ortodoxas e a Igreja Católica de outro. O conflito cristológico entre monofisismo, diofisismo e suas sutis combinações e derivações durou do século III até o VIII e deixou sua marca em todos os concílios ecumênicos, com exceção do primeiro. A vasta maioria dos cristãos atualmente pertence às chamadas igrejas "calcedonianas", ou seja, a Católica Romana, a Ortodoxa e os igrejas protestantes históricas (que são as que aceitam a autoridade de pelo menos os quatro primeiros concílios). Todas elas sempre consideraram o monofisismo como sendo herético.

À luz da pesquisa histórica moderna e de discussões ecumênicas, as posições dos miafisitas e calcedonianos diferem principalmente no uso do termo chave "natureza", ao invés da cristologia subjacente, mas outras pequenas diferenças de interpretação ou de ênfase também existem. A comunhão plena entre os ortodoxos orientais e as várias igrejas calcedonianas ainda não foi reestabelecida.

O monofisismo nasceu na Escola Teológica de Alexandria (um movimento e não um local), que começou a sua análise cristológica com o (divino) Filho eterno ou Verbo de Deus e procurou explicar como este Verbo Divino se encarnou como um homem. Pelo caminho contrário, a Escola de Antioquia (onde nasceu o nestorianismo, a antítese do monofisismo) partiu de Jesus (humano) dos evangelhos e tentou explicar como este homem se uniu com o Verbo Divino na Encarnação de Jesus.

O monofisismo nasceu na Escola Teológica de Alexandria (um movimento e não um local), que começou a sua análise cristológica com o (divino) Filho eterno ou Verbo de Deus e procurou explicar como este Verbo Divino se encarnou como um homem.

Pintura que representa o Concílio Calcedoniano.

A doutrina monofisita foi condenada pelo Concílio de Calcedônia, em 451, que, entre outros atos, adotou a chamada 'Definição de Calcedônia' afirmando que Cristo é o eterno Filho de Deus...

Ambos os lados, é claro, concordavam que Jesus era divino e humano, mas os alexandrinos enfatizavam a divindade (incluindo o fato de a natureza divina ser "impassível", ou seja, imune ao sofrimento) enquanto que os antioquenos enfatizavam a humanidade (incluindo o conhecimento limitado e a "sabedoria crescente" de Cristo nos evangelhos). Teólogos monofisitas e nestorianos, na realidade, raramente acreditavam nas visões extremas que seus adversários lhes atribuíam (embora alguns possam tê-lo feito).

A doutrina monofisista foi condenada pelo Concílio de Calcedônia, em 451, que, entre outros atos, adotou a chamada "Definição de Calcedônia" (geralmente chamada de "Credo Calcedoniano") afirmando que Cristo é o eterno Filho de Deus "que se fez conhecer em duas naturezas sem confusão (ou seja, mistura), imutável, indivisível, sem separação, sendo as diferenças entre as naturezas de maneira nenhuma removidas por causa da união, mas as propriedades de cada natureza sendo preservadas e aglutinadas em uma "prosopon" [pessoa] e uma "hypostasis" [substância] - não dividida ou partida em duas "prosopa" [pessoas], mas apenas um e o mesmo Filho, unigênito, divino Verbo, Senhor Jesus Cristo".

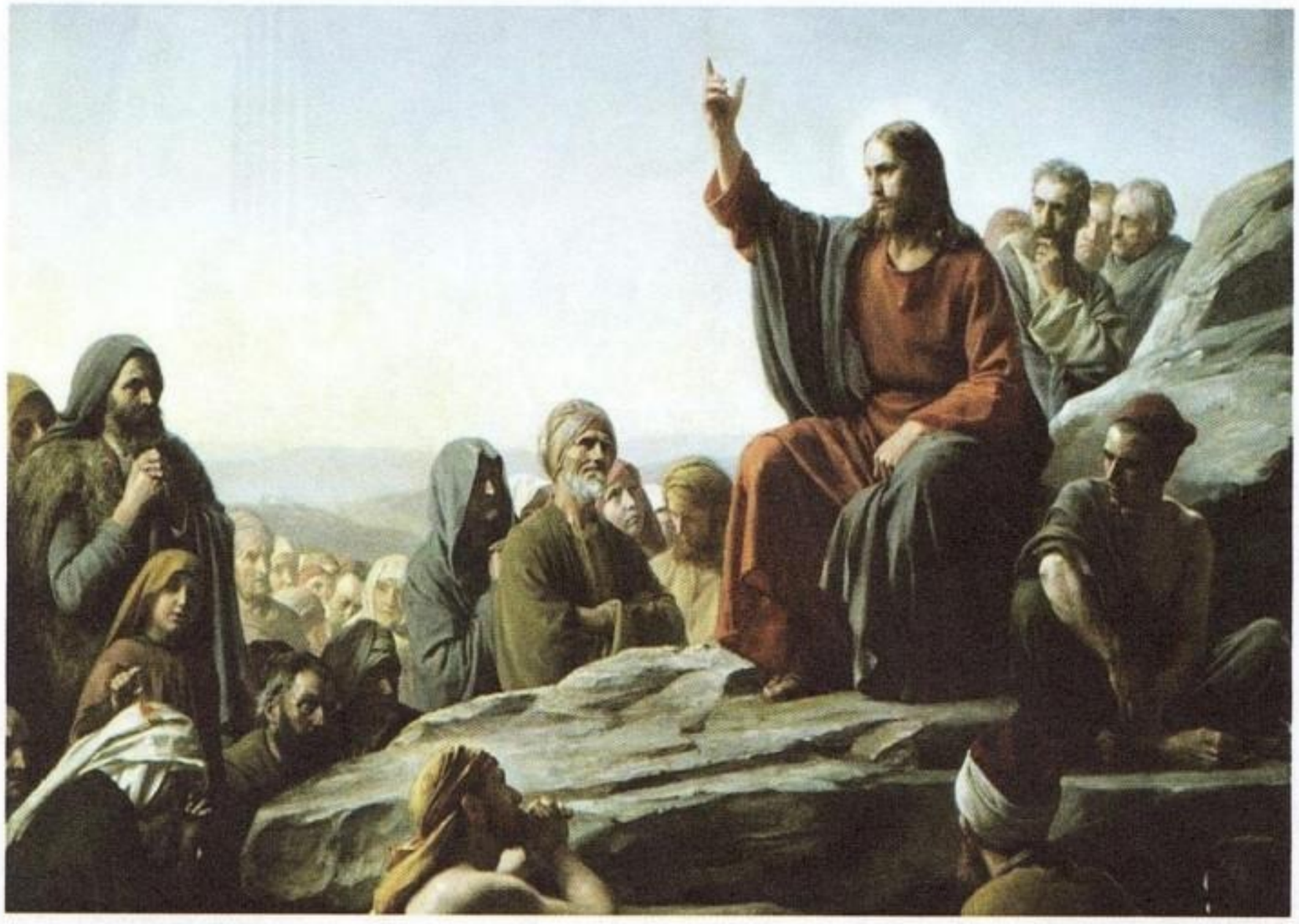
Aceito pelas sés de Roma, Constantinopla e Antioquia, o acordo firmado em Calcedônia encontrou forte resistência em Alexandria (e em todo o Egito), levando, finalmente, ao cisma entre as Igrejas Ortodoxas Orientais (que rejeitam Calcedônia) e as demais, calcedonianas, que sempre consideraram o monofisismo como herético e consideram que esta seja a posição (implícita ou explícita) dos ortodoxos orientais. Estes, por sua vez, consideram sua própria cristologia, conhecida externamente como miafisismo e baseada fortemente nos textos de Cirilo de Alexandria (que ambos os lados aceitam ser ortodoxo), como sendo distinta do monofisismo e, geralmente não aceitam serem chamados como tais.

O monofisismo e sua antítese, o nestorianismo, foram temas discutidos acaloradamente e foram dogmas que provocaram divisões nos primeiros anos do cristianismo, especialmente na primeira metade do século V, os tumultuados anos finais do Império Romano do Ocidente. Foi uma época marcada por uma mudança do centro de gravidade do poder, agora localizado no Império Bizantino, particularmente na Síria, no Levante e na Anatólia, regiões onde o monofisismo era muito popular.

Duas doutrinas desta época podem ser indiscutivelmente chamadas de "monofisitas":

o eutiquianismo, que defendia que as naturezas humana e divina de Cristo foram

Pintura representando o Sermão da Montanha.



fundidas em uma nova natureza única (mono): sua natureza humana teria "se dissolvido como uma gota de mel no mar".

Apolinarianismo, que defendia que Cristo tinha um corpo humano e um "princípio de vida" humano, mas que o Logos havia tomado o lugar do "nous", ou "princípio pensante", análogo, mas não idêntico, ao que se chama de "mente" nos dias de hoje.

Depois que o nestorianismo, ensinado pelo arcebispo de Constantinopla Nestório, foi rejeitado no Primeiro Concílio de Éfeso, Eutiques, um arquimandrita na capital imperial, emergiu com visões diametralmente opostas. A energia e imprudência com que ele dava suas opiniões lhe valeram uma acusação de heresia em 448 e, finalmente, a excomunhão. No ano seguinte, no controverso Segundo Concílio de Éfeso (chamado de "Latrocínio de Éfeso"), Eutiques foi reinstalado e seus principais oponentes, Eusébio de Dorileia, Domno e o arcebispo Flaviano de Constantinopla, foram depostos. O monofisismo e Eutiques foram finalmente condenados em Calcedônia.

Posteriormente, o monotelismo - a crença de que Cristo tinha duas naturezas e uma pessoa, mas tinha apenas uma "vontade", a divina – foi desenvolvida para tentar acabar com o cisma entre os monofisitas e calcedonianos, mas ela também foi rejeitada, apesar de ter sido defendida por vários imperadores bizantinos e tendo escapado de ser condenada por ao menos um papa, Honório I.

O monofisismo e sua antítese, o nestorianismo, foram temas discutidos acaloradamente e foram dogmas que provocaram divisões nos primeiros anos do cristianismo.

Outras heresias cristãs

Além dessas, também foram consideradas heresias pela Igreja Católica outras seitas e doutrinas, entre elas:

Antinomianismo: A ideia de que não há nenhuma obrigação de obedecer a legislação de ética ou moralidade, tal como apresentado por autoridades religiosas.

Audianismo: A crença de que Deus tem forma humana (antropomorfismo) e que se deveria comemorar a morte de Jesus durante a Páscoa judaica (quartodecimanismo).

Ebionismo: A seita judaica que insistiu na necessidade de seguir a lei judaica e ritos religiosos, que consideravam Jesus como o

Tribunal Eclesiástico da Inquisição.

Messias, mas não como divino. Os ebionitas reverenciavam seu irmão Tiago como o chefe da Igreja de Jerusalém e rejeitavam Paulo de Tarso como um apóstata "da lei". Seu nome sugere que eles colocaram um valor especial sobre a pobreza religiosa.

Marcionismo: Um cristianismo primitivo dualista. Os marcionitas afirmavam Jesus Cristo como o salvador enviado por Deus e o apóstolo Paulo como seu chefe, mas rejeitavam a Bíblia Hebraica e Javé. Marcionistas acreditavam que o colérico Deus hebraico era uma entidade separada e menor do que o misericordioso Deus do Novo Testamento. Esta opinião foi de certa forma semelhante à teologia cristã gnóstica, mas de outras maneiras diferentes.

Os marcionitas afirmavam Jesus Cristo como o salvador enviado por Deus e o apóstolo Paulo como seu chefe, mas rejeitavam a Bíblia Hebraica e Javé.

Milenarismo: Crença de certas denominações religiosas cristãs de que haverá uma era dourada ou paraíso na Terra, em que "Cristo vai reinar", antes do juízo final e o estado futuro eterno (os Novos Céus e Nova Terra). O milenarismo é uma forma específica de milenarianismo, com base em um ciclo de mil anos.

Montanismo: A opinião dos montanistas contrasta com o cristianismo ortodoxo das seguintes maneiras:

• A crença de que as profecias dos montanistas anulam e cumprem as doutrinas pro-

clamadas pelos apóstolos;

• O incentivo para profetizar em êxtase, contrastando com a abordagem mais sóbria e disciplinada para a teologia dominante no cristianismo ortodoxo na época e desde então;

• A visão de que os cristãos que caíram em desgraça não poderiam ser resgatados, também em contraste com a visão cristã ortodoxa da contrição que poderia levar à restauração do pecador à igreja;

• A maior ênfase na prevenção do pecado e da disciplina da Igreja do que no cristianismo ortodoxo. Eles enfatizaram a castidade, inclusive proibindo o casamento;

• Alguns dos montanistas também foram "quatrodecimanos", preferindo celebrar a Páscoa na data do calendário hebraico, de 14 de Nisan, independentemente de qual dia da semana. A ortodoxia decidiu que a Páscoa deveria ser comemorada no domingo seguinte de 14 Nisan.

O julgamento

De forma geral, a Inquisição cumpria um ritual que começava com a chegada de um grupo de monges do Santo Ofício em alguma aldeia para reunir a população local na igreja. Dava-se então início ao chamado Período de Graça, que durava um mês, e era quando os monges convidavam os pecadores a admitirem suas heresias. Quem se confessasse em geral se livrava das penas mais severas

Quem não aproveitasse o Período de Graça poderia ser denunciado. Como a Inquisição incentivava a delação, o pânico era generalizado: todos eram suspeitos em potencial. O acusado era convocado a se defender no tribunal.

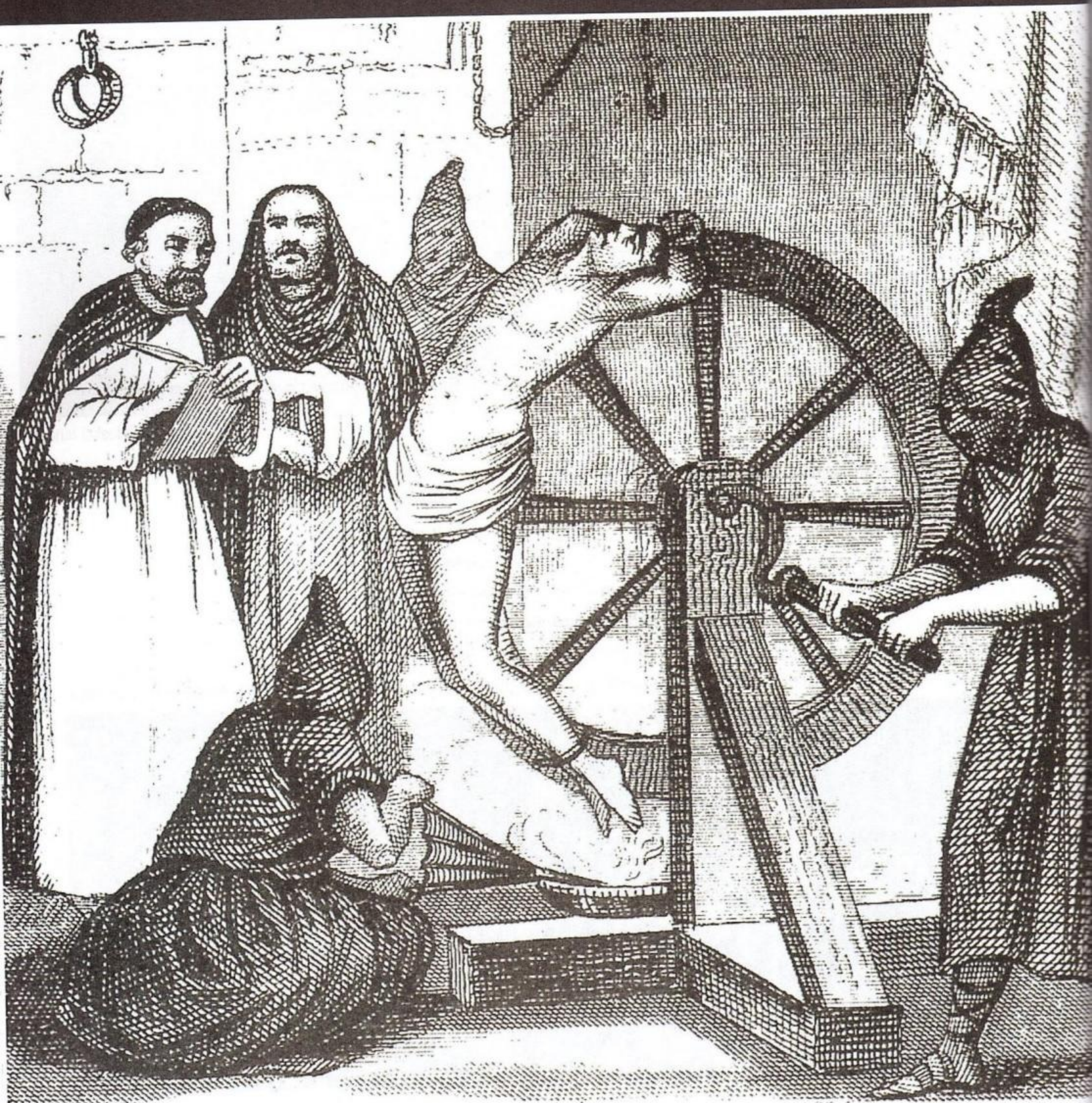
De forma geral, a Inquisição cumpria um ritual que começava com a chegada de um grupo de monges do Santo Ofício em alguma aldeia para reunir a população local na igreja.

O suspeito era interrogado por três inquisidores. Um deles, o inquisidor-mor, dava a sentença final. A defesa era difícil: raramente o réu tinha direito a um advogado. Para arrancar confissões, o Santo Ofício colocava espiões no encalço do suspeito e recorria a tenebrosas práticas de tortura.

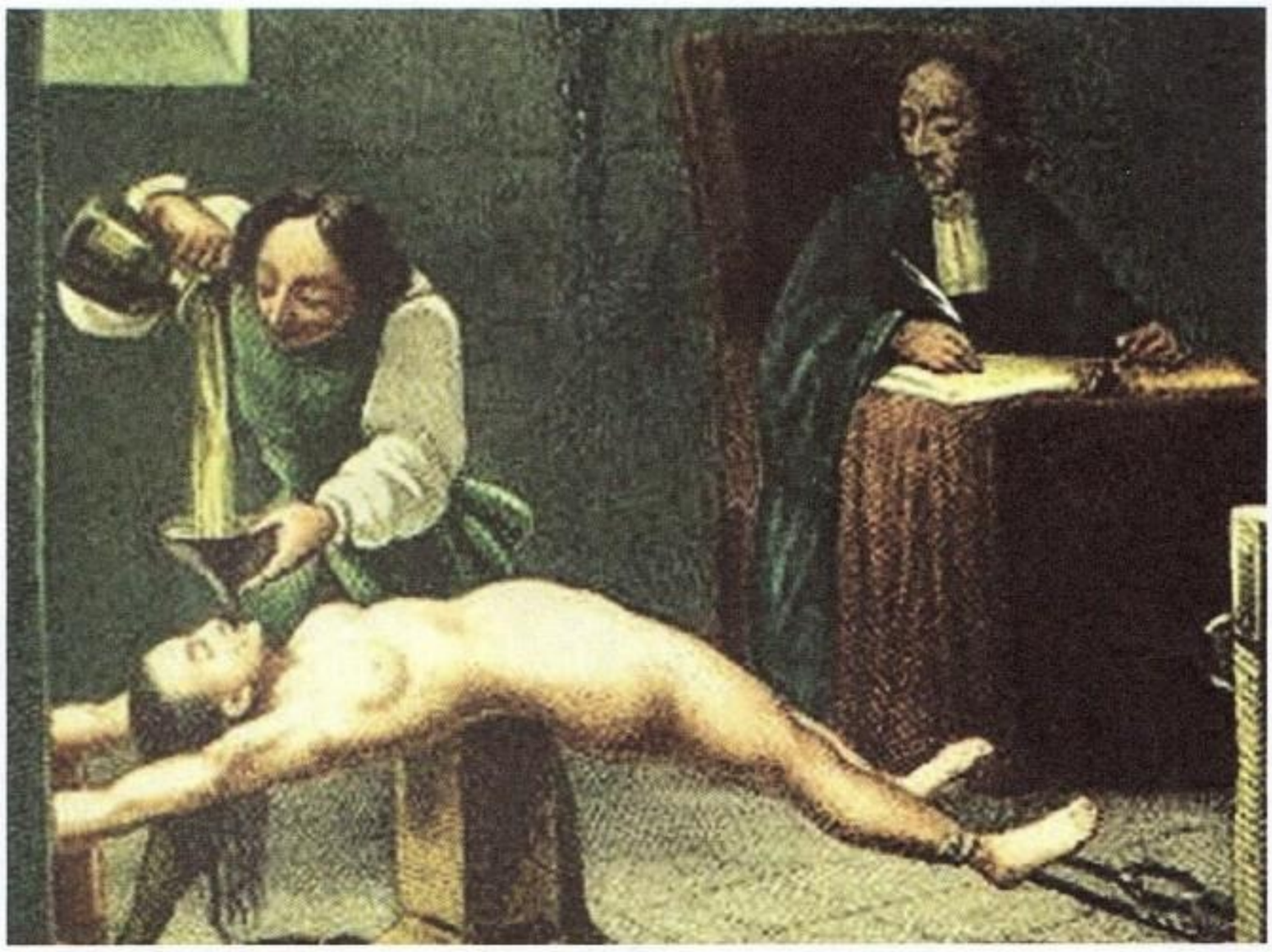
O inquisidor-mor variava a crueldade dos castigos conforme a heresia. Os mais leves incluíam deixar o acusado acorrentado, sem comer nem dormir por vários dias. Mas os relatos históricos registram outros bem mais dolorosos, como os aparelhos chamados potro e extensão. Para amedrontar os acusados, os carrascos faziam uma demonstração de como funcionavam esses dispositivos. Para abafar os gritos, era comum colocarem colchões nas portas.

"A Inquisição", de Goya.

Formas de tortura



A tortura era o recurso usado pelos inquisidores para extrair a confissão dos acusados de heresia. Para eles, pouco importava se o delito era considerado pequeno ou grave. Invariavelmente, o réu era submetido a sessões de tortura que, na maioria das vezes, levavam à morte. Os métodos eram tão cruéis e agressivos que até mesmo os mais nobres temiam o Tribunal da Inquisição.



A tortura da água

O acusado ficava amarrado em um cavalete ou numa mesa estreita com a barriga para cima. Um funil era introduzido na sua boca e o torturador derramava litros de água por ele. Se, por acaso, a vítima não morresse sufocada pela água, o algoz pulava em cima dela, para que a água saísse com brutalidade. Esse ritual macabro era repetido quantas vezes fossem necessárias para que os vasos sanguíneos arrebentassem com a pressão da água. Outras vezes, depois de litros e litros de água despejados pelo funil, os torturadores ainda introduziam na garganta do acusado um pano encharcado, que causava a falta de ar.

O potro

Este era o mais temido método de tortura da Inquisição. Nele o réu ficava deitado em uma cama de ripas e seus membros eram amarrados com cordas. Com uma haste de madeira ou de metal, a corda ia sendo enrolada até ferir o acusado. Uma vez que esse método deixava muitas cicatrizes, os inquisidores a usavam em processos que já estavam em fase final.

A roda

Era um dos mais temidos métodos de tortura, pois a vítima ficava amarrada na parte externa de uma roda, colocada logo acima de um braseiro. À medida que a roda era deslocada em direção ao fogo, o torturado era queimado. Havia ainda uma roda onde o fogo era substituído por ferros pontiagudos e, da mesma forma, conforme a roda era deslocada em direção aos ferros, o torturado tinha o corpo dilacerado.

A dama de ferro

Um dos mais conhecidos métodos de tortura, a dama de ferro, ou "iron maiden", era uma espécie de sarcófago de ferro com espinhos longos e pontiagudos em sua parte interna. Quando a mortalha era fechada, o acusado sofria dores dilacerantes, mas os espinhos jamais atingiam os órgãos vitais, fazendo a pessoa sofrer durante dias.

A pata de gato

A vítima era amarrada de forma a ficar imobilizada para que ganchos pontiagudos passassem com violência sobre seu corpo, dilacerando-o completamente. Nem mesmo os músculos ou ossos eram obstáculos para a ferramenta maquiavélica.

O pêndulo

Não menos cruel que os demais métodos, no pêndulo, o acusado era amarrado pelos pulsos e tornozelos em cordas que passavam por roldanas. Em seguida seu corpo era suspenso, para ser solto e abruptamente segurado, provocando um impacto capaz de destroncar a vítima. O método nem sempre causava a morte, mas deixava sequelas irreparáveis.

O pole

Assim como o pêndulo, a vítima era amarrada pelos pés e pulsos e tinha o corpo esticado pelas extremidades com violência.

O burro espanhol

O acusado era colocado sem roupas e com as pernas abertas em um cavalete de madeira em forma de V. A parte mais pontiaguda ficava entre as penas e nos pés da vítima eram amarrados pesos para que, aos poucos, ela fosse sendo cortada ao meio.

A serra

O acusado era suspenso pelas pernas e tinha as pernas serradas verticalmente. Com o sangue acumulado na parte superior do corpo, a vítima ficava horas agonizando, só vindo a morrer quando a serra alcançava seu tórax.

A pera

A vítima era suspensa em cordas e um instrumento em formato de pera era introduzido em seu ânus, para depois ser aberto, provocando hemorragia. Por não provocar morte imediata, era usado no começo do interrogatório.

A mesa de evisceração

A vítima era presa em uma mesa e seus algozes abriam a parte superior do corpo. Em seguida, prendiam um gancho nas entranhas do acusado e, com uma manivela, rodavam lentamente até expô-las para fora do corpo.

O arranca-seios

Era um método de tortura exclusivamente para as mulheres que tinham os seios arrancados lentamente por um instrumento aquecido em óleo ou em brasa.

O berço de Judas

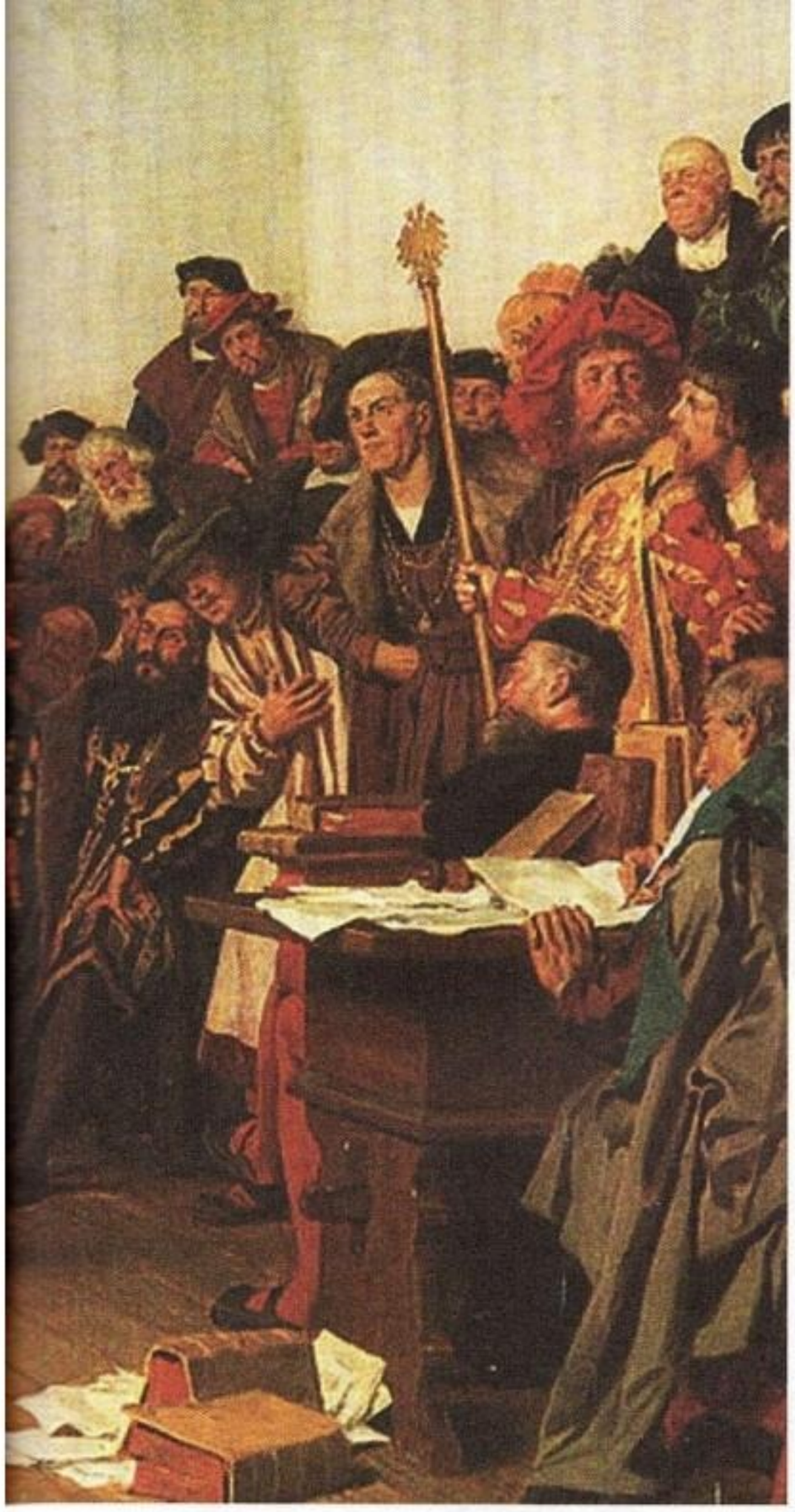
Era um método de tortura lento e que demorava dias. Nele a vítima era suspensa por cordas sobre um cone pontiagudo. À medida que as cordas iam descendo, o acusado ia sendo aberto ao meio.

Pintura retratando Lutero na defesa de suas ideias em debate com John Eck, defensor da doutrina católica.

A Reforma Protestante

Martinho Lutero foi um monge católico agostiniano e professor de teologia, nascido em Eisleben, na Alemanha, em 1546, e figura central da Reforma Protestante, movimento reformista cristão do início do século XVI. No dia 31 de outubro de 1517, na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg, Martinho Lutero fez um protesto contra diversos aspectos da doutrina da Igreja Católica Romana, propondo uma reforma.

Lutero teve o apoio de alguns religiosos e governantes europeus, iniciando assim uma revolução religiosa, que teve início na Alemanha, mas logo chegou à Suíça, à França, aos Países Baixos, ao Reino Unido, à Escan-



dinávia e a algumas regiões do Leste europeu, principalmente aos Países Bálticos e à Hungria.

Como resposta, a Igreja Católica iniciou o movimento chamado Contrarreforma, iniciada no Concílio de Trento, o concílio ecumênico mais longo da História da Igreja Católica. Para opor-se ao protestantismo, o concílio emitiu numerosos decretos disciplinares e especificou as doutrinas católico-romanas quanto à salvação, os sete sacramentos, o cânone bíblico e a tradição, a doutrina da graça e do pecado original, a justificação, a liturgia, o valor e importância da missa, o celibato clerical, a hierarquia católica, o culto dos santos, das relíquias e das imagens, as indulgências e a natureza da Igreja.

Com a Reforma Protestante, a Igreja ficou dividida entre católicos romanos e protestantes, dando origem ao protestantismo e iniciando uma série de massacres e perseguições por parte da Igreja Católica. O massacre mais sangrento ocorreu entre 23 e 24 de agosto de 1572, dia de São Bartolomeu, organizado pela casa real francesa, inicialmente em Paris, depois em outras cidades. Até hoje não se sabe ao certo quantas pessoas foram vítimas do massacre, embora haja quem afirme que esse número chegou à casa dos 70 mil mortos.

Também foram determinantes para que as ideias da Reforma Protestante não avançassem em Portugal, Espanha ou Itália, países essencialmente católicos, a existência da Inquisição e da censura imposta pela Igreja Romana. Por outro lado, nos países protestantes, sacerdotes católicos foram expulsos e massacrados, muitos executados em massa.

Após diversos acontecimentos, foi aberto um processo por parte da Igreja Romana contra Lutero, em junho de 1518, a partir da publicação das suas "95 Teses". Alegava-se, com o exame do processo, que ele incorria em heresia. Depois disso, em agosto de 1518, o processo foi alterado para heresia notória. Finalmente, em junho de 1520, reapareceu a ameaça no escrito "Exsurge Domini" e, em janeiro de 1521, a bula "Decet Romanum Pontificem" excomungou Lutero. Devido a esses acontecimentos, Lutero foi exilado no Castelo de Wartburg, em Eisenach, onde permaneceu por cerca de um ano. Durante esse período de retiro forçado, Lutero trabalhou na sua tradução da Bíblia para o alemão, da qual foi impresso o Novo Testamento, em setembro de 1522.

Em seus últimos anos, Lutero tornou-se algo antissemita, chegando a escrever que as casas judaicas deveriam ser destruídas, e suas sinagogas queimadas, o dinheiro confiscado e a liberdade cerceada. Essas afirmações fizeram de Lutero uma figura controversa entre muitos historiadores e estudiosos.

Grandes inquisidores

Assim como a Inquisição fez milhares de vítimas, vários personagens ficaram famosos por serem considerados grandes inquisidores. Entre eles estão Konrad von Marburg, Tomás de Torquemada e Bernard Gui.

Konrad von Marburg nasceu em 1180, na Alemanha. Foi padre e recomendado pelo papa para combater os albigenses. Não se sabe muito sobre a vida de Konrad, apenas que ele era educado, experiente e que, provavelmente, tenha recebido educação universitária. Era também conhecido por seu forte ascetismo e seu zelo em defender a Igreja. Grande parte do seu trabalho ini-

cial estava relacionada com a supressão da heresia, e ele tomou parte ativa na Cruzada Albigense, no sul da França. O Papa Inocêncio III, que defendeu a Inquisição Romana, foi um dos primeiros defensores de Konrad.

Quando retornou à Alemanha, adquiriu uma posição de influência considerável na corte de Luís IV, tendo sido contratado por sua esposa, Isabel da Hungria, para atuar como seu mentor espiritual.

Após receber uma comissão do arcebispo de Mainz, Konrad também começou a trabalhar buscando os hereges e rapidamente ganhou uma reputação de ser irracional e injusto. Segundo a maioria dos relatos, Konrad aceitava qualquer acusação como verdadeira, e suspeitos eram considerados culpados até que se provasse o contrário.

Os acusados de heresia eram procurados rapidamente por multidões comandadas por ele, obrigando-os a se arrependerem sob pena de serem queimados na fogueira. Os acusados de heresia também eram incentivados a denunciar outros, com a implicação de que suas próprias vidas poderiam ser poupadas se o fizessem.

Konrad incluía plebeus, nobres e sacerdotes em sua inquisição e, atendendo ao pedido do Papa Gregório IX, pretendia eliminar a heresia em toda a Alemanha. Para isso, o papa concedeu a ele a permissão de ignorar os procedimentos padrão para a investigação de heresia. Segundo relatos da época, quando surgia a notícia de que Konrad iria passar por uma determinada região, o pânico se espalhava generalizadamente.

Em 1233, Konrad acusou Henrique II, Conde de Sayn, de fazer parte de "orgias satânicas". No entanto, Henry apelou para uma assembleia de bispos em Mainz e foi declarado inocente. Konrad recusou-se a aceitar a decisão e exigiu que o veredito

Konrad Von Marburg, representado em um vitral da Igreja Santa Elizabeth, em Marburg.

fosse revertido, mas acabou deixando Mainz para voltar ao Marburg. Na estrada, ele foi atacado por vários cavaleiros, que mataram Konrad e seu assistente, um frade franciscano chamado Gerhard Lutzelkolb. Entretanto, não se sabe se os assassinos apenas cumpriram as ordens de Henrique II ou não.

Após a morte de Konrad, o Papa Gregório declarou-o como um grande defensor da fé cristã e ordenou que seus assassinos fossem punidos. Mas, durante o Império Alemão, o nome de Konrad foi tornando-se sinônimo de sadismo e do lado escuro do catolicismo.

O lugar onde Konrad foi morto ficou marcado com uma pedra e durante muitos anos acreditou-se que o local era assombrado e, até hoje, supõe-se que seja um lugar para realizar rituais de magia negra.

Tomás de Torquemada foi um frade dominicano espanhol, nascido em 1420, e o

Tomás de Torquemada.

primeiro Grande Inquisidor da Espanha, obstinado em restaurar o cristianismo. Foi também um dos principais apoiadores do Decreto Alhambra, que expulsou os judeus da Espanha em 1492.

Torquemada era sobrinho de um célebre teólogo e cardeal, Juan de Torquemada, cuja avó era uma conversa (alguém que se converteu ao cristianismo do islamismo ou do judaísmo). Ele entrou no mosteiro ainda muito jovem e, como defensor zeloso da ortodoxia da igreja, logo ganhou uma reputação sólida de austeridade e piedade. Como resultado, foi promovido a prior do Mosteiro de Santa Cruz, em Segóvia. Nessa mesma época, Torquemada conheceu a jovem princesa Isabel I, tornando-se seu confessor e mentor. Acompanhou-a até sua coroação, em 1474, mantendo-se como seu aliado mais próximo. Foi Torquemada quem a aconselhou a se casar com o rei Fernando de Aragão, em 1469, a fim de consolidar os seus reinos e formar uma base de poder que ele poderia recorrer a para seus próprios fins.

A preocupação de Torquemada com os judeus aumentou quando percebeu que eles estavam ganhando cada vez mais influência religiosa e crescimento econômico na Espanha. Para Torquemada, esta era uma prova de que os judeus queriam minar o poder do casal soberano e, mais importante ainda, o catolicismo romano. Convenceu então os reis Fernando e Isabel, que lhe concederam o poder de pedir ao papa a instalação de um Tribunal da Inquisição na Espanha, para que ele próprio administrasse. O papa concedeu o seu pedido, e estabeleceu o Santo Ofício para a Propagação da Fé, no final de 1478.

No início de 1482, o papa passou a designar um número de inquisidores para os Reinos de Espanha, incluindo Torquemada. Um ano depois, ele foi nomeado Grande Inquisidor de Espanha, cargo que ocupou até sua morte, em 1498. Nos 15 anos sob sua direção, a Inquisição Espanhola cresceu a partir do tribunal único em Sevilha para uma rede de duas dezenas de "Santos Escritórios". Como Grande Inquisidor, Torquemada reorganizou a Inquisição Espanhola criando tribunais em Sevilha, Jaén, Córdoba, Ciudade Real e Zaragoza.

Há algum desacordo quanto ao número de vítimas da Inquisição Espanhola durante o reinado de Torquemada como Grande Inquisidor. Alguns estudiosos acreditam que ele foi o responsável pela morte de 2 mil pessoas. Hernando del Pulgar, secretário da rainha Isabel, escreveu que 2 mil exe-

cuções tiveram lugar ao longo de todo o seu reinado, que se estendeu muito além da morte de Torquemada.

Durante seus últimos anos de vida, Torquemada ficou com a saúde cada vez mais debilitada, até que morreu, no mosteiro de S. Tomás de Aquino, em Ávila, em 1498, onde também foi enterrado. Entretanto, sua tumba foi saqueada em 1832 e seus ossos foram roubados e incinerados em um ritual.

Bernard Guidoni, também conhecido como Bernardo Gui ou Bernardus Guidonis, foi um inquisidor francês da Ordem Dominicana e um dos mais prolíficos escritores da Idade Média. Ficou conhecido por seu mandato como Inquisidor de Toulouse contra os albigenses a mando do Papa Clemente V e do Papa João XXII, entre 1307 e 1323. Bernardo Gui nasceu em Royères, no Limousin, em 1261.

Entrou para o convento dominicano em Limoges, em 1280. Como inquisidor, trabalhou na área de Toulouse e levou mais de 900 sentenças condenatórias em quinze anos de escritório, sendo que 42 pessoas foram executadas. Chegou até a escrever o "Guia do Inquisidor", onde apontava quatro seitas de hereges cristãos: os maniqueístas, da seita dos valdenses, a seita de falsos apóstolos e a seita Béguin. Outros grupos que também foram citados no Guia do Inquisidor como "traiçoeiros" inclíam judeus, bem como feiticeiros, adivinhos e aqueles que invocavam demônios.

Como recompensa por seus serviços como inquisidor, ele foi feito bispo de Tui, na Galiza, pelo Papa João XXII, e um ano mais tarde, Bispo de Lodève. Bernard Gui morreu no dia 30 de dezembro de 1331, no castelo de Lauroux, no sul da França.

Como escritor, Bernardo Gui escreveu numerosas obras, entre elas "Antologia das Crônicas", que é uma história universal de 1331; "Chronique des Abrégée Empereurs", "Chronique des Rois de France", "Catalogue des Évêques de Limoges", "Traité sur les Saints du Limousin", "Traité sur l'Histoire de l'Abbaye de St. Augustin de Limoges", "Chronique des Prieurs de Grandmont", "Chronique des Prieurs d'Artize", "Chronique des Évêques de Toulouse", "Vie des Saints", "Traité sur les Soixante - Douze Disciples et sur les Apôtres", "Traité sur l'Époque de la Célébration des Conciles" e "Compilation Historique sur l'Ordre des Dominicains".

Sua obra mais importante e famosa, "Practica Inquisitionis Heretice Pravitatis" ou "Conduta da Inquisição em Maldade Heretical", dá uma lista de heresias graves no início do século XIV, e aconselha inquisidores sobre como lidar com o questionamento de membros de grupos particulares. É uma exposição das prerrogativas e deveres do inquisidor: suas citações, suas formas de condenação, as suas instruções para exames e outras ações atribuídas ao inquisidor. Essa obra constitui um documento único para o estudo da Inquisição durante o primeiro período de sua existência. Este trabalho, perdido por um tempo, foi finalmente publicada na íntegra pelo abade Douais em Toulouse, em 1886.

Bernard é também o autor de uma série de tratados teológicos: " Abrégé de la doutrine chrétienne", "Traité de la Messe", "Traité sur la Conception de la Vierge", e também de vários sermões.

Bernardo Gui é o antagonista do romance histórico "O Nome da Rosa" de Umberto Eco. No filme de 1986, baseado no livro, o seu papel foi interpretado por F. Murray Abraham. Gui também é mencionado brevemente no romance "Os Miseráveis", de Victor Hugo.

Vítimas ilustres da Inquisição

O julgamento de Joana d'Arc, em tela de Sudenje Ivani Orleanskoj.

Joana D'Arc

Além das milhares de vítimas, a Inquisição foi responsável pela morte de grandes nomes da história mundial. Uma das personagens mais significativas é, sem dúvida, Joana D'Arc. Ela entrou para a história durante a primavera de 1429, quando, em obediência ao que dizia ser o mandamento de Deus, Joana levou os exércitos do Dauphin da França, Charlles VII, em uma série de vitórias militares acachapantes, que resultaram na inversão do curso da Guerra dos Cem Anos.

Joana nasceu em Domrémy, na região de Lorena, na França. Anos mais tarde, a cidade foi renomeada como Domrémy-la-Pucelle, em homenagem a Joana D'Arc. Não se sabe ao certo a data de nascimento de Joana, que durante seu interrogatório afirmou ter "mais ou menos" 19 anos. Seus pais eram Jacques D'Arc e Isabelle Romée e tinha mais quatro irmãos: Jacques, Catherine, Jean e Pierre, sendo ela a mais nova dos irmãos. Seus pais eram agricultores e de vez em quando artesãos. Joana também era muito religiosa, ia muito à igreja e frequentemente fugia do campo para ir orar na

igreja de sua cidade.

Em seu julgamento, Joana afirmou que desde os 13 anos ouvia vozes divinas. Segundo ela, a primeira vez que escutou a voz, ela vinha da direção da igreja e acompanhada de claridade e uma sensação de medo. Dizia que às vezes não a entendia muito bem e que as ouvia duas ou três vezes por semana. Entre as mensagens que ela entendeu estavam conselhos para frequentar a igreja, que deveria ir a Paris e que deveria levantar o domínio que havia na cidade de Orléans. Posteriormente ela identificaria as vozes como sendo do arcanjo São Miguel, Santa Catarina de Alexandria e Santa Margarida de Antioquia.

Desde que o Duque da Normandia, Guilherme, o Conquistador, se apoderou da Inglaterra, em 1066, os monarcas ingleses passaram a controlar extensas terras no território francês. Com o tempo, passaram a ter vários ducados franceses: Aquitânia, Gasconha, Poitou, Normandia, entre outros. Os duques, apesar de vassalos do rei francês, acabaram tornando-se seus rivais.

Quando a França tentou recuperar os territórios perdidos para a Inglaterra, originou-se um dos mais longos e sangrentos conflitos da história da humanidade: a Guerra dos Cem Anos, que durou na realidade 116 anos, e que provocou milhões de mortes e a destruição de quase toda a França setentrional.

O início da guerra aconteceu em 1337. Os interesses mais que evidentes de unificar as coroas concretizaram-se na morte do rei francês Carlos VI em 1328. Filipe VI, sucessor graças à lei sálica (Carlos VI não tinha descendentes masculinos), proclamou-se rei da França em 27 de maio de 1328.

Filipe VI reclamou, em 1337, o feudo da Gasconha ao rei inglês Eduardo III, e no dia 1 de novembro, este responde plantando-se às portas de Paris mediante ao bispo de Lincoln, declarando que ele era o candidato adequado para ocupar o trono francês.

A Inglaterra ganharia batalhas como a Crécy (1346) e a Poitiers (1356). Uma grave enfermidade do rei francês originou uma luta pelo poder entre seu primo João I de Borgonha, ou João sem Medo, e o irmão de Carlos VI, Luís de Orléans.

A família real francesa estava dividida entre os que davam suporte ao duque de Borgonha (borguinhões) e os que o davam ao de Orléans e depois a Carlos VII, Delfim de França (armagnacs ligados à causa de Orléans e à morte de Luís). No dia 23 de novembro de 1407, nas ruas de Paris e por ordem dos borguinhões, se comete o assassinato do armagnac Luís de Orléans. Com o assassinato do armagnac, ambos os bandos se enfrentaram numa guerra civil, onde buscaram o apoio dos ingleses. Os partidários do Duque de Orléans, em 1414, viram recusada uma proposta pelos ingleses, que finalmente pactuaram com os borguinhões. Com a morte de Carlos VI, em 1422, Henrique VI da Inglaterra foi coroado rei francês, mas os armagnacs não desistiram e mantiveram-se fiéis ao filho do rei, Carlos VII, coroando-o também em 1422.

Aos 16 anos, Joana foi a Vaucouleurs, cidade vizinha a Domrèmy. Recorreu a Robert de Baudricourt, capitão da guarnição

Com a morte de Carlos VI, em 1422, Henrique VI da Inglaterra foi coroado rei francês, mas os armagnacs não desistiram e mantiveram-se fiéis ao filho do rei, Carlos VII, coroando-o também em 1422.

armagnac, estabelecida em Vaucouleurs, para lhe ceder uma escolta até Chinon, onde estava o delfim, já que teria que atravessar todo o território hostil defendido pelos aliados ingleses e borguinhões. Quase um ano depois, Baudricourt aceitou enviá-la escoltada até o delfim. A escolta iniciou-se aproximadamente em 13 de fevereiro de 1429. Entre os seis homens que a acompanharam estavam Poulengy e Jean Nouillompont (conhecido como Jean de Metz). Jean esteve presente em todas as batalhas posteriores de Joana D'Arc.

Sozinha na presença do rei, Joana D'Arc o convenceu a lhe entregar um exército com o intuito de libertar Orléans. Porém, o rei ainda a fez passar por provas diante dos teólogos reais.

Coroação de Carlos VII, o Delfim da França.

Portando roupas masculinas até sua morte, Joana atravessou as terras dominadas por borguinhões, chegando a Chinon, onde finalmente iria se encontrar com Carlos, após uma apresentação de uma carta enviada por Baudricourt.

Chegando a Chinon, Joana já dispunha de uma grande popularidade, porém o delfim tinha ainda desconfianças sobre a moça. Decidiram passá-la por algumas provas. Segundo a lenda, com medo de apresentar o delfim diante de uma desconhecida que talvez pudesse matá-lo, eles decidiram ocultar Carlos em uma sala cheia de nobres ao recebê-la. Joana então teria reconhecido o rei disfarçado entre os nobres sem que jamais o tivesse visto antes. Joana teria ido até ao verdadeiro rei, se curvado e dito: "Senhor, vim conduzir os seus exércitos à vitória".

Sozinha na presença do rei, ela o convenceu a lhe entregar um exército com o intuito de libertar Orléans. Porém, o rei ainda a fez passar por provas diante dos teólogos reais. As autoridades eclesiásticas em Poitiers submeteram-na a um interrogatório, averiguaram sua virgindade e suas intenções.

Convencido do discurso de Joana, o rei entrega-lhe às mãos uma espada, um estandarte e o comando das tropas francesas, para seguir rumo à libertação da cidade de Orléans, que havia sido invadida e tomada pelos ingleses havia oito meses.

Munida de uma bandeira branca, Joana chega a Orléans em 29 de abril de 1429. Comandando um exército de 4 mil homens, ela consegue a vitória sobre os invasores no dia 9 de maio de 1429. O episódio é conhecido como a Libertação de Orléans (e na

França como a Siège d'Orléans). Os franceses já haviam tentado defender Orléans, mas não tinham obtido sucesso.

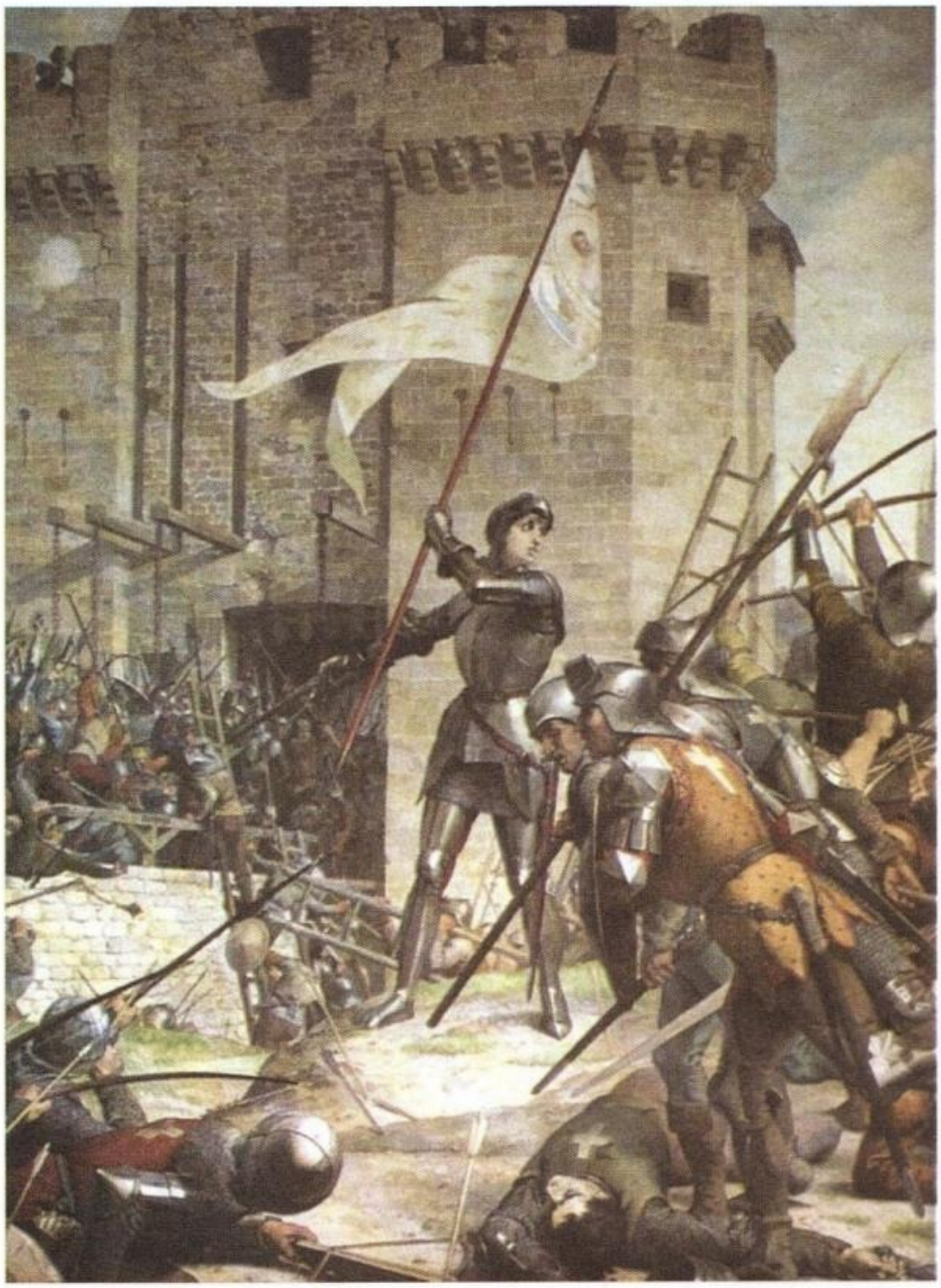
Existem histórias paralelas a esta que descrevem a figura de Joana de forma diferente. Ela teria chegado para a batalha em um cavalo branco, com armadura de aço, e segurando um estandarte com a cruz de Cristo, circunscrita com o nome de Jesus e Maria. Segundo esta outra versão, Joana teria sido apenas arrastada pelo fascínio sobrenatural de seus sonhos e proposta de missão a cumprir segundo a vontade divina e sem saber nada sobre a arte da guerra. Comandando os soldados rudes com ar angelical, em sua presença ninguém se atrevia a dizer ou praticar inconveniências. Ela apresentava-se extremamente disciplinada.

Após a libertação de Orléans, os ingleses pensaram que os franceses iriam tentar reconquistar Paris ou a Normandia, e ao invés disto, Joana convenceu o delfim a iniciar uma campanha sobre o rio Loire. Isso já era uma estratégia de Joana para conduzir o delfim a Ruão.

Joana dirigiu-se a vários pontos fortificados sobre pontes do rio Loire. Em 11 e 12 de junho de 1429, venceu a Batalha de Jargeau. No dia 15 de junho, foi a vez da Batalha de Meung-sur-Loire. A terceira vitória foi na Batalha de Beaugency, nos dias 16 e 17 de junho do mesmo ano. Um dia após sua última vitória dirigiu-se a Patay, onde sua participação foi pouca. A Batalha de Patay, única em campo aberto, já se desenrolava sem a presença de Joana D'Arc

Cerca de um mês após sua vitória sobre os ingleses em Orléans, ela conduziu o rei Carlos VII à cidade de Reims, onde Carlos VII é coroado em 17 de julho. A vitória de Joana D'Arc e a coroação do rei acabaram por reacender as esperanças dos franceses de se libertarem do domínio inglês e representaram a virada da guerra.

Joana D'Arc na Batalha de Orléans, pintura de Jules Eugene Lenepveu.



O caminho até Reims era considerado difícil, já que várias cidades estavam sob o domínio dos borguinhões. Porém, a fama de Joana tinha se estendido por boa parte do território e fez com que o exército armagnac do delfim fosse temido. Assim, Joana passou sem problemas por sucessivas cidades como Gien, Saint Fargeau, Mézilles, Auxerre, Saint Florentin e Saint Paul.

Desde Gien, foram enviados convites a diversas autoridades para assistir à consagração do delfim. Em Auxerre, chegou-se a pensar em resistência por parte de uma pequena tropa inimiga que se encontrava

Joana foi ferida por uma flecha durante uma tentativa de entrar em Paris. Isto acelerou a decisão do rei em bater em retirada no dia 10 de setembro.

na cidade. Após três dias de negociação, foi possível por lá passar sem qualquer problema. O mesmo aconteceu em Troyes, onde as negociações duraram cinco dias. A chegada a Reims foi em 16 de julho.

Sabe-se que o dia da consagração definitiva do rei francês em Reims foi em 17 de julho e não foi a cerimônia mais esplêndida do momento, já que as circunstâncias da guerra impediam que o fosse. Joana assistiu à consagração de uma posição privilegiada, acompanhada de seu estandarte.

Teoricamente, Joana já não tinha nada mais que fazer no exército já que havia cumprido sua promessa perfeitamente e obedecido corretamente às ordens que as vozes lhe haviam dado. Mas ela, como muitos outros, viu que enquanto a cidade de Paris estivesse tomada pelas tropas inglesas, dificilmente o novo rei poderia ter claramente o controle do reino de França.

No mesmo dia da coroação, chegaram emissários do Duque de Borgonha e se iniciaram as negociações para se chegar à paz, ou a uma trégua, que foi finalmente o que se pactuou. Não foi a paz que Joana desejava, mas pelo menos ela durou quinze dias. Entretanto, a trégua não foi gratuita, já que houve interesses políticos por trás desta. Carlos VII necessitava tomar Paris para exercer sua autoridade de rei, mas não queria criar uma imagem ruim com uma conquista violenta de terras que passariam a ser seu domínio. Foi isto que o que motivou a firmar a trégua com o Duque de Borgonha. Foi uma necessidade de ganhar tempo.

Durante a trégua, Carlos VII levou seu exército até Île-de-France (região francesa que abriga Paris). Houve alguns enfrentamentos entre os armagnacs e a aliança inglesa com os borguinhões. Os ingleses abandonaram Paris dirigindo-se a Ruão (ou Rouen, em francês). Restava então derrotar os borguinhões que ainda ficaram em Paris e na região.

Joana foi ferida por uma flecha durante uma tentativa de entrar em Paris. Isto acelerou a decisão do rei em bater em retirada no dia 10 de setembro. Com a parada, o rei francês não expressava a intenção de abandonar definitivamente a luta, mas optava por pensar e defender a opção de conquistar a vitória mediante a paz, tratados e outras oportunidades no futuro.

Na primavera de 1430, Joana D'Arc retomou a campanha militar e passou a tentar libertar a cidade de Compiègne, onde acabou sendo dominada e capturada pelos borguinhões, aliados dos ingleses.

Foi presa em 23 de maio do mesmo ano. Entre os dias 23 e 27, foi conduzida à Beaulieu-lès-Fontaines. Joana foi entrevistada entre os dias 27 e 28 pelo próprio Duque de Borgonha, Filipe, o Belo. Naquele momento, Joana era propriedade do Duque de Luxemburgo. Joana foi levada ao Castelo de Beaurevoir, onde permaneceu todo o verão, enquanto o duque de Luxemburgo negociava sua venda. Ao vendê-la aos ingleses, Joana foi transferida a Ruão.

A infanta D. Isabel, filha de D. João I e duquesa de Borgonha (e em cuja honra foi criada por Filipe, o Bom, a Ordem do Tosão de Ouro, em janeiro de 1430, por ocasião da chegada de Isabel ao ducado), poderá ter sido a impulsionadora da perseguição a Joana D'Arc. Não só como Infanta de Portugal, aliada da Inglaterra e de Borgonha, mas porque Joana D'Arc a submetera a cerco quando chegara a Borgonha para se casar

com Filipe, o Bom. Implacável (como se vê pela sua atitude perante o seu irmão D. Henrique, o "traidor" da Alfarrobeira), não desistiu enquanto Joana D'Arc não pagou pela insolência com a própria vida.

O processo contra Joana teve início no dia 9 de janeiro de 1431, sendo chefiado pelo bispo de Beauvais, Pierre Cauchon. Foi um processo que passaria à posteridade e que converteria Joana em heroína nacional, pelo modo como se desenvolveu e trouxe o final da jovem, e da lenda que ainda nos dias de hoje mescla realidade com fantasia.

Dez sessões foram feitas sem a presença da acusada, apenas com a apresentação de provas, que resultaram na acusação de heresia e assassinato.

No dia 21 de fevereiro, Joana foi ouvida pela primeira vez. A princípio, ela se negou a fazer o juramento da verdade, mas logo o fez. Joana foi interrogada sobre as vozes que ouvia, sobre a igreja militante, sobre seus trajes masculinos. No dia 27 e 28 de março, Thomas de Courcelles fez a leitura dos 70 artigos da acusação de Joana, e que depois foram resumidos a 12, mais precisamente no dia 5 de abril. Estes artigos sustentavam a acusação formal contra a jovem, buscando sua condenação.

No mesmo dia 5, Joana começou a perder a saúde por causa de ingestão de alimentos venenosos que a faziam vomitar. Isto alertou Cauchon e os ingleses, que lhe trouxeram um médico. Queriam mantê-la viva, principalmente os ingleses, porque planejavam executá-la.

Durante a visita do médico, Jean d'Estivet acusou Joana de ter ingerido os alimentos envenenados conscientemente para cometer suicídio. No dia 18 de abril, quando finalmente ela se viu em perigo de morte, pediu para se confessar.

Os ingleses impacientaram-se com a demora do julgamento. O Conde de Warwick disse a Cauchon que o processo estava demorando muito. Até o primeiro proprietário de Joana, Jean de Luxemburgo, apresentou-se a Joana fazendo-lhe a proposta de pagar por sua liberdade se ela prometesse não atacar mais os ingleses. A partir do dia 23 de maio, as coisas se aceleraram, e no dia 29 de maio ela foi condenada por heresia.

Pintura histórica de Paul Delaroche mostrando o Cardeal Henrique Beaufort interrogando Joana D'Arc.

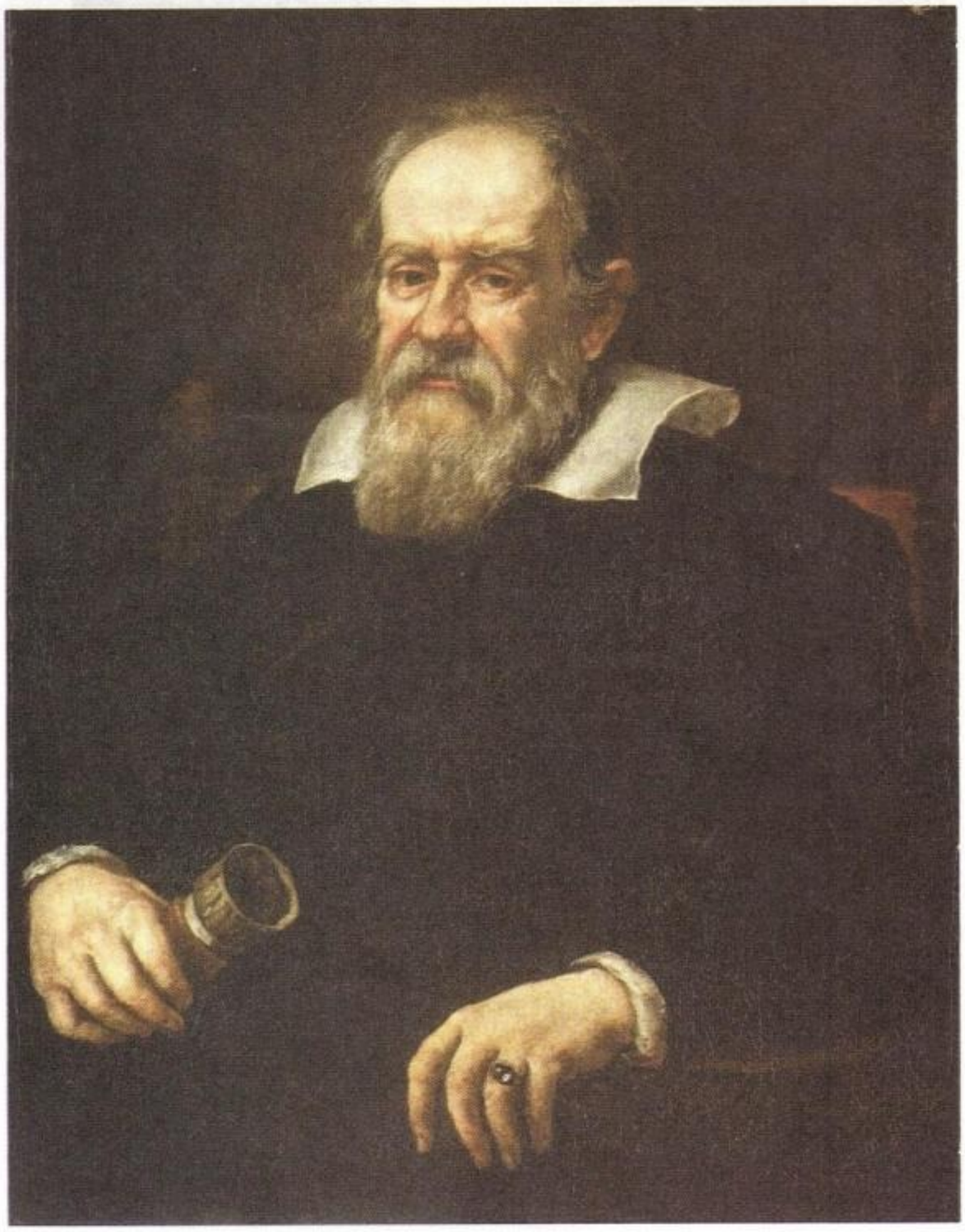
Joana foi queimada viva em 30 de maio de 1431, com apenas 19 anos. A cerimônia de execução aconteceu na Praça do Velho Mercado (Place du Vieux Marché), às 9 horas, em Ruão.

Joana foi queimada viva em 30 de maio de 1431, com apenas 19 anos. A cerimônia de execução aconteceu na Praça do Velho Mercado (Place du Vieux Marché), às 9 horas, em Ruão.

Antes da execução, ela se confessou com Jean Totmouille e Martin Ladvenu, que lhe administraram os sacramentos da Comunhão. Entrou vestida de branco na praça cheia de gente e foi colocada na plataforma montada para sua execução. Após lerem o seu veredito, Joana foi queimada viva. Suas cinzas foram jogadas no rio Sena, para que não se tornassem objeto de veneração pública. Era o fim da heroína francesa.

A revisão do seu processo começou a partir de 1456, quando foi considerada inocente pelo Papa Calisto III, e o processo que a condenou foi considerado inválido. Em 1909, a Igreja Católica autoriza sua beatificação. Em 1920, Joana D'Arc é canonizada pelo Papa Bento XV.

Retrato de Galileu Galilei.



Galileu Galilei

Galileu Galilei nasceu na cidade de Pisa, na Itália, no dia 15 de fevereiro de 1564. Seus pais eram Vicenzo Galilei e Giulia Amnannati. Quando Galileu tinha 10 anos, sua família mudou-se para Florença, onde o garoto entrou no Mosteiro de Camaldolese. Alguns anos depois, voltou para Pisa, onde deu início ao curso de Medicina na Universidade local mas, após quatro anos, abandonou o curso para dedicar-se à matemática, pois seu objetivo era ingressar no mundo da física e da astronomia.

Com apenas 21 anos, voltou para Florença, onde começou a dar aulas de matemática. Em 1589, foi convidado para dar aulas de matemática na Universidade de Pisa e, três anos depois, assumiu a cátedra na Universidade de Pádua, onde ficou até 1609, para, um ano depois, voltar à Universidade de Pisa.

Galileu Galilei foi matemático, físico, astrônomo e filósofo. Fundamentou cientificamente a Teoria Heliocêntrica de Copérnico e inventou a luneta telescópica, que usava para observar os corpos celestes. Também foi o idealizador do primeiro relógio, enunciando as leis que regem o movimento dos pêndulos. Foi um grande desmistificador de lendas, estabelecendo novos princípios e provocando uma revolução na ciência ao demostrar publicamente que "dois corpos de pesos diferentes, caindo a um só tempo de alturas iguais, tocarão o solo no mesmo instante".

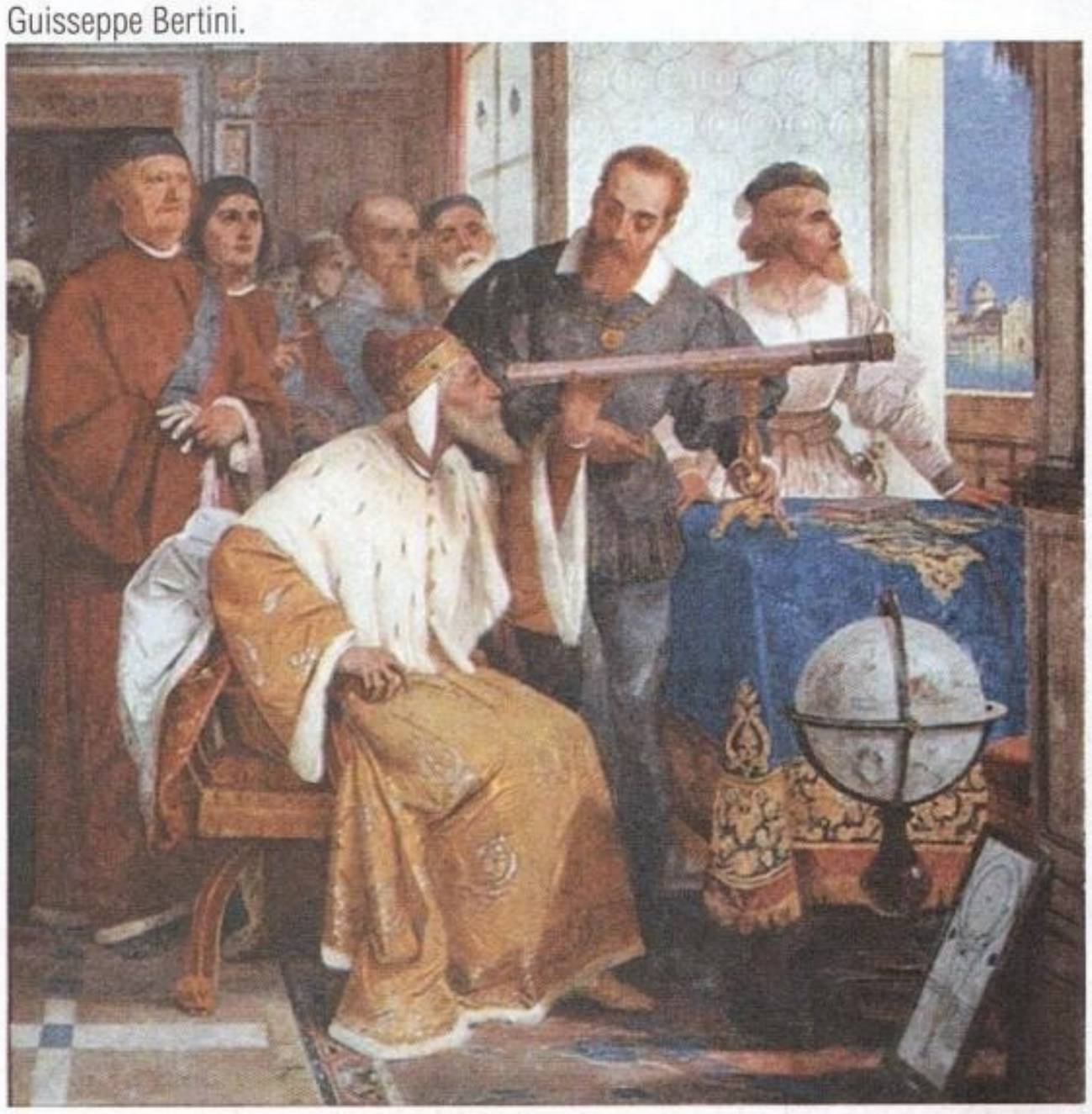
Galileu Galilei foi ainda o primeiro estudioso a registrar a presença de mares, crateras e montanhas na Lua. Em 1613, publicou a obra "História das Manchas e Acidentes do

Sol". Também descobriu as fases de Vênus, quatro dos satélites de Júpiter, os anéis de Saturno e as estrelas da Via Láctea. Estas descobertas contribuíram decisivamente na defesa do heliocentrismo e foram comunicadas ao mundo no livro "Sidereus Nuncius" ("O Mensageiro das Estrelas").

Entretanto, as descobertas de Galileu desagradaram a Igreja que, na época, controlava a ciência. A publicação do "Sidereus Nuncius" provocou uma série de polêmicas. A Igreja o acusava de ter se apoderado, através do telescópio, de uma descoberta que não lhe pertencia, colocando em dúvida suas descobertas. O aristotélico Cremonini recusou-se a olhar pelo telescópio enquanto o matemático bolonhês Antonio Magini – que seria o inspirador do libelo antigalileiano "Brevissima peregrinatio contra Nuncium Sidereum", escrito por Martin Hotky – sem negar a utilidade do instrumento, sustentou a inexistência das descobertas e Galileu em pessoa, de início, buscou inutilmente dissuadi-lo.

Assim, em 1611, foi convocado para ir a Roma apresentar as suas descobertas ao Colégio Romano dos Jesuítas. Os matemáticos do Colégio Romano eram considerados as maiores autoridades daquele tempo e, em 29 de março de 1611, Galileu apresentou suas descobertas em Roma. Foi recebido com todas as honras pelo próprio papa Paulo V, pelos cardeais Francesco Maria Del Monte e Maffeo Barberini e pelo príncipe Federico Cesi, que o inscreveu na Accademia dei Lincei, por ele mesmo fundada havia oito anos. Em 1 de abril, Galileu escreveu ao secretário ducal Belisario Vinta que os jesuítas "tendo finalmente conhecido a verdade dos novos planetas, estão há dois meses em contínuas observações, as quais prosseguem; e as temos comparado com as minhas, e seus resultados correspondem".

Galileu mostra ao Dodge de Venesa como usar a luneta telescópica, em pintura de Guisseppe Bertini.



Fundamentou cientificamente a Teoria Heliocêntrica de Copérnico e inventou a luneta telescópica, que usava para observar os corpos celestes.

O que Galileu desconhecia é que o cardeal Roberto Bellarmino havia encarregado os matemáticos do Vaticano e apontarem uma relação entre suas descobertas e a do filósofo Cesare Cremonini, suspeito de heresia pela inquisição de Pádua.

Em 1616, a Inquisição pronunciou-se sobre a Teoria Heliocêntrica declarando que a afirmação de que o Sol é o centro imóvel do Universo era herética e que a de que a terra se move estava "teologicamente" errada, contudo nada fora pronunciado em nível científico. Após quatro sessões de interrogatório, que duraram três meses, Galileu foi considerado "veementemente suspeito de heresia" pelo Tribunal do Santo Ofício.

Galileu enfrentando a Inquisição Romana, em pintura de Cristiano Banti, de 1857.

Galileu foi então condenado à prisão ordinária, durante o tempo que coubesse ao Santo Ofício, e a declamar, uma vez por semana, durante três anos, os sete Salmos da Penitência.

As acusações contra ele eram três: ter traído o compromisso, assumido em 1616, de abandonar a doutrina de Copérnico e de não mais ensiná-la de nenhuma maneira; ter afirmado o valor científico dessa doutrina, não se limitando a tratá-la hipoteticamente; e considerar essa doutrina como verdadeira e a ela aderir em seu foro íntimo, apesar de estar condenada pelo Santo Ofício.

Galileu foi então condenado à prisão ordinária, durante o tempo que coubesse ao Santo Ofício, e a declamar, uma vez por semana, durante três anos, os sete Salmos da Penitência. Foi obrigado, ainda, a ler a fórmula de abjuração, em que renegava o sistema copernicano e prometia denunciar ao Santo Ofício "qualquer herege ou quem quer que seja suspeito de heresia". Ele foi processado sob "veemente suspeita de heresia", embora seja bem possível que alguns dos documentos usados como provas contra ele, no inquérito de 1616, tenham sido forjados. Diz-se que, no final, Galileu murmurou "Eppur si muove" – "Ainda assim, ela se move" – referindo-se à Terra movendo-se em torno do Sol.

Galileu ficou arrasado com a prisão perpétua. Mas o papa, logo depois, comutou-a em prisão domiciliar. Em dezembro de 1633, Galileu voltou para Villa Arcetri, nas colinas de Florença. Lá ele escreveu sua maior obra, "Discursos e Demonstrações Matemáticas Acerca de Duas Novas Ciências", que teve de ser contrabandeadada por causa da proibição de suas obras. Galileu trabalhava com seus alunos Vicenzo Viviani e Evangelista Torricelli, que mais tarde se tornaram físicos de renome. Sua casa e os jardins foram sua "prisão" até o fim de sua vida, vindo a falecer no dia 8 de janeiro de 1642, aos 77 anos de idade.

Ao longo dos anos, num processo muito discreto, a Igreja procurou, passo a passo, corrigir o seu erro. Um passo decisivo foi dado por Leão XIII, em 1893, com a encíclica "Providentissimus Deus", que retorna o procedimento adotado por Galileu em matéria de exegese da Bíblia. No ano 2000, o Papa João Paulo II emitiu finalmente um pedido formal de desculpas por todos os erros cometidos por alguns católicos nos últimos 2.000 anos de história da Igreja Católica, incluindo o julgamento de Galileu Galilei pela Inquisição.

Edgardo Mortara

Edgardo Mortara Levi nasceu em 1851 como um judeu italiano e se tornou o centro de uma controvérsia internacional quando ele foi tirado de seus pais por autoridades dos Estados Pontifícios e criado como ca-

O sequestro de Edgardo Mortara, em pintura de Moritz Daniel Oppeheim, de 1862.

lico. Tornou-se sacerdote na Ordem Agostiniana.

Nascido e criado judeu durante os primeiros seis anos de sua vida, Mortara foi levado de sua família pelas autoridades da Igreja depois que souberam que ele tinha recebido o batismo de emergência por um empregado doméstico durante uma doença infantil séria. Nessa época, a Igreja era contra pais não-católicos criarem os filhos católicos. Mortara foi adotado pelo Papa Pio IX e entrou para o seminário em sua adolescência.

Em 23 de junho de 1858, em Bolonha, a polícia chegou à casa de um casal judeu, Salomone e Marianna Padovani Mortara, para levar um dos seus oito filhos. Edgardo contava seis anos de idade e foi levado para Roma para ser criado sob a guarda do Estado. A polícia tinha ordens do Santo Ofício, autorizada pelo Papa Pio IX.

Sob a doutrina católica, o batismo de "emergência" pode ser administrada a uma pessoa em perigo de morte iminente por qualquer

Edgardo Mortara foi tirado de seus pais por autoridades dos Estados Pontifícios e criado como católico. Tornou-se sacerdote na Ordem Agostiniana.

pessoa, homem ou mulher, até mesmo um não-cristão, e é considerado um batismo válido, desde que seja feito da maneira pela qual o Igreja Católica batiza. Essa concessão era um verdadeiro alívio para as famílias católicas que sofriam altas taxas de mortalidade infantil, mas não era destinada às famílias judaicas.

Depois que Mortara foi batizado, o que foi atestado pela empregada que tinha realizado, ele era um católico, de acordo com a lei canônica católica. Segundo esta mesma lei, os não cristãos não poderiam criar uma criança cristã, mesmo que fosse filho deles.

Anos mais tarde, em 1912, em seu depoi-

Retrato do papa Pio IX.

mento a favor da beatificação do Papa Pio IX, Mortara observou que as leis de Estados Pontifícios não deveriam permitir que os católicos romanos trabalhassem em casas de famílias judias a fim de evitar a mesma situação ocorrida com ele próprio.

O escritor David Kertzer chegou até a questionar se o batismo, que não tinha testemunhas, realmente ocorreu. Em seu livro de 1997, "O rapto de Edgardo Mortara", Kertzer investigou a história e revelou citações de testemunho contemporâneo. Parece que a serva Morisi disse aos sacerdotes locais a sua história num momento em que ela estava buscando obter um dote da igreja. Investigações em nome dos Mortaras revelou que ela tinha a reputação de ser uma ladra. Relatou-se ainda que a doença de Mortara não tinha sido com risco de vida, portanto, não caberia um batismo de emergência. Por outro lado, outro testemunho era coerente com a história de Morisi e as autoridades da Igreja foram evidentemente convencidas de que ela estava dizendo a verdade.

Edgardo foi levado para uma casa de convertidos romanos em Roma, sendo mantido às custas do Estado. Seus pais não foram autorizados a vê-lo por várias semanas, e após este período não foram autorizados a vê-lo sem supervisão. Pio IX teve um interesse pessoal no caso e todos os apelos à Igreja foram repelidos. As autoridades da Igreja disseram aos Mortaras que eles poderiam ter Edgardo de volta se aceitassem se converter ao catolicismo, mas eles recusaram.

O incidente logo recebeu ampla publicidade, tanto na Itália como internacionalmente. No Reino da Sardenha, o maior estado independente da Itália e do centro do movimento nacionalista liberal para a unificação italiana, tanto o governo como a imprensa usaram o caso para reforçar suas alegações de que os Estados Papais foram governados por obscurantistas medievais e deveriam ser liberados do domínio papal.

Organizações judaicas, figuras políticas e intelectuais de destaque na Grã-Bretanha, Estados Unidos, Alemanha, Áustria e França apresentaram protestos contra o Vaticano. Logo, os governos desses países uniram-se para pedir que Edgardo fosse devolvido a seus pais. Até mesmo o imperador francês Napoleão III também protestou contra o Vaticano.

Quando uma delegação de judeus proeminentes viu o Papa, em 1859, ele lhes disse: "Eu não poderia me importar menos com o que o mundo pensa". Em outra reunião, ele levou Edgardo com ele para mostrar que o menino estava feliz em sua companhia. Em

1865, ele disse: "Eu tinha o direito e o dever de fazer o que eu fiz para este menino e, se fosse preciso, faria tudo de novo".

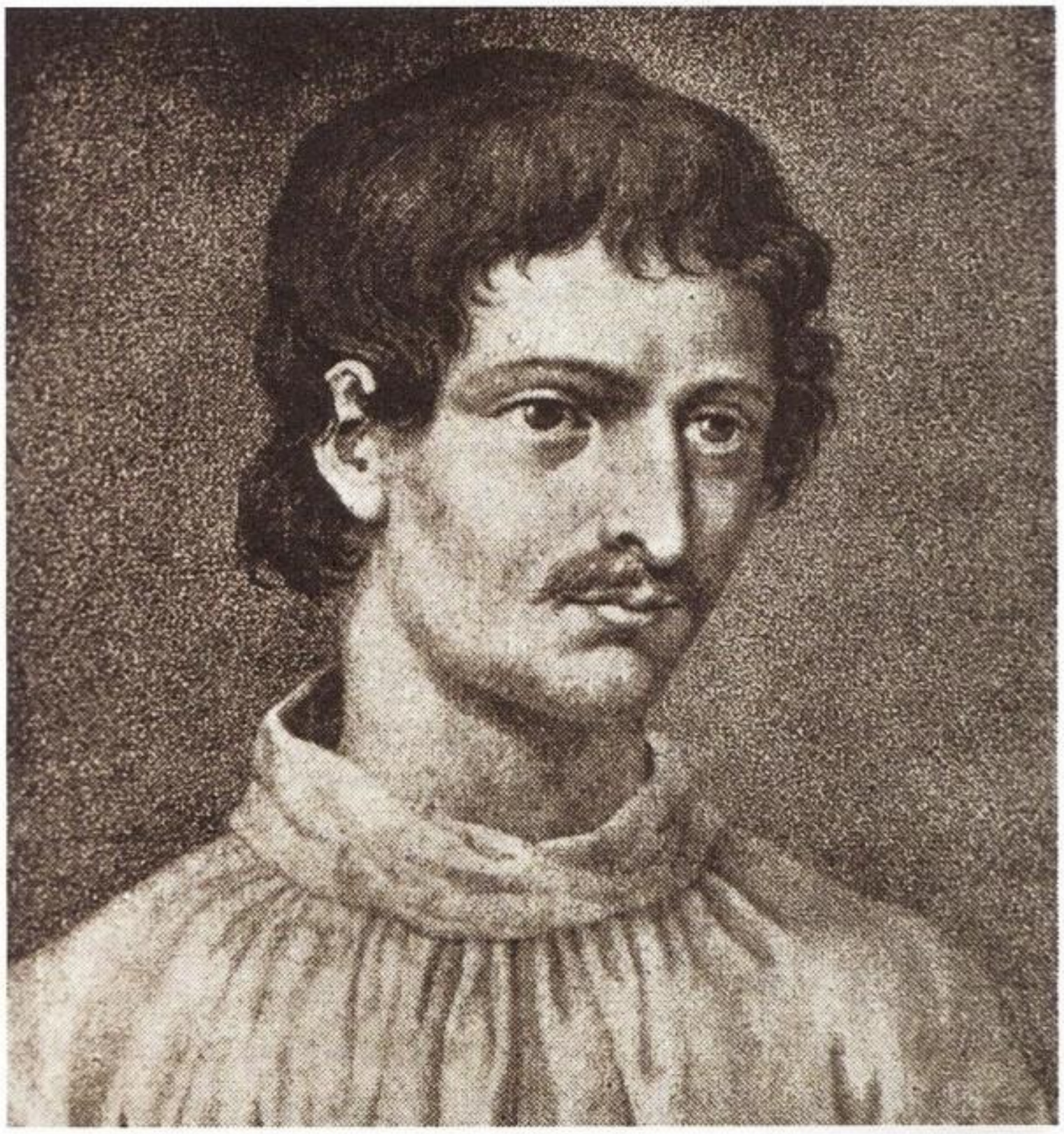
Em 1859, depois que a Bolonha havia sido anexada a Piemonte, os pais de Mortara fizeram outro esforço para recuperar seu filho, mas ele tinha sido levado para Roma. Em 1870, eles tentaram de novo, mas Edgardo já estava com 19 anos e, portanto, legalmente um adulto. Ele declarou a sua firme intenção de continuar a ser um católico romano. Naquele mesmo ano, Edgardo foi mandado para a França e, no ano seguinte, seu pai morreu. Na França, ele entrou na ordem agostiniana, sendo ordenado sacerdote aos 23 anos, e adotando o nome espiritual Pio. Edgardo Mortara foi enviado como missionário para cidades como Munique, Mainz e Breslau para pregar aos judeus de lá. Tornou-se fluente em várias idiomas, mas seu esforço para convencer os judeus a se converterem ao catolicismo não teve sucesso.

Em 1895, quando sua mãe faleceu, ele já havia restabelecido o contato com sua família. Em 1897, Mortara foi para Nova York, onde pregou na Catedral de St. Patrick. Michael Corrigan, o arcebispo de Nova York, disse que o Vaticano se opôs aos esforços de Mortara para evangelizar os judeus, com o fundamento de que tais esforços podem embaraçar a Igreja aos olhos do governo dos Estados Unidos.

Mortara morreu em 1940, aos 88 anos, na abadia de Bouhay, em Bressoux, perto de Liège, na Bélgica, tendo passado seus últimos anos lá.

Giordano Bruno

Filippo de Bruno, ou Giordano Bruno, nasceu em Nola, na Itália, no ano de 1548 e foi filósofo, escritor e frade dominicano. Seu pensamento, enquadrado no Renascimento Naturalista, fundiu as tradições filosóficas



Giordano Bruno.

mais diversas, entre elas o materialismo antigo, Copérnico, neoplatonismo, hermetismo, mnemônicos, influências judaicas e cabalísticas. Mas tudo girava em torno de uma única ideia: o infinito, ou seja, o infinito Universo, criado por um Deus infinito, feito de infinitos mundos, amar infinitamente. Para Giordano Bruno, Deus é, por um lado, transcendente e por outro imanente, argumentos que foram considerados heréticos e, por isso, ele foi condenado à fogueira pela Inquisição da Igreja Católica, mas, sua filosofia sobreviveu à sua morte, trouxe a remoção de barreiras ptolomaicas e abriu o caminho para a revolução científica.

Filho do militar Giovanni Bruno e Fraulissa Savolino, adotou o nome de Giordano quando ingressou na Ordem Dominicana, aos 15 anos de idade.

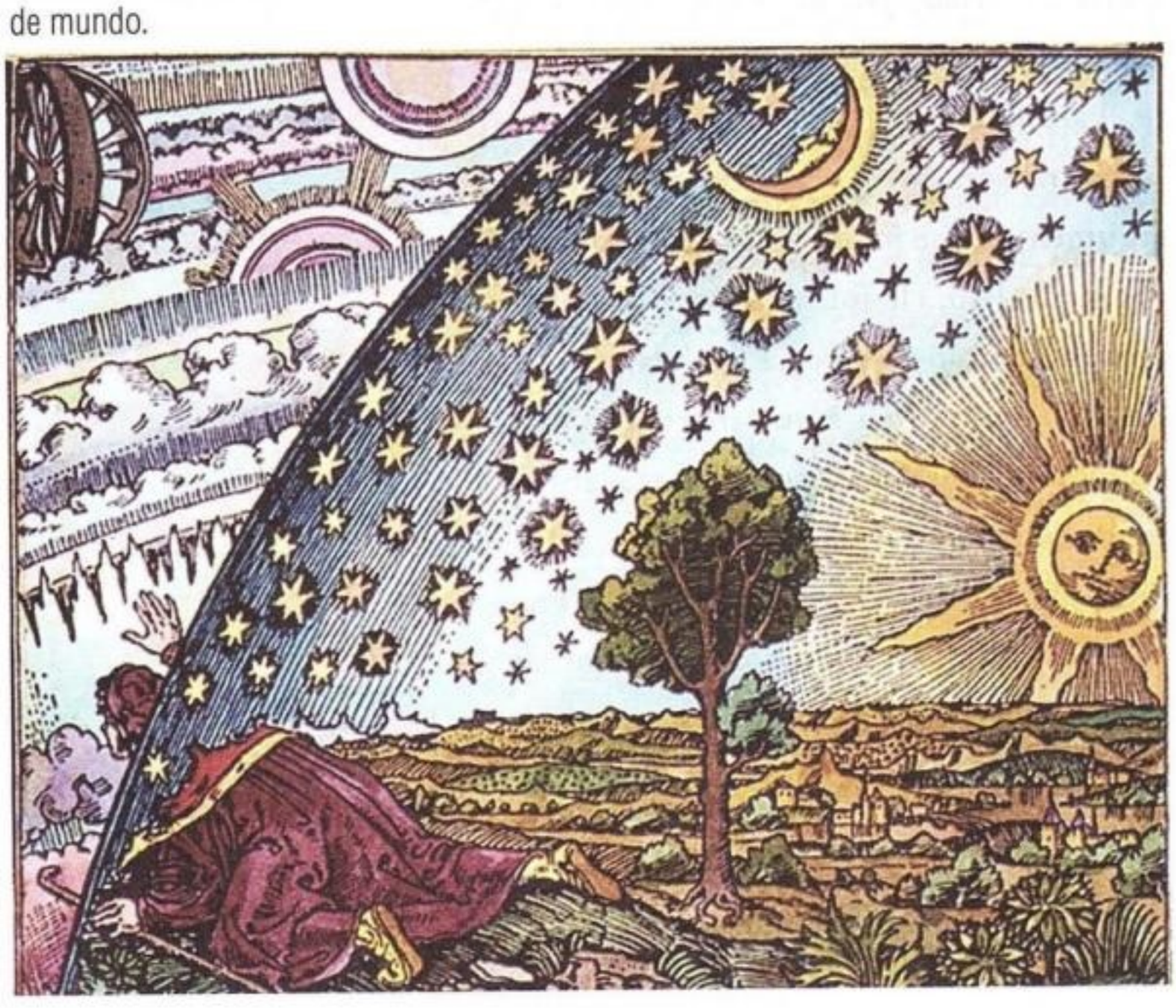
Giordano Bruno aprendeu a ler e escrever com o padre de Nola, Domenico de Iannelo. Seus estudos superiores foram feitos

na Universidade de Nápoles, entre 1562 e 1565, onde aprendeu letras, lógica e dialética. No seminário, estudou Aristóteles e Tomás de Aquino, predominantes na doutrina católica da época, doutorando-se em teologia.

Suas ideias avançadas, porém, suscitaram suspeitas por parte da hierarquia da Igreja. Em 1576, foi acusado de heresia e levado a Roma para ser julgado. Poucos meses depois, abandonou o hábito e, em 1579, deixou a Itália.

Iniciou-se, então, o período de peregrinação de sua vida. Em Gênova, ainda em 1579, aparentemente, adotou o calvinismo, o que negaria mais tarde, ao ser julgado em Veneza. Acabou sendo excomungado pelos calvinistas e expulso de Gênova. Viajou sucessivamente para a França, a Suíça e a Inglaterra. Em Londres, onde permaneceu de 1583 a 1585, esteve sob a proteção do embaixador francês, e frequentou o círculo de amigos do poeta inglês Sir Philip Sidney. Em 1585, Bruno retornou a Paris, indo em seguida para Marburgo, Wittenberg, Praga, Helmstedt e Frankfurt, onde conseguiu publicar vários de seus escritos.

Xilogravura de Camile Flammarion representando Giordano Bruno e sua visão de mundo.



Em Roma, o julgamento de Bruno durou sete anos, durante os quais ele foi preso, por último, na Torre de Nona. Alguns documentos importantes sobre o julgamento estão perdidos, mas outros foram preservados e entre eles um resumo do processo, que foi redescoberto em 1940. As numerosas acusações contra Bruno, com base em alguns de seus livros, bem como em relatos de testemunhas, incluíam blasfêmia, conduta imoral e heresia em matéria de teologia dogmática e envolvia algumas das doutrinas básicas da sua filosofia e cosmologia. Luigi Firpo lista estas acusações feitas contra Bruno pela Inquisição Romana:

- sustentar opiniões contrárias à fé católica e falar contra ela a seus ministros;
- sustentar opiniões contrárias à fé católica sobre a Trindade, a divindade de Cristo e a encarnação;
- sustentar opiniões contrárias à fé católica sobre Jesus como Cristo;
- sustentar opiniões contrárias à fé católica sobre a virgindade de Maria, mãe de Jesus;
- sustentar opiniões contrárias à fé católica tanto sobre a Transubstanciação quanto sobre a Missa;
- reivindicar a existência de uma pluralidade de mundos e suas eternidades;
- acreditar em metempsicose e na transmigração da alma humana em brutos, e
- envolvimento com magia e adivinhação.

Giovanni Mocenigo, membro de uma das mais ilustres famílias venezianas, encontrou Bruno em Frankfurt, em 1590, e convidou-o para ir a Veneza, a pretexto de lhe ensinar mnemotécnica, a arte de desenvolver a memória, em que Bruno era perito. Segundo Will Durant, Bruno estava havia muitos anos na lista dos procurados pela Inquisição, ansiosa por prendê-lo por suas doutrinas subversivas, mas Veneza gozava da fama de proteger tais foragidos, e

o filósofo sentiu-se encorajado a cruzar os Alpes e regressar. Como Mocenigo quisesse usar as artes da memória com fins comerciais, segundo alguns, ou esperasse obter de Bruno ensinamentos de ocultismo para aumentar seu poder, prejudicar seus concorrentes e inimigos, segundo outros, Bruno se negou a ensiná-lo. Segundo Durant, Mocenigo, católico piedoso, assustava-se com "as heresias que o loquaz e incauto filósofo lhe expunha", e perguntou a seu confessor se devia denunciar Bruno à Inquisição. O sacerdote recomendou-lhe esperar e reunir provas, no que Mocenigo assentiu; mas quando Bruno anunciou seu desejo de regressar a Frankfurt, o nobre denunciou-o ao Santo Ofício. Mocenigo trancou-o num quarto e chamou os agentes da Inquisição para levarem-no preso, acusado de heresia. Bruno foi transferido para o cárcere do Santo Ofício de San Domenico de Castello, no dia 23 de maio de 1592.

No último interrogatório pela Inquisição do Santo Ofício, não abjurou e, no dia 8 de fevereiro de 1600, foi condenado à morte na fogueira. Obrigado a ouvir a sentença ajoelhado, Giordano Bruno teria respondido com um desafio: "Maiori forsan cum timore sententiam in me fertis quam ego accipiam" ("Talvez sintam maior temor ao pronunciar

No último interrogatório pela Inquisição do Santo Ofício, não abjurou e, no dia 8 de fevereiro de 1600, foi condenado à morte na fogueira.

Pintura de um pôster russo representando a execução de Giordano Bruno.

esta sentença do que eu ao ouvi-la").

A execução de sua sentença ocorreu no dia 17 de fevereiro de 1600. Na ocasião teve a voz calada por um objeto de madeira posto em sua boca.

Foi trágico o desfecho do processo contra Giordano Bruno, acusado de panteísmo e queimado vivo por defender com exaltação poética a doutrina da infinidade do universo e por concebê-lo não como um sistema rígido de seres, articulados em uma ordem dada desde a eternidade, mas como um conjunto que se transforma continuamente.

Um dos pontos chaves de sua cosmologia é a tese do universo infinito e povoado por uma infinidade de estrelas, como o Sol, e por outros planetas, nos quais, assim como na Terra, existiria vida inteligente. Sua perspectiva se define a partir das ideias de Nicolau da Cusa, Copérnico e Giovanni Battista della Porta.

As suas ideias sobre a relatividade antecipam as de Galileu: num universo infinito, qualquer perspectiva de qualquer objeto é sempre relativa à posição do observador, há infinitos referenciais possíveis e não existe nenhum privilegiado em relação aos demais. Além de defender a existência de planetas extrassolares, pode ter introduzido algumas ideias do que seria depois a Teoria da Evolução de Darwin.

Seu livro "Spaccio de la Bestia Trionfante" era um ataque à religião e mostrava o ateísmo do seu autor.

Segundo John Gribbin, em seu livro "Science: A History" (1543-2001), Bruno filiou-se ao hermetismo, baseado em escrituras egípcias, da época de Moisés. Entre outras referências, esse movimento utilizava os ensinamentos atribuídos ao deus egípcio Thoth, cujo equivalente grego era Hermes (daí, hermetismo), conhecido pelos seguidores como Hermes Trismegisto. Bruno teria abraçado a teoria de Copérnico porque ela se encaixava bem na ideia egípcia de um universo centrado no sol.

Deus seria a força criadora perfeita que forma o mundo e que seria imanente a ele. Bruno defendia a crença nos poderes humanos extraordinários, e enfrentou abertamente a Igreja Católica e seus preceitos. Giordano Bruno foi o grande defensor da ideia de infinito.

"Nós declaramos esse espaço infinito, dado que não há qualquer razão, conveniência, pos-

Pintura de Andrea Mantegna representando Hermes e Pégassus.

"Nós declaramos esse espaço infinito, dado que não há qualquer razão, conveniência, possibilidade, sentido ou natureza que lhe trace um limite." (Giordano Bruno, "Acerca do Infinito, o Universo e os Mundos", 1584).

sibilidade, sentido ou natureza que lhe trace um limite." (Giordano Bruno, "Acerca do Infinito, o Universo e os Mundos", 1584).

Bruno era hilozoísta (pensava que tudo tem vida) e panpsiquista (pensava que tudo tem uma natureza psíquica, uma alma).

"A Terra e os astros (...), como eles dispensam vida e alimento às coisas, restituindo toda matéria que emprestam, são eles próprios dotados de vida, em uma medida bem maior ainda; e sendo vivos, é de maneira voluntária, ordenada e natural, segundo um princípio intrínseco, que eles se movem em direção às coisas e aos espaços que lhes convêm" ("A ceia de cinzas"). "Todas as formas de coisas naturais têm almas? Todas as coisas são animadas?" pergunta Dicson. Theophilo, porta-voz de Bruno, responde: "Sim, uma coisa, por minúscula que seja, encerra em si uma parte de substância espiritual, a qual, se encontra o sujeito [suporte] adequado, torna-se planta, animal (...); porque o espírito se encontra em todas as coisas, e não há mínimo corpúsculo que não o contenha em certa medida e que não seja por ele animado." ("Causa, Princípio e Unidade", 1584). "E o que se pode dizer de cada parcela do grande Todo, átomo, mônada, pode se dizer do universo como totalidade. O mundo abriga em seu coração a Alma do mundo" (idem)."O mundo é infinito porque Deus é infinito. Como acreditar que Deus, ser infinito, possa ter se limitado a si mesmo criando um mundo fechado e limitado?" (idem)". Não é fora de nós que devemos procurar a divindade, pois que ela está do nosso lado, ou melhor, em nosso foro interior, mais intimamente em nós do que estamos em nós mesmos." ("A ceia de cinzas").

Felipa de Sousa

Embora no Brasil a Inquisição não tenha sido tão severa quanto na Europa, uma de suas vítimas ficou registrada na história e hoje é símbolo dos movimentos de direitos humanos homossexuais.

Felipa de Sousa nasceu em Tavira, Portugal, em 1556, e foi acusada de práticas consideradas nefandas pela visitação do Santo Ofício na Bahia, no século XVI.

Felipa de Sousa nasceu em Tavira, Portugal, em 1556, e foi acusada de práticas consideradas nefandas pela visitação do Santo Ofício na Bahia, no século XVI. Veio para o Brasil, especificamente para a cidade de Salvador, antiga Capitania Portuguesa da Bahia em data desconhecida, após ficar viúva. Felipa era alfabetizada, o que já consistia um fato extraordinário para a época. Chegando no Brasil, casou-se com Francisco Pires, que exercia a profissão de pedreiro em Salvador.

Em 1591, o Brasil recebeu a primeira visita da Inquisição Portuguesa justamente em Salvador, sendo chefiada pelo padre Heitor Furtado de Mendonça. Felipa da Souza contava 35 anos de idade em 18 de dezembro, quando foi denunciada e detida por "práticas nefandas", acabando por confessar o seu lesbianismo e envolvendo mais seis mulheres.

A denunciante foi Paula Siqueira, cristã velha de 40 anos, pressionada pela posse de um livro proibido que guardava em sua casa, tornou-se a principal acusadora de Felipa de Souza, dando origem a um processo em que 29 mulheres foram acusadas de lesbianismo. Num dos seus depoimentos, Paula Siqueira afirmou:

"...estando ela confessante em sua casa nesta cidade [do Salvador], veio a ela a dita e ambas tiveram ajuntamento carnal uma com

a outra por diante e ajuntando seus vasos naturais um com o outro, tendo deleitação e consumando com efeito o cumprimento natural de ambas as partes como se propriamente foram homem com mulher."

Das 29 mulheres acusadas de lesbianismo na Capitania da Bahia, Felipa foi a mais severamente punida. Condenada ao açoite e ao degredo perpétuo, foi obrigada a escutar a sua sentença na Igreja da Sé, de pé, com uma vela acesa nas mãos, trajando uma veste de linho cru identificativa dos heréticos para toda a sociedade, enquanto os seus crimes e pecados eram citados em voz alta (1592). Após a leitura pública da sentença, foi atada ao pelourinho, açoitada e expulsa da capitania.

A sua acusadora teve uma pena mais branda, acredita-se que por ser esposa do Provedor da Fazenda, tendo sido condenada a apenas 6 dias de prisão e ao pagamento de 50 cruzados de multa, assim como a duas aparições públicas como ré, além de algumas penalidades espirituais.

Em sua homenagem, por ter sido a mulher mais humilhada e castigada do Brasil Colônia, deu o seu nome à ONG Felipa de Souza (1998). Pela mesma razão, a International Gay and Lesbian Human Rights Commission instituiu o Prêmio Felipa de Souza, principal distinção internacional de direitos humanos dos homossexuais.

Das 29 mulheres acusadas de lesbianismo na Capitania da Bahia, Felipa foi a mais severamente punida. A International Gay and Lesbian Human Rights Commission instituiu o Prêmio Felipa de Souza, principal distinção internacional de direitos humanos dos homossexuais.

Símbolo da International Gay and Lesbian Human Rights Commission.

O índice dos livros proibidos

INDEX
LIBRORUM
PROHIBITORUM
SSmi D. N.
BENEDICTI XIV.
PONTIFICIS MAXIMI
JUSSU
Recognitus, atque editus.

ROMÆ M. DCC. LVIII.
Ex Typographia Reverendæ Cameræ Apostolicæ.

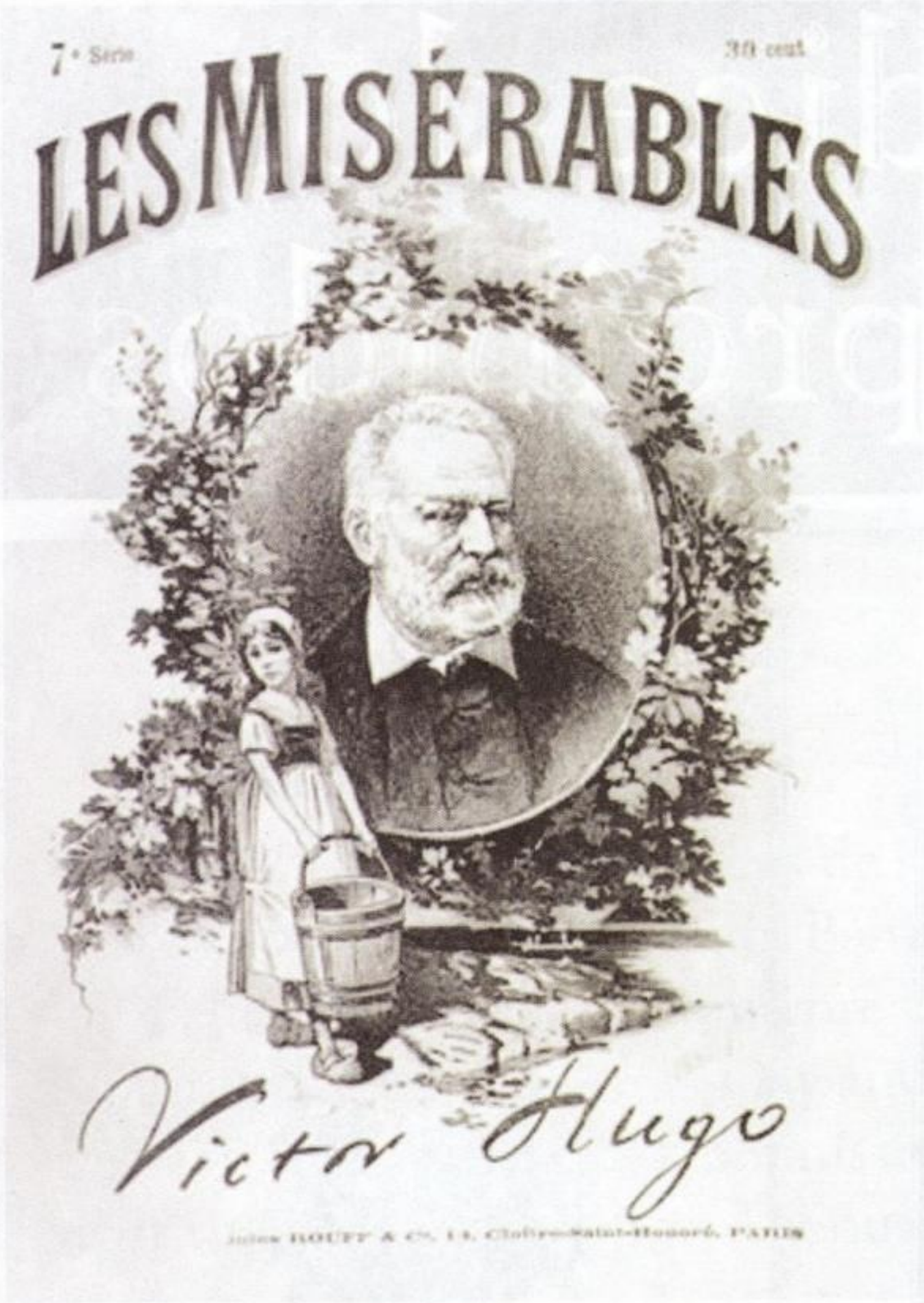
CUM SUMMI PONTIFICIS PRIVILEGIO.

No ano de 1559, o papa Pio V, numa tentativa de coibir o crescimento do movimento protestante, além de outras doutrinas e práticas anticatólicas, criou o "Index Librorum Prohibitorum" ou Índice dos Livros Proibidos. Sua administração estava a cargo da Santa Inquisição e, de tempos em tempos, era renovada, com o acréscimo de novos livros.

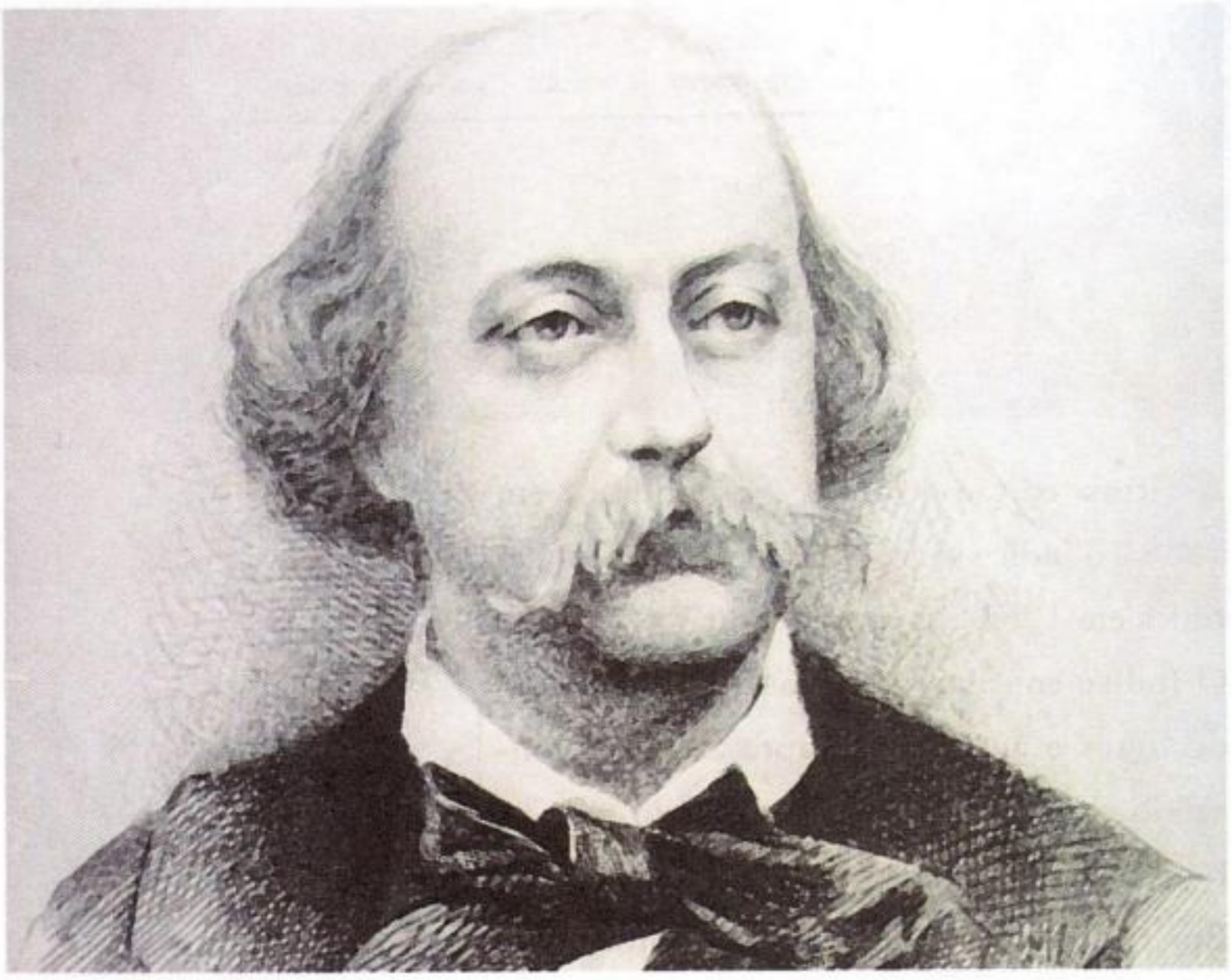
A última edição do Index foi publicada em 1948 e o índice só foi abolido pela Igreja Católica em 1966 pelo papa Paulo VI.

O índice consistia em uma lista de nomes de livros e autores que apresentavam conteúdo classificado como impróprio para os fiéis, pois iam contra os dogmas da igreja.

Em 1948, o Index Librorum Prohibitorum



Primeira edição de "Os Miseráveis", de Victor Hugo. Abaixo, Gustave Flaubert.



continha mais de 4 mil títulos de livros censurados e as principais razões apontadas pela Igreja para essa censura eram: heresia, deficiência moral, sexualidade explícita, incorreção política, etc.

A maioria das obras presentes no índice eram de cientistas, filósofos, enciclopedistas ou de pensadores. Os maiores autores que tiveram seus nomes na lista foram: Galileu Galilei, Nicolau Copérnico, Erasmo de Roterdã, John Locke, Thomas Hobbes, Rousseau, Montesquieu e David Hume. Mas também havia romancistas e poetas incluídos nessa lista. Alguns deles foram Voltaire, Jonathan Swift, Jean-Paul Sartre, Victor Hugo, etc.

Curiosidades sobre o Index:

• O índice vigorou por mais de 400 anos, foi a maior e mais influente lista de livros proibidos da história.

• Até o século XVIII, os leitores que ousassem possuir as obras proibidas pelo índice, estavam sujeitos a um julgamento nos Tribunais da Inquisição, acusados de "hereges".

• Do século XIV ao século XX, todos os livros só poderiam ser impressos se passassem pela aprovação de um bispo, que lia as obras e as julgava imprópria ou não.

• Durante os primeiros séculos de atuação, o Index e a Inquisição "trabalhavam" juntos, julgando e condenando escritores, por exemplo, acusados de irem contra os dogmas da Igreja Católica.

•As primeiras edições eram em latim, o que colaborava com a Igreja em relação às proibições dos livros. Por um lado, enquanto os analfabetos predominavam, por outro, muita gente desconhecia aquela língua, logo, não iriam comprar nenhum dos livros proibidos.

• Durante muitos anos, até em áreas diversas como Brasil e Polônia, foi muito difí-

cil encontrar cópias dos livros banidos pela Igreja.

• De alguns escritores, apenas alguns livros foram proibidos:

Libri Carolini, supostamente por "Charlemagne";

Dante Alighieri (apenas o seu "Monarchia");

Montaigne ("Essais");

Descartes ("Méditations Métaphysiques et 6 autres livres, 1948");

La Fontaine ("Contes et Nouvelles");

Pascal ("Pensées");

Montesquieu ("Lettres Persanes", 1948);

Voltaire ("Lettres philosophiques"; "Histoire des Croisades"; "Cantiques des Cantiques");

Jean-Jacques Rousseau ("Du Contrat Social"; "La Nouvelle Héloïse");

Helvetius ("De l'Esprit, de l'Homme, de Ses Facultés Intellectuelles et de son Éducation");

Casanova ("Mémoires");

Sade ("Justine", "Juliette");

Madame de Staël ("Corinne" ou "L'Italie");

Stendhal ("Le Rouge et le Noir", 1948);

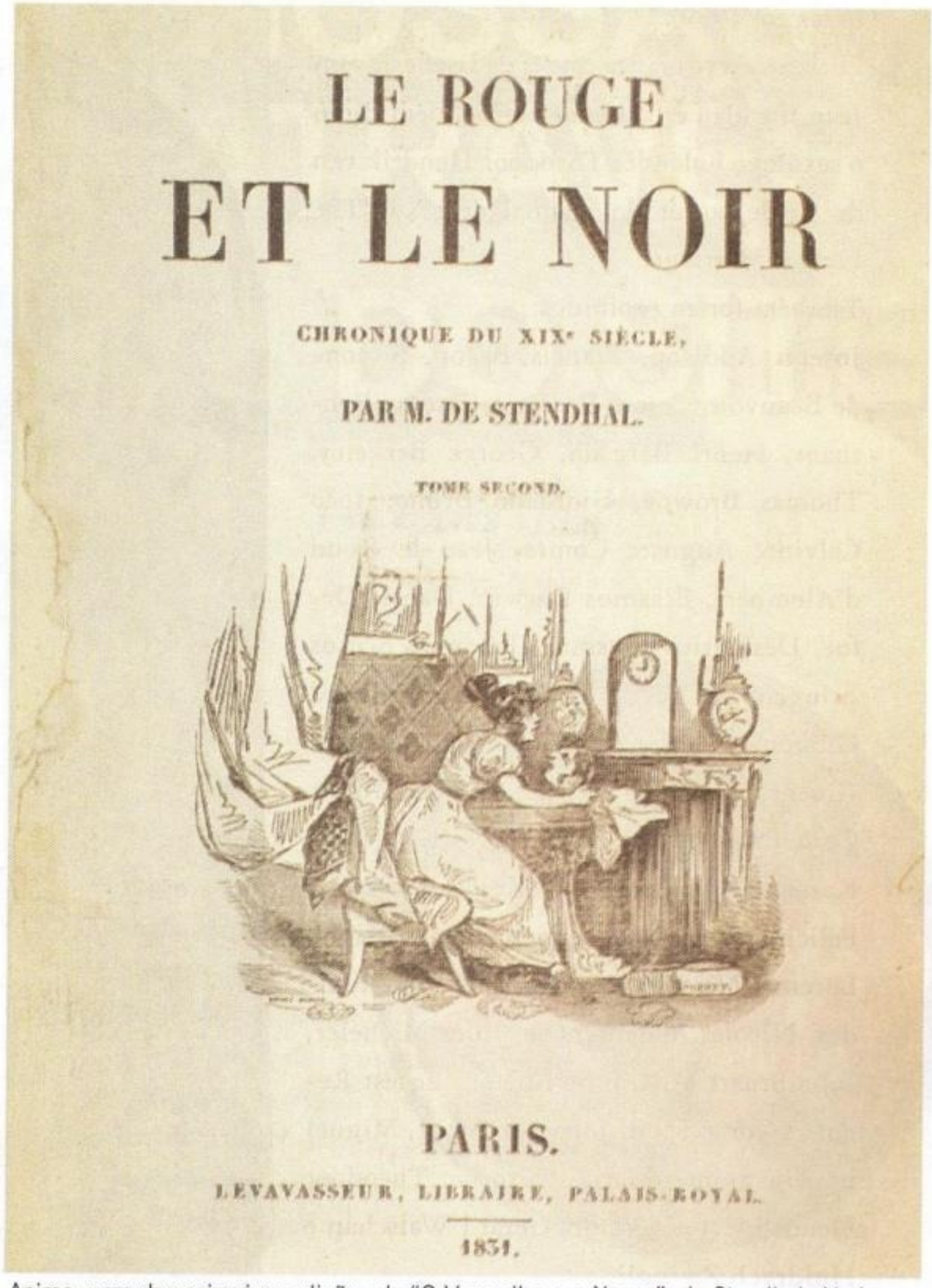
Victor Hugo ("Notre Dame de Paris"; "Les Misérables")

Gustave Flaubert ("Madame Bovary"; "Salammbô");

Alexandre Dumas (várias novelas);

Pierre Larousse ("Grand Dictionnaire Universel").

Em alguns casos, de acordo com "O livro das listas" ("The Book of Lists") de Irving Wallace, Amy Wallace e David Wallechinsky, vários escritores tiveram todas as obras incluídas no Index. São eles: Thomas Hobbes, Émile Zola, Baruch de Spinoza, Rabelais, Denis Diderot ("Encyclopédie"), Balzac, Maeterlinck, Anatole France (Prêmio Nobel de Literatura de 1921, colocado no Index em 1922), André Gide (Prêmio Nobel de Literatura de 1947, colocado no Index em 1952), Gregorio Leti e Jean-Paul Sartre (Prêmio Nobel de Literatura de 1964 que ele próprio recusou, colocado no


LE ROUGE
ET LE NOIR
CHRONIQUE DU XIX^e SIÈCLE,
PAR M. DE STENDHAL.
TOME SECOND.
PARIS.
LEVAVASSEUR, LIBRAIRE, PALAIS-ROYAL.
1831.

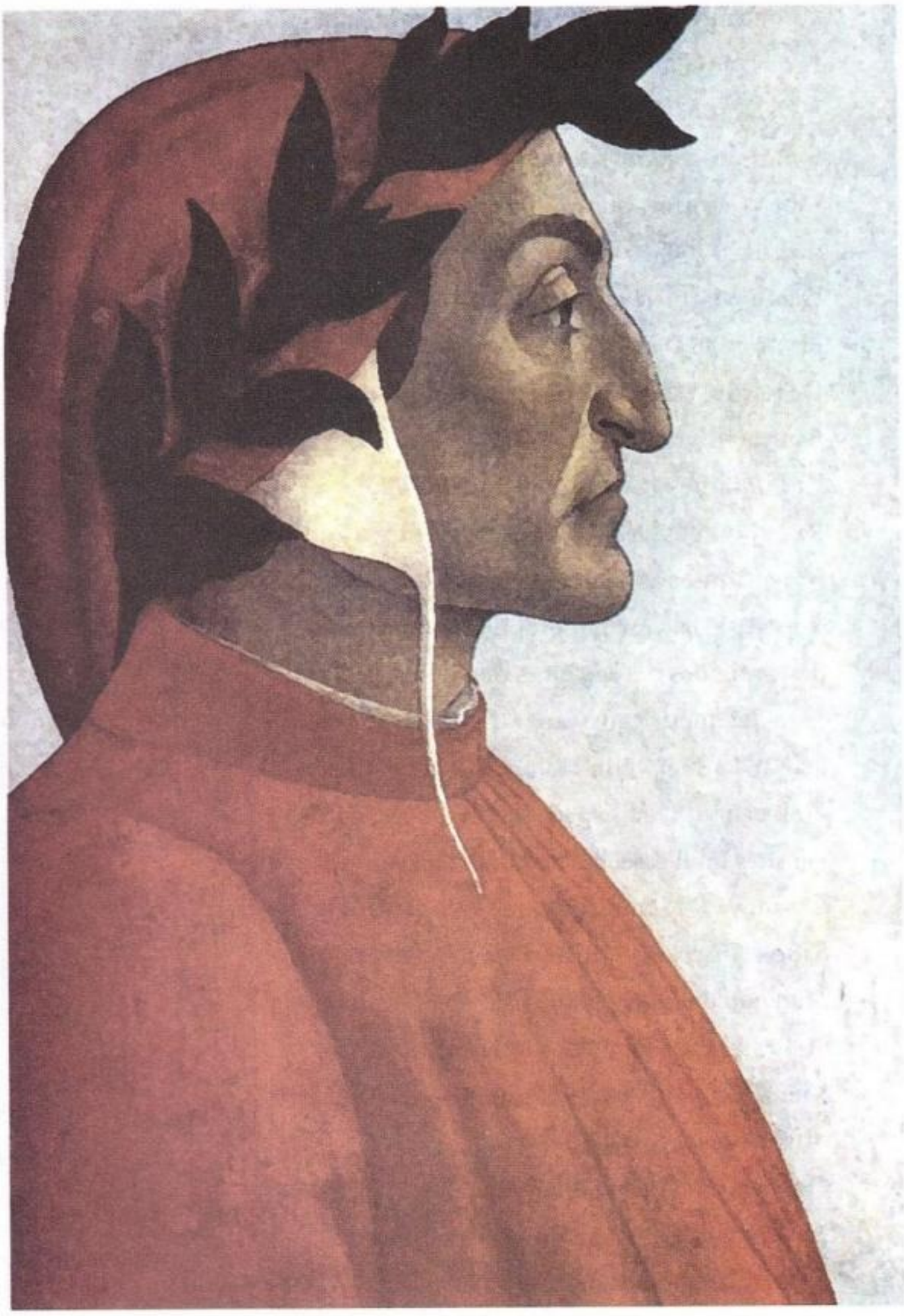
Acima, uma das primeiras edições de "O Vermelho e o Negro", de Stendhal. Abaixo, Pierre Larousse.

Index em 1959).

Entre os escritores notáveis da lista estavam Jean Buridan e Laurence Sterne, bem como o sexólogo holandês Theodoor Hendrik van de Velde, autor do manual de sexo "The Perfect Marriage".

Também foram proibidos:

Joseph Addison, Francis Bacon, Simone de Beauvoir, Cesare Beccaria, Jeremy Bentham, Henri Bergson, George Berkeley, Thomas Browne, Giordano Bruno, João Calvino, Auguste Comte, Jean le Rond d'Alembert, Erasmus Darwin, Daniel Defoe, Desiderius Erasmus, Johannes Scotus Eriugena, Frederico II da Prússia, Edward Gibbon, Vincenzo Gioberti, Graham Greene, Heinrich Heine, David Hume, Cornelius Jansen, Adam F. Kollár, Nikos Kazantzakis, Johannes Kepler, Hughes Felicité Robert de Lamennais, Martinho Lutero, Niccolò Machiavelli, Maimonides, Nicolas Malebranche, Jules Michelet, John Stuart Mill, John Milton, Ernest Renan, George Sand, Jonathan Swift, Miguel de Unamuno, Maria Valtorta, Theodoor Hendrik van de Velde, Gerard Walschap e Huldrych Zwingli.



Acima, Dante Alighieri; abaixo, Simone de Beauvoir.

Em 1948, o Index Librorum Prohibitorum continha mais de 4 mil títulos de livros censurados. A maioria das obras eram de cientistas, filósofos, enciclopedistas ou de pensadores.

ADQUIRA NOSSAS REVISTAS ATRAVÉS DO SITE

EDITORA SAMPA ARTE E LAZER

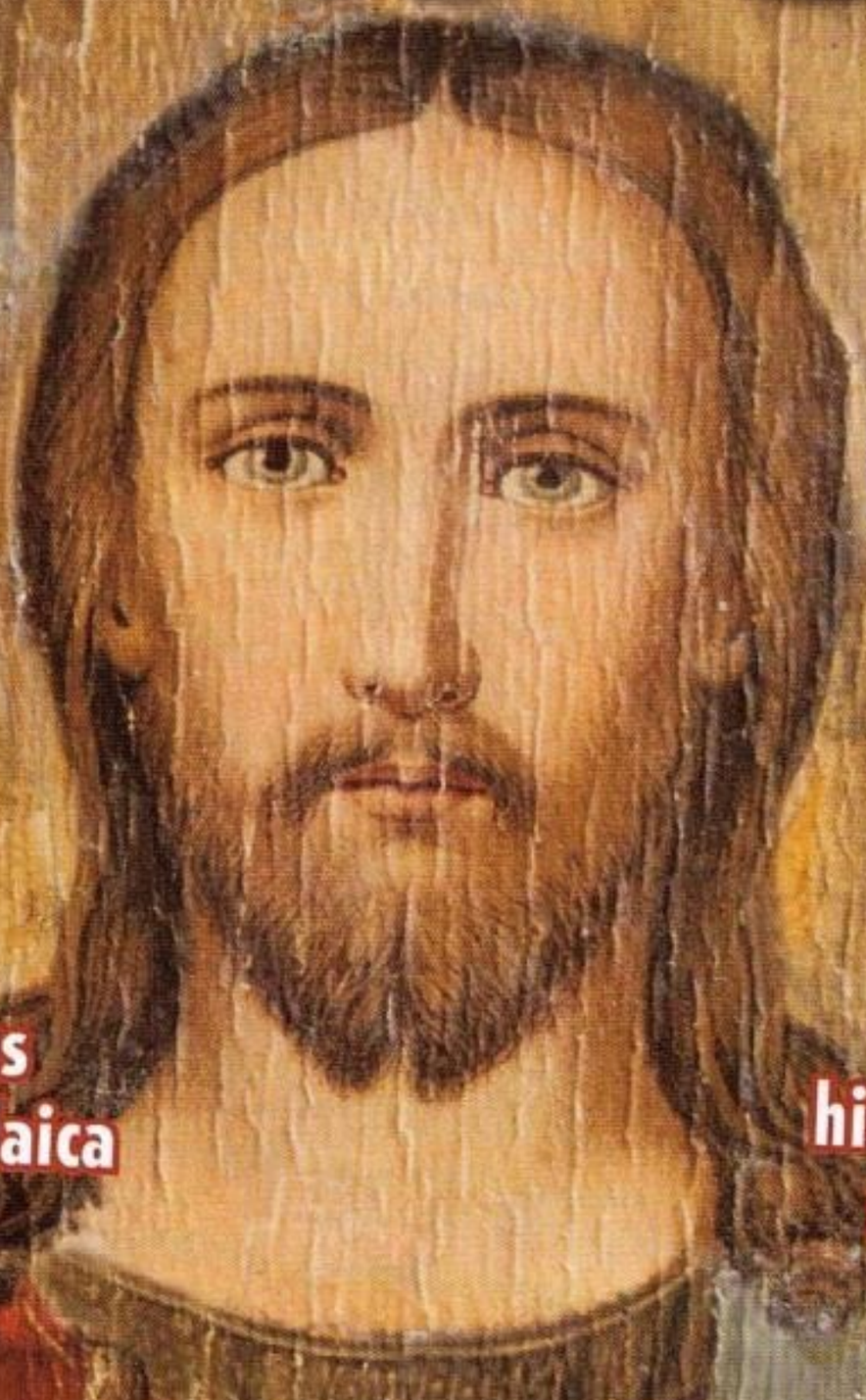
www.editoranovasampa.com.br

A VIDA E A OBRA DAQUELE QUE MUDOU O MUNDO, DE ACORDO COM AS EVIDÊNCIAS HISTÓRICAS

JÁ NAS BANCAS

Coleção Segredos e Mistérios

Jesus



Existem fontes históricas não cristãs que demonstram a existência de Jesus Cristo?

O messias maltrapilho: o impacto da doutrina de Jesus na sociedade judaica

A existência histórica de Jesus Cristo

Jesus Cristo e as religiões não cristãs

O Jesus revolucionário histórico e os dois messias de atos 5,36-37

Natividade e morte de Jesus Cristo: entre as fábulas e as evidências materiais

EDITORA SAMPA
EDIÇÃO 0002
PREÇO R$ 14,90
€ 5,00
7 897780 169675

JESUS ERA VEGETARIANO? - JESUS CRISTO E A FILOSOFIA - LIVROS